

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

RUTH GNECCO ZANINI

**SANEAMENTO BÁSICO E SERVIÇO SOCIAL: desafios à intervenção técnica
socioambiental**

Florianópolis
2016

RUTH GNECCO ZANINI

SANEAMENTO BÁSICO E SERVIÇO SOCIAL: desafios à intervenção técnica socioambiental

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito de avaliação do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Professora orientadora: Dra. Maria Teresa dos Santos

Florianópolis
2016

RUTH GNECCO ZANINI

SANEAMENTO BÁSICO E SERVIÇO SOCIAL: desafios à intervenção técnica
socioambiental

Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido à avaliação e aprovado pela Comissão Examinadora para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 28 de julho de 2016

Comissão Examinadora:



Prof.^a, Dr.^a Maria Teresa dos Santos

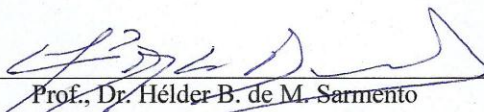
Orientadora

Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa
Catarina (UFSC)



Prof.^a, Dr.^a Cleide Gessele

Professora Universitária do Curso de Serviço Social da
Universidade Regional de Blumenau (FURB)



Prof., Dr. Hélder B. de M. Sarmiento

Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa
Catarina (UFSC)

DEDICATÓRIA

A você, meu amado companheiro e minha querida amiga Aline Zart (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Agradecimento! Para mim é uma palavra pequena, significado simples e muito usual... não quero falar de agradecimentos aqui, quero falar de gratidão! GRATIDÃO!

Esta é única palavra que pensei quando comecei a escrever a última parte no trabalho. Olhar para toda a trajetória de dez anos de curso e só agradecer, me pareceu muito pouco para tudo isso, você não acha?

Tenho tanta gratidão por tudo que tive a oportunidade de aprender e conhecer através deste curso, que neste pedaço de papel, por formalidade, escrever sobre agradecimento me parece muito singelo para o tamanho da transformação que esta etapa impulsionou no meu ser.

Foram muitas as projeções, anseios, expectativas e conflitos vivenciados nesta trajetória, a qual serviu, do melhor ao pior momento, de veículo de aprendizado, crescimento e impulso para o meu desenvolvimento.

Tal caminho não foi livre do medo, da dúvida ou da dor, mas foi cheio de coragem de seguir adiante, ano após ano, na descoberta e superação de si mesmo. Reconhecendo também uma mudança gradual e profunda no olhar, ver, sentir e tocar a vida.

Estas transformações merecem a minha sinceridade, sem julgamento ou fuga do que foi ou poderia ter sido, porque os caminhos foram tomados e negá-los é me afastar da minha essência.

E olhar para essa verdade hoje, para a própria trajetória dentro do curso, com todas as curvas, giros, desvios e desníveis é olhar para a beleza que este caminho e esta caminhada se desvelaram dentro de mim.

Então, gratidão é o que tenho de mais puro para oferecer a tudo que passei neste curso, a todos que tive a incrível experiência de conviver e conhecer....

É o que tenho de mais nobre a oferecer.

EPIGRAFE

Chamam de desajustados os que criticam um sistema predador, que transforma pessoas em máquinas e máquinas em sonhos. Dizem ser desajustados os que têm dificuldade em se adaptar a esse sistema, ou mesmo os que se negam a fazê-lo em nome de outros valores. Dizem ter problemas os que têm dificuldade em ganhar dinheiro. Ou dizem ser loucos os que se negam a dedicar as suas vidas inteiras apenas a ganhá-lo. Querem nos fazer acreditar ser sonhadores os que conseguem olhar ao redor e enxergar a natureza e os animais com mais respeito e sentido coletivo do que outros sequer conseguem ver os seus próprios vizinhos. Querem nos convencer de que só existe uma maneira de se viver. E louco é quem discorda, quem abre mão ou cerra a mão contra, não quem alimenta uma ganância doente que sobrepuja valores e descarta pessoas. Querem nos forçar a ser “normais” dentro de uma anormalidade, convencendo-nos a ser passivos numa sociedade que adoce em silêncio e se neurotiza à medida que esquece os princípios básicos da convivência com os outros e com a natureza. Querem nos fazer acreditar que a vida é de concreto e a natureza é para ser explorada.

E que é desajuste discordar!

Tales Nunes

RESUMO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso apresenta reflexões realizadas a partir do estágio em Serviço Social na Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda, buscando analisar os desafios da intervenção técnica socioambiental do Assistente Social na área do Saneamento Básico. Para se chegar a este objetivo foi realizada uma investigação de natureza quanti-qualitativa, tendo como metodologia de abordagem uma pesquisa exploratória e a utilização de fontes bibliográficas e documentais. O trabalho foi organizado em três partes. Na primeira seção, faz-se uma explicitação acerca da política de Saneamento Básico desde a década de 1990 até o ano de 2014. Na segunda seção, apresentam-se algumas considerações sobre o saneamento básico no estado de Santa Catarina e a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN). Na terceira e última seção deste trabalho, três localidades, dentre as seis em que o trabalho técnico social foi desenvolvido, foram analisadas em relação aos eixos que nortearam o trabalho em 2015 e às ações desenvolvidas. Para auxiliar na análise, foram retiradas, de cada um dos relatórios mensais produzidos pelo assistente responsável por determinada localidade, informações sobre atividades realizadas e não realizadas. Estas informações possibilitaram compreender os desafios que atravessam a profissão na área do saneamento básico e no trabalho no âmbito de uma empresa de consultoria. Entre os desafios discutidos neste trabalho, estão aqueles ligados à questão do trabalho, tais como flexibilização do trabalho e instabilidade profissional, e também aqueles ligados às relações de gênero na atuação do Serviço Social em espaços majoritariamente compostos por trabalhadores do sexo masculino. Destaca-se também a redução de gastos com a área social entre 2013 e 2015 e as mudanças nos documentos que regulamentam o trabalho técnico social. Em geral, pode-se concluir que o saneamento básico se apresenta permeado de contradições ao longo de sua história, enquanto direito a ser garantido e enquanto política pública, e que a intervenção do assistente social nesta área não é simples, cabendo aos profissionais também o desafio de desvendar as possibilidades de frentes de trabalho e projeto profissional.

Palavras-chave: Saneamento básico. Trabalho socioambiental. Consultoria.

ABSTRACT

This end-of-course work presents reflections initially based on an internship in Social Work in Iguatemi Consulting and Engineering Services and later developed in order to analyze the challenges of the social worker in the Sanitation area. A quantitative and qualitative research was conducted, with an exploratory research and the use of bibliographic sources and documents. The work was organized in three parts. The first section is an explanation of basic sanitation policy between the 1990s and 2014. In the second section, some considerations are presented regarding sanitation in the state of Santa Catarina and the Company of Santa Catarina Water and Sanitation (CASAN). In the third and final section, three – of the six locations where the social technical work was carried out – were analyzed in relation to the guidelines for 2015 and the actions taken. In order to further support the analysis, information regarding the planned activities that were carried out or not was taken from each of the monthly reports, which were written by the social worker responsible for each location. Based on such information, it was possible to understand the challenges associated with social work in the sanitation area and, more specifically, social work as part of a consulting firm. Among the challenges discussed in this paper are those linked to the issue of labor, such as flexible working conditions and professional instability, as well as gender relations in environments mostly composed by male workers. In addition, other relevant topics analyzed are the reduction in spending in the social area between 2013 and 2015 and the changes in the documents governing the social technical work. In general, it can be concluded that the sanitation area has presented contradictions throughout its history in Brazil, both as a right to be guaranteed and as public policy, and that social work in this area is not easy, leaving the professionals with an additional challenge.

Key-word: Basic sanitation. Environmental work. Consulting.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Prazo para a realização do trabalho social e para a realização das obras de esgotamento sanitário.	55
Gráfico 2: Estimativa de pessoas e famílias nas localidades do ptsa	56
Gráfico 3: Relação de investimento em % para a obra de esgotamento sanitário e para o trabalho social	57
Gráfico 4: Investimento no projeto técnico socioambiental.....	58
Gráfico 5: Áreas de investimento no contrato do ptsa	59
Gráfico 6: Distribuição de recursos para o financiamento do ptsa.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Atendimento e déficit por componente do saneamento básico no Brasil, 2010.....	28
Tabela 2: Participação no mercado em Santa Catarina - 2014.....	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Informações dos contratos e editais da CASAN e Iguatemi.....	53
Quadro 2: Períodos de realização do trabalho técnico social nos PTSA	54
Quadro 3: Eixos dos Cadernos de Orientação do Trabalho Técnico Social nos contratos dos PTSA	61
Quadro 4: Quadro de eixos das localidades “A”, “D” e “E”.	68
Quadro 6: Relação de atividades em 2015 dos Projetos de Trabalho Socioambiental	76

LISTA DE ABREVIATURAS

AF	Autorização de Fornecimento
AFD	<i>Agence Française de Développement</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDS	Banco Nacional do Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CF de 1988	Constituição Federal de 1988
CFNMA	Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONAMAZ	Conselho Nacional da Amazônia Legal
CONAREN	Conselho Nacional dos Recursos Naturais Renováveis
COTS	Caderno de Orientação do Técnico Social de
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ENPES	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FATMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FLORAM	Fundação Municipal de Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IGUATEMI	Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda.
JICA	<i>Japan International Cooperation Agency</i>
LDNSB	Lei de diretrizes nacionais para o saneamento básico
MC	Ministério das Cidades
MP	Ministério Público
OGU	Orçamento Geral da União
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-BR	Organização das Nações Unidas no Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC2	Programa de Aceleração do Crescimento 2

PAIF	Programa de Atenção Integral a Família
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento
PLANSAB	Plano Nacional de Saneamento Básico
PMCMV	Programa Minha Casa Minha
PMSS	Modernização do Setor de Saneamento Básico
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNSB	Plano Nacional de Saneamento Básico
PPA	Plano Plurianual
PTSA	Projeto de Trabalho Socioambiental
SAA	Sistemas de Abastecimento de Água
SES	Sistema de Esgotamento Sanitário
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNIS	Serviço Nacional de Informações sobre Saneamento
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SUS	Sistema Único de Saúde
TR	Termo de Referência
TTS	Trabalho Social / Trabalho Técnico Social
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1 SANEAMENTO BÁSICO E SUAS INTERFACES	19
1.1 NOTAS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL.....	19
1.2 MEIO AMBIENTE E SUA RELAÇÃO COM O SANEAMENTO BÁSICO.....	27
1.3 MARCO REGULATÓRIO.....	30
2. SANEAMENTO BÁSICO E O ESTADO DE SANTA CATARINA	41
2.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO EM SANTA CATARINA.....	41
2.2. O PRINCIPAL EXECUTOR: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO.....	44
2.3. EMPRESA TERCEIRIZADA: IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.....	47
2.3.1. Entre contratos e obrigações do trabalho técnico social	49
2.3.2 Dados quantitativos das intervenções realizadas nos Projetos de Trabalho Socioambiental	51
<i>2.3.2.1 Notas sobre os contratos de Trabalho Técnico Social entre CASAN e Iguatemi</i>	<i>62</i>
3. SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS DA INTERVENÇÃO NA ÁREA DO SANEAMENTO BÁSICO	65
3.1. METODOLOGIA DE ORGANIZAÇÃO DOS DADOS DOCUMENTAIS.....	65
3.2 EIXOS NORTEADORES DO TRABALHO SOCIAL NOS PROJETOS DE SANEAMENTO.....	67
3.3 ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS A PARTIR DOS EIXOS NORTEADORES DOS PROJETOS DE SANEAMENTO.....	75
3.4 ALGUNS DESAFIOS QUE PERMEIAM A INTERVENÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS PROJETOS SANEAMENTO.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE	109
Apêndice A: Cronograma de ação do ano de 2015 - Localidade “A”.....	109
Apêndice B: Cronograma de ações do ano de 2015 - Localidade “D”.....	110
Apêndice C: Cronograma de ações do ano de 2015 - Localidade “E”.....	111
ANEXO	112
Anexo A: Relatório de acompanhamento do trabalho técnico social.....	112
Anexo B: Tabela parcial dos eixos do Caderno de Orientação Técnico Social de 2010.....	114

Anexo C: Tabela completa de Eixos do Caderno de Orientação Técnico Social de 2013.....	117
Anexo C: Declaração.....	119

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta reflexões originadas a partir do estágio em Serviço Social na Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda, empresa privada que tem por finalidade realizar trabalhos ligados à engenharia consultiva. Nesta experiência de estágio foi possível fazer uma aproximação com as áreas de habitação, saneamento básico e consultoria, o que, por sua vez, gerou inquietações e reflexões acerca do fazer profissional e dos desafios inerentes ao mercado de trabalho neste ramo. Dentre os questionamentos suscitados durante a experiência, está aquele que despertou o interesse na realização desta pesquisa: mas afinal, o que faz um assistente social em projetos de saneamento básico dentro de uma empresa privada de engenharia e consultoria?

Tal pergunta foi realizada nos primeiros momentos da experiência de estágio, vivenciados por esta pesquisadora durante o ano de 2015, e depois, por diferentes colegas nos espaços acadêmicos e por profissionais, sendo, portanto, elemento determinante para a escolha do tema a ser pesquisado.

Também durante a realização do estágio e no acompanhamento das inúmeras ações das assistentes sociais no campo e na empresa, observamos que o exercício profissional era permeado por desafios que remetiam à pergunta mencionada, porém, estes eram colocados de maneira diferenciada no cotidiano das ações e relações. Tendo em vista tais horizontes e procurando desvelar as inquietações geradas por este campo, percebemos a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre a temática.

Constatamos igualmente a carência de produção acadêmica sobre o trabalho social na área do saneamento básico, em especial, referente à atuação do assistente social nesta política, fato que se confirmou com o levantamento dos trabalhos apresentados nos dois últimos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais¹ (CBAS) e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social² (ENPESS), em que percebemos uma abordagem e um debate incipientes na área.

¹ XIII CBAS: “Lutas Sociais e o Exercício Profissional no Contexto da Crise do Capital: mediações e a consolidação do projeto Ético Político Profissional”, Brasília, 31 de julho a 5 de agosto de 2010; XIV CBAS: “Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho de assistentes sociais”, Águas de Lindóia/SP, 14 a 18 de outubro de 2013

² XIII ENPESS: “Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão”, Juiz de Fora/MG, 5 a 9 de novembro de 2012; XIV ENPESS: “Lutas Sociais e Produção de Conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital”, Natal/RN, 30 de novembro e 04 de dezembro de 2014.

Contribuindo para este cenário ou corroborando este cenário, no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foram encontrados dois trabalhos de Conclusão de Curso³ cuja temática se relacionava ao Saneamento Básico e ao Serviço Social. Já no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFSC não encontramos dissertações ou teses relacionadas diretamente com a temática de Saneamento Básico e Serviço Social, mas sim, inter-relacionadas⁴.

Em vista de todos os elementos apresentados, a pesquisadora se reconheceu instigada para a realização de uma reflexão sobre a atuação do Serviço Social dentro da empresa Iguatemi, no eixo esgotamento sanitário dentro do Saneamento Básico, do qual participou, de maneira direta e indireta em diferentes momentos do período de estágio. Dessa forma, o objetivo principal da pesquisa foi o de analisar os desafios da intervenção técnica socioambiental do assistente social na área do Saneamento Básico, no âmbito de uma empresa de engenharia e consultoria da Grande Florianópolis.

Já os objetivos específicos do estudo foram: contextualizar os aspectos principais da política de Saneamento Básico; identificar as diretrizes da intervenção técnica socioambiental do assistente social na Política de Saneamento Básico e nas legislações afins; caracterizar as ações técnicas socioambientais desenvolvidas pelos profissionais sociais na empresa Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia LTDA; analisar os aspectos desafiadores na execução das ações dos assistentes sociais na empresa referenciada, em face da perspectiva na Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007).

Para alcançarmos estes objetivos, realizamos uma investigação de natureza quanti-qualitativa, escolhendo como metodologia de abordagem uma pesquisa exploratória e a utilização de fontes bibliográficas e documentais.

No que se refere à natureza quanti-qualitativa, as informações quantitativas recolhidas para o estudo procuram descrever e explicar um fenômeno produzido com regularidade. Já o aspecto qualitativo vem a ser uma forma de trabalhar e aprofundar o universo de informações apresentadas quantitativamente, além de explicitar os assuntos pertinentes ao estudo. Os dois universos não são antagônicos e procuraram se complementar para o aprofundamento do tema e maior fidedignidade interpretativa (MINAYO, 2012, p. 21 e 22).

³ “Os desafios para o Serviço Social diante do trabalho técnico social nas obras de Saneamento Básico”, de Joziane Hack em 2009; “Saneamento Básico no Campeche e o Planejamento Participativo: demandas para o Serviço Social”, de Ana Laura Pacheco Alves em 2013

⁴ “Fundamentos da Análise Marxista sobre a Temática Ambiental e o Serviço Social”, dissertação de Vandenéia Bourckhardt em 2010; “A implementação da Política de Educação Ambiental do Município de Florianópolis: Novas Demandas Ao Serviço Social”, dissertação de Letícia Soares Nunes em 2012.

Quanto à abordagem do tipo exploratório, ela permite aumentar o conhecimento acerca do fenômeno ou situação, esclarecendo conceitos, estabelecendo prioridades e obtendo informações sobre as possibilidades práticas de realização de pesquisas em situações de vida real (SELLTIZ, 1975, p. 60).

As fontes primárias da pesquisa foram os documentos produzidos e relacionados diretamente com os profissionais de Serviço Social da empresa. Este tipo de pesquisa se caracteriza como documental, pois forma um conjunto de materiais que não receberam nenhum tipo de tratamento analítico (GIL, 2008, p. 51). Dentre os documentos primários analisados estão: os editais para os Projetos de Trabalho Socioambientais, as autorizações contratuais da Empresa Iguatemi e da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), os Contratos de Prestação de Serviços Técnicos Especializados, os Projetos de Trabalho Socioambientais, os Termos de Referência dos Projetos de Trabalho Socioambiental e os Relatórios Mensais acerca do Trabalho Socioambiental desenvolvido no ano de 2015.

As fontes secundárias são os elementos absorvidos por materiais bibliográficos pesquisados (artigos afins, trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses e livros) que auxiliaram no debate e na explanação das temáticas. Os principais autores utilizados foram: Inês da Silva Moreira, Andrés Domínguez Gómez, Maria das Graças e Silva.

Para apresentar os itens mencionados na pesquisa, dividimos o trabalho em três partes. Na primeira seção, fazemos uma explicitação acerca da política de Saneamento Básico desde a década de 1990 até o ano de 2014. Esse contexto foi marcado por diferentes governos, que vão desde Fernando Collor de Mello até Dilma Rousseff, com a instauração do Ministério das Cidades. Para o desenvolvimento deste item, partimos de alguns debates acerca do meio ambiente e, dentro dele, entendendo que o saneamento básico é um tema transversal a esta esfera, aprofundamos a nossa análise com definições, o panorama brasileiro e o marco regulatório do saneamento básico no Brasil.

Na segunda seção do trabalho, apresentamos algumas considerações sobre o saneamento básico no Estado de Santa Catarina e a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), que é a principal promotora de saneamento básico no Estado. Em relação direta com CASAN, através de prestação de serviços especializados, apresentamos o papel da empresa Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia e o seu setor de Serviço Social.

Caminhando para uma aproximação e contextualização do trabalho social das assistentes sociais dentro da empresa referenciada, apresentamos as intervenções e atividades realizadas na área do Saneamento Básico no Estado, tendo como pano de fundo seis diferentes

localidades⁵ que receberam obras de saneamento e onde, conseqüentemente, se desenvolveu o respectivo trabalho social no decorrer do ano de 2015.

Em cada localidade, houve intervenções e ações de um profissional diferente de Serviço Social da empresa de consultoria. E estes profissionais, mensalmente, durante o período de contrato, elaboravam relatórios de acompanhamento do trabalho social junto ao território. Em 2015, totalizaram-se 64 relatórios de acompanhamento que se constituíram as fontes primordiais e forneceram os dados empíricos para este estudo.

Dentro destes relatórios, algumas informações foram extraídas e analisadas, a saber: dados contratuais, cronograma de intervenção, prazos para o trabalho técnico social, público-alvo, investimentos, recursos e, por último, os eixos estruturantes dos projetos de trabalho. Cada uma destas informações resultou em um quadro ou gráfico que foi analisado de forma quantitativa e qualitativa, a fim de estabelecer relações e correlações que interferissem no trabalho dos assistentes sociais na área.

Posteriormente, na terceira e última seção deste trabalho, elegemos três localidades dentre as seis em que o trabalho técnico social foi desenvolvido. Dentro destas localidades, realizamos um recorte do cronograma geral de ações dos assistentes sociais, com ênfase no ano de 2015. Em cima deste recorte, foram elaborados e analisados dois quadros: um quadro contendo informações específicas dos eixos que nortearam o trabalho técnico social no referido ano; e outro quadro, com uma lista das ações desenvolvidas nas três localidades, a fim de que tivéssemos uma visão comparativa das intervenções comuns nos três projetos.

Para auxiliar no debate do segundo quadro, foram retirados, de cada um dos relatórios mensais, alguns detalhes das atividades realizadas e das atividades não realizadas. Estas informações apresentaram significativos elementos para compreendermos os desafios que atravessaram a profissão na área do saneamento básico e no trabalho no âmbito de uma empresa de consultoria. No último subitem, para complementar o debate, apresentamos alguns temas que perpassaram a experiência de estágio e fizeram parte dos aspectos desafiadores na execução das ações dos profissionais de Serviço Social, em face da Política Nacional de Saneamento Básico.

⁵ Levando em consideração as questões éticas pertinentes à Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, não foram mencionados os nomes das localidades e profissionais envolvidos. As localidades referenciadas por este trabalho serão identificadas como “Cidade A”, “Cidade B”, “Cidade C”, “Cidade D”, “Cidade E” e “Cidade F”.

2. SANEAMENTO BÁSICO E SUAS INTERFACES

Esta seção tem por objetivo apresentar as diversas definições de meio ambiente e os marcos legais da Política de Saneamento Básico no Brasil. O saneamento básico está diretamente ligado à água, e é da água que retiramos vários nutrientes importantes para assegurar a nossa existência. Por sua vez, as doenças advindas da água representam grande ameaça à vida, motivo pelo qual se faz necessária a adoção de políticas de proteção e controle do meio ambiente, em que se enquadra o saneamento básico.

Para alcançar nosso objetivo, propomos resgatar alguns conceitos, legislações e apresentar o contexto histórico pertinente ao meio ambiente, e na articulação deste conjunto de informações, adentramos no saneamento básico. Com relação a este aspecto, tendo por pano de fundo alguns processos políticos de governo, apresentamos o principal marco regulamentário da Política Nacional de Saneamento Básico, no Brasil, a partir da Constituição de 1988 até a sua atual configuração.

2.1. NOTAS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL

O termo meio ambiente tem diferentes significados, dependendo do contexto, da cultura e do momento histórico em que é observado. Ora, de uma forma geral, no lado ocidental, o termo foi percebido, inicialmente, como algo separado do ser humano, que necessitava ser conquistado e dominado. Este abismo imperou na sociedade por um longo período e era levantado como argumento para justificar as mais diferentes expansões territoriais, tecnológicas, econômicas, industriais ou qualquer outra que apresentasse argumentos técnicos relevantes. Em outro exemplo, um olhar para a relação do homem-homem pode vir a ser sinônimo desse processo (GONÇALVES, 1990).

Uma mudança nesta dimensão ganhou maior relevância a partir de meados de 1970, época em que se começou a explicitar os altos índices de poluição e de degradação ambiental em diferentes partes do mundo, com destaque para a crítica à industrialização e à mercantilização como fatores emergentes neste processo.

A partir daí, foi inevitável uma avalanche de colóquios, encontros e seminários em diferentes partes do globo. Esses eventos suscitaram um elemento comum, colocando em

cheque a forma com que todos se relacionam com o meio ambiente e a questão ambiental, marcada por anos de descaso e lidada de forma peculiar por diferentes segmentos sociais.

Segundo a Política Nacional do Meio Ambiente, pela Lei nº 6.938, de 31/08/1981, hoje, o meio ambiente pode ser visto como um conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permitem, abrigam e regem a vida em todas as suas formas (BRASIL, 1981).

Dentre alguns estudiosos na área, temos Urban (2002, p. 57), que assim define meio ambiente:

(...) conjunto de condições, leis, influências em interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. É ainda tudo o que cerca o ser vivo, que o influencia e que é indispensável à sua sustentação, incluindo o solo, clima, recursos hídricos, ar, nutrientes e os outros organismos. O meio ambiente a partir do entendimento ampliado do conjunto de condições que dão sustentação à vida, meio físico e biológico, também é constituído do meio sociocultural e sua relação com os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem. (*apud* BOURCKHARDT, 2010, p. 32).

Complementando o significado, Reigota (1995, p. 14) explica que o termo abrange a percepção da realidade com a qual os sujeitos estão envolvidos. Segundo o autor, o meio ambiente é um lugar determinado ou percebido onde elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam em processos de criação cultural, tecnológica, histórica e social de transformação do meio natural e construído.

Assim, entende-se que o meio ambiente é constituído por uma totalidade dialética que envolve diferentes aspectos que interagem e se influenciam, e que podem ser de natureza biológica, geográfica, física, social, econômica e cultural, e causam efeitos diretos e indiretos nos diversos aspectos da natureza. Também seus significados constituem uma compreensão abrangente na existência humana.

No Brasil, os primeiros documentos legais sobre o meio ambiente surgiram na década de 1930 e se propunham a regulamentar as leis para os proprietários de terras. A estes cabia o direito de exploração da propriedade, sem causar qualquer dano ao próximo, evitando a poluição do meio e conservando-o (BRAGA, 2009). O momento seguinte, de maior destaque, foi na década de 1960, com a Convenção Internacional da Suécia, também chamada de Conferência Sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo.

Nesta Conferência foi compilada uma declaração com 26 princípios que tinham como objetivo apontar estratégias que oferecessem aos povos do mundo um guia para preservar e

melhorar o meio ambiente humano (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1972). O documento também previa o aumento do número de trabalhos educativos voltados às questões ambientais.

A partir da Conferência de Estocolmo, começam a surgir, de maneira global, disposições legais, organizações e programas ambientais, entre eles, na América do Sul, em 1989, a Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, que contou com a participação da Organização das Nações Unidas (ONU), e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esta comissão produziu um relatório chamado “Nossa Própria Agenda”, que reinterpreta o conceito de desenvolvimento sustentável. As diretrizes deste documento apontam o desenvolvimento sustentável como sendo a erradicação da pobreza, o uso sustentável dos recursos naturais, o zoneamento agroecológico, o desenvolvimento tecnológico compatível com a realidade social e natural, novas estratégias econômicas e sociais, organização e mobilização social e, por último, reforma governamental (BURSZTYN, 2008).

Em 1992, houve outro importante marco para as discussões sobre o Meio Ambiente: a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente/ Rio-92 (CNUMAD) ou ECO-92. Nesta Conferência foram assinados os primeiros acordos internacionais ambientais da história da humanidade: a Agenda 21, a Convenção do Clima e da Biodiversidade, a Declaração do Rio de Janeiro para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Carta da Terra) e a Declaração de Princípios para Florestas. Na Agenda 21 existe uma proposta de que o meio ambiente e o desenvolvimento constituem um binômio inseparável – conceituado pelo desenvolvimento sustentável – que deve ser integrado nas políticas e práticas sociais de todos os Estados (BRASIL, 2016).

A Agenda 21 foi o produto da maior conferência da história internacional sobre o Meio Ambiente. Este instrumento tinha como pano de fundo o fim da Guerra Fria, na década de 1990, quando o foco deixou de ser a ameaça nuclear e outros debates foram inseridos na agenda internacional.

De fato, o documento trouxe uma série de recomendações quanto à contribuição de governos e organismos internacionais, entretanto, ele se apresentou como um instrumento pouco realista dos assuntos internacionais, sobretudo, porque o conceito de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, foi e vem sendo tratado como meio para a consolidação do crescimento e do desenvolvimento econômico, fazendo parecer que a preservação do meio ambiente é aliada ao crescimento econômico, quando na verdade são esferas indissociáveis.

Sob este signo, a humanidade vem aprofundando sua trajetória de destruição da natureza, porque não ataca o cerne da questão, que é debater as causas imanentes da destrutividade do meio ambiente. A dinâmica destrutiva do sistema se manteve e se aprofundou, como afirma Silva (2010, p.45):

As evidências deste processo encontram-se na escassez dos recursos não renováveis, nos níveis de aquecimento planetário, nos efeitos catastróficos dos dejetos industriais e poluentes diversos, na produção incessante de mercadorias descartáveis, numa demonstração incontestada de que o modo de produção capitalista não exerce um domínio adequado e planejado da natureza, revelando uma contradição crescente entre as necessidades de expansão da produção e as condições do planeta para prover esse desenvolvimento.

Ainda, na década de 1990, houve outra série de Conferências Internacionais que convergiram para as demandas da Agenda 21: 1993 - Congresso Sul-americano continuidade Eco/92 (Argentina) e Conferência dos Direitos Humanos (Viena); 1994 - Conferência Mundial da População (Cairo) e I Congresso Ibero Americano de Educação Ambiental (Guadalajara, México); 1995 - Conferência para o Desenvolvimento Social (Copenhague), Conferência Mundial da Mulher (Pequim), Conferência Mundial do Clima (Berlim); 1996 - Conferência Habitat II (Istambul); 1997 - II Congresso Ibero-americano de EA (Guadalajara, México), Conferência sobre Educação Ambiental (Nova Delhi), Conferência Internacional sobre Meio Ambiente, Sociedade, Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade (Thessaloniki, Grécia), 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (Kyoto) (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 20--).

Como podemos perceber, a cooperação internacional tornou-se uma prática comum no âmbito mundial; após a realização da “Rio-92”, a década foi tomada por um vasto número de conferências e congressos que reafirmaram os princípios do desenvolvimento sustentável e a consolidação dos assuntos de meio ambiente na esfera global. Contudo, mesmo com toda a “cooperação” internacional, os resultados foram desestimuladores ao se observar que, tanto os objetivos de combate à degradação ambiental, quanto a erradicação da pobreza não apresentaram dados satisfatórios, segundo a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente em Nova York, na “Rio + 5”.

Esta perceptiva fica clara na 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em que o presidente americano, na época, George W. Bush, pareceu relutante em contribuir para a solução de assuntos de meio ambiente. A sua

recusa em ratificar o Protocolo de Kyoto sobre mudanças climáticas, por exemplo, deixa clara sua posição em relação às questões de meio ambiente.

A partir do novo milênio, os debates internacionais diminuíram. Sobretudo depois dos atentados terroristas ao World Trade Center, em 2001. Em 2000, tivemos a Cúpula do Milênio, em Nova York, que resultou na “Declaração Milênio”; em 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável / “Rio+10” (Johanesburgo /África do Sul); em 2003, a XIV Reunião do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe; em 2005, a comunidade internacional se reuniu para realizar a revisão do Programa de Barbados das Nações Unidas (Ilhas Maurício); e em 2012, houve a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20.

Em todos estes eventos percebemos uma nota em comum: a temática do meio ambiente ganha importância ao longo do processo histórico de desenvolvimento da sociedade capitalista; ao mesmo tempo, observamos um acirramento das problemáticas ambientais em diferentes partes do globo, sobretudo, quando analisamos o discurso do desenvolvimento sustentável expresso no documento Agenda 21, que vem se apresentando como uma forma de resguardar o interesse dos grandes grupos dominantes na arena internacional.

Nestes cenários e tendo em vista as pressões internacionais, o Brasil construiu a sua política do meio ambiente. Conforme Cunha e Coelho Segundo (2003, p. 46), é possível distinguir três momentos na história das políticas ambientais do país: o primeiro período, de 1930 a 1971, que se caracterizou pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais; o segundo período, de 1972 a 1987, em que o Estado teve uma participação vigorosa e sem diálogo com a sociedade civil; e o último momento, de 1988 aos dias atuais, caracteriza-se pelos processos de democratização e descentralização decisórias e pela rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável (*apud* LIRA; COSTA, 2014).

Esta primeira dinâmica, para a política do meio ambiente, se desenvolveu com pouca ou nenhuma importância ao bem-estar da população, sendo marcada por uma economia predominantemente exploratória dos recursos e das riquezas naturais em prol de um desenvolvimento econômico, industrial, político, etc.

Nesta trajetória, destacam-se alguns momentos, como em 1981, com a Lei Federal nº 6.938, que pode ser considerada a peça mais importante de legislação ambiental promulgada no país até hoje. Ela proporcionou a criação de vários dispositivos legais para o meio ambiente como, por exemplo, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), que cria precedentes para o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). O SISNAMA tem a finalidade de criar uma rede de agências governamentais, além de conferir aos Estados a

responsabilidade maior na execução das normas protetoras do meio ambiente, tendo no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) seu órgão superior. Ou seja, uma das mais importantes estratégias adotadas é a responsabilização do Estado em relação as suas próprias ações, ao se exigir que as atividades públicas e privadas sejam exercidas conforme os princípios da legislação ambiental. Também, por esta mesma lei, criou-se o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), de fundamental importância para a aplicação da PNMA.

Em 1985, tivemos a criação do primeiro ministério mais significativo para o meio ambiente no Brasil: o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, sob o governo do então presidente José Sarney. Este órgão, na época, assumiu a definição das políticas e a coordenação das atividades governamentais na área ambiental.

Na Constituição Federal de 1988, a proteção do meio ambiente ganhou identidade própria, sendo definidos os fundamentos de proteção ambiental. Dentre os avanços na Constituição, julgamos conveniente citar alguns artigos e seus desdobramentos:

- a temática do meio ambiente ganhou um capítulo próprio com o Artigo nº 225;
- a temática meio ambiente vem atrelada a outros direitos, como “Dos direitos e deveres individuais e coletivos”, “Da União”, “Das Funções Essenciais à Justiça”, “Dos Princípios gerais da Atividade Econômica”, “Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária”, “Da saúde” e “Comunicação Social”;
- a partir da Constituição houve a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação;
- criou-se um precedente para instituir a Lei nº 11.105, de março de 2005, que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados (OGM) e seus derivados, tendo como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do princípio da precaução para a proteção do meio ambiente;
- dispõe a Lei nº 13.123 de maio de 2015 que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal; o Artigo 1; a alínea *j* do Artigo 8; a alínea *c* do

Artigo 10; o Artigo 15; e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade e dá outras providências.

Portanto, no que diz respeito ao meio ambiente, com a Constituição Federal de 1988, houve grandes avanços, se considerarmos o período histórico antecedente. Em toda a Constituição há menção direta e indireta ao meio ambiente, e a inserção do meio ambiente como um direito socialmente instituído através do capítulo “Da ordem Social” é um ganho à parte. Avançou-se ainda ao estabelecer o meio ambiente com um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Estado, em todas as suas instâncias, garantir sua proteção e preservação para as todas as gerações.

Neste sentido, cabe mencionar ainda que há referência indireta, na Constituição, aos municípios, de quem se pede maior comprometimento com a proteção do meio ambiente, porque é neles que incidem, principalmente, as legislações pertinentes à área. É no município que existe o maior espaço privilegiado e contraditório de discussão dos interesses e das necessidades de seus habitantes.

Com relação aos órgãos específicos de proteção ao meio ambiente, na atualidade, podemos mencionar alguns, como o Ministério do Meio Ambiente, criado em 1999, e que substituiu o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); o Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ); o Conselho Nacional dos Recursos Naturais Renováveis (CONAREN) e o Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente (CFNMA); o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Ministério Público (MP).

No âmbito estadual, especificamente em Santa Catarina, desde 2011, sob a gestão do Governador João Raimundo Colombo, encontramos, na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), o principal órgão de gestão e implementação de políticas públicas para o meio ambiente. Temos também a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FATMA), responsável pela execução das políticas públicas, a Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (CPPA) e o Ministério Público Estadual (MPE).

Na esfera municipal, citando a capital de Santa Catarina, Florianópolis, podemos destacar a Fundação Municipal de Meio Ambiente (FLORAM), a Secretaria do Meio

Ambiente e Desenvolvimento Urbano e o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente na gestão do Prefeito Cesar Souza Junior, desde 2013.

Em suma, existe todo um aparato legal que incide sobre o meio ambiente e as questões ambientais. As políticas públicas, alvo deste arcabouço legal, podem ser consideradas uma das mais avançadas do mundo, entretanto, não houve igual evolução no trato com a fiscalização e punição de delitos ambientais. Não devemos deixar de mencionar que há uma correlação de forças entre os diferentes atores sociais que influenciaram e influenciam estas políticas.

As políticas públicas, hoje, estão a meio caminho entre um discurso atualizado e um comportamento social bastante predatório: por um lado, as políticas públicas têm contribuído para o estabelecimento de um sistema de proteção ambiental no país; por outro, o poder público é incapaz de fazer cumprir, perante os indivíduos e as empresas, uma proporção importante da legislação ambiental (FERREIRA, 1998, p. 107).

É possível citar inúmeros exemplos de degradação ambiental no país, mas devemos compreender que eles estão conectados entre os sujeitos, as ações e seus objetivos. E nestas relações, os caminhos para a democratização da política ambiental podem ser muitos, mas se situam na participação e reforma de Estado, assegurando as conquistas democráticas, fortalecendo as organizações da sociedade, tornando paritária a representação nos órgãos colegiados, diversificando a gestão ambiental, incluindo a criação de instrumentos econômicos de controle ambiental, assegurando a aplicação do princípio poluidor pagador e a gestão participativa para o desenvolvimento sustentável consciente, multiplicando os foros de negociação entre atores sociais atingidos diretamente por decisões de investimentos públicos (MOREIRA, 2013).

Igualmente torna-se fundamental que todos os cidadãos participem para que as decisões sejam tomadas e desenvolvidas a partir do reconhecimento das necessidades básicas da população, caso contrário, os processos legais podem estar fadados a uma inutilidade política e ao favorecimento de uma pequena parcela da população.

Nesta conexão, a educação ambiental e o protagonismo social são ferramentas importantes dentro das políticas públicas do meio ambiente, como em qualquer política. Elas devem ser articuladas por diferentes aspectos para garantir a continuidade e aplicabilidade da Política Nacional do Meio Ambiente.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795 de 1999, e regulamentada pelo Decreto nº 4.281 de 2002, representou grandes avanços legais para o meio ambiente, trazendo no bojo da política de educação uma série de princípios que

definem a educação ambiental como permanente e continuada, presente e articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

Segundo a legislação vigente, a educação ambiental é um processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimento, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Assim, a educação ambiental pode ser considerada como uma ação multidisciplinar que busca sensibilizar e aprofundar a consciência cívica e a responsabilidade social individual e coletiva, bem como subsidiá-los com fundamentação teórica e prática suficiente para serem agentes multiplicadores, facilitadores e monitores do ambiente e do seu entorno geográfico (GÓMEZ, 2011). Ou seja, este instrumento pode ser um mecanismo de participação com vistas a produzir interesses e valores universalizantes em diferentes concepções dos direitos sociais, inclusive, do direito ao meio ambiente.

Conjuntamente, a PNEA deve ser pensada e trabalhada como um valor inseparável do exercício da cidadania, estimulada através de uma perspectiva crítica sobre a problemática ambiental indissociável da social e desenvolvida a partir de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações. Em outras palavras, envolve aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos (BRASIL, 1999).

2.2. MEIO AMBIENTE E SUA RELAÇÃO COM O SANEAMENTO BÁSICO

Dentre os temas que atravessam e estão relacionados com o meio ambiente está o saneamento básico, que é indispensável para a vida, tanto na prevenção de doenças, quanto na preservação do meio ambiente, na manutenção da vida e como um direito básico a todos.

De acordo com a Lei nº 11.445/07, o conceito de saneamento básico está relacionado a um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas (BRASIL, 2007).

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o saneamento pode ser entendido como o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem estar físico, mental e social. Também é um conjunto de medidas adotadas (abastecimento de água tratada; coleta e tratamento de esgoto; limpeza urbana;

manejo de resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais) pelos três níveis de governo (Municipal, Estadual e Federal) para melhorar a vida e a saúde dos habitantes, impedindo e prevenindo que fatores físicos, biológicos e químicos de efeitos nocivos tragam danos ao bem estar físico e mental das pessoas (TRATABRASIL, 2014).

Resumindo, essencialmente, as definições de saneamento básico estão ligadas às questões de saúde e constituem um dos mais importantes setores de infraestrutura. Seus benefícios se ampliam para diferentes eixos, inclusive para a sociedade, meio ambiente, educação, saúde e habitação. A falta de saneamento causa uma série de doenças e problemas ambientais que, hoje, se apresentam com um dos grandes desafios para o país, que ocupa a posição número 75 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os 188 países analisados pela ONU (PNUD, 2015).

Em 2014, as doenças de transmissão feco-oral, especialmente as diarreias, representaram uma média de 80% das doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado. Só no ano de 2013, segundo o Ministério da Saúde, foram notificadas mais de 340.000 internações por infecção gastrointestinais no país. Em 2011, nas maiores cidades do Brasil, foram internadas, por diarreia, 54.339 pessoas, sendo que destas, 28.594 eram crianças entre zero a cinco anos (TRATASAUDE, 2014).

Observando a Tabela 1, de cobertura no saneamento básico nos três eixos (abastecimento, esgotamento e manejo de resíduos sólidos) de 2010, do Plano Nacional de Saneamento Básico (BRASIL, 2014, p. 22), percebemos a proporção do desafio para o setor.

Tabela 1: Atendimento e déficit por componente do saneamento básico no Brasil, 2010

Componente	Atendimento		Déficit			
	Adequado		Atendimento precário		Sem atendimento	
	(x 1.000 Hab)	%	(x 1.000 Hab)	%	(x 1.000 Hab)	%
Abastecimento de água	112.497	59,4	64.160	33,9	12.810	6,8
Esgotamento sanitário	75.369	39,7	96.241	50,7	18.180	9,6
Manejo de resíduos sólidos	111.220	58,6	51.690	27,2	26.880	14,2

Fonte: Plano Nacional de Saneamento Básico⁶

⁶ Elaborado através de dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011), SNIS de 2010 (SNSA/MCidades), PNSB (IBGE, 2008).

Verificamos, na tabela, que a maioria da população brasileira, em 2010, tem um abastecimento de água e manejo de resíduos sólido aceitável para os padrões de saneamento básico do Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB). Porém, mais do que a metade da população recebe um ineficiente atendimento em esgotamento sanitário: cerca de 60%. O déficit é bastante significativo, se analisarmos o saneamento básico em sua totalidade.

Segundo a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, é inquestionável o avanço no setor até 2000. Contudo, o país está muito aquém do necessário investimento para uma significativa melhoria nas condições de saúde dos cidadãos e na universalização dos serviços. Com cerca de R\$ 12.000.000.000,00 investidos em 2014, o setor enfrenta descaso de financiamentos nos últimos 04 anos, contrariando todo o arcabouço legal construído na área até o momento (ABES, 2015).

Assim, levando em consideração o investimento de 12 bilhões de reais, é necessário apontar que ele também apresentou uma distribuição desuniforme no território nacional. Só para o Estado de São Paulo houve o investimento de 33,42%, em contrapartida ao Estado de Alagoas, com 0,21% (BRASIL, 2016). Igualmente contribuindo para apresentar um perfil dos investimentos no setor, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida (FATTORELLI 2015), temos uma previsão orçamentária geral da União, no ano de 2014, com pouquíssimo investimento nas áreas ligadas à gestão do meio ambiente (0,36%), do saneamento (0,15%), da saúde (3,91%) e da educação (3,44%).

Destacamos ainda, no Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), através do Diagnóstico de Serviços de Água e Esgoto, as seguintes informações:

- Municípios que responderam o formulário simplificado em 2014: 1.706 municípios;
- Municípios que responderam o formulário simplificado de água: 8 municípios;
- Municípios que responderam o formulário simplificado de esgoto: 1.698 municípios;
- Alternativas principais de municípios que declaram não ter sistema de esgotamento sanitário: 1.062 responderam que são as fossas sépticas/sumidouros, 312 fossas rudimentares, 50 valas a céu aberto, 62 lançamentos em cursos d'água, 66 galerias de águas pluviais, 26 dizem ter outras soluções como alternativa principal;
- Municípios que não prestaram qualquer tipo de informação referente ao esgotamento sanitário: 120 não responderam ao item (BRASIL, 2016).

Considerando que existem 5.561 municípios (IBGE, 2010) no país e que 30% deles participaram do SNIS, as informações elencadas revelam que o setor de saneamento ainda necessita de um esforço de investimentos bastante significativo, inclusive, da própria participação dos gestores municipais, que devem se conscientizar sobre a importância desta ferramenta para o planejamento e a execução das políticas públicas, pois é nas esferas estadual e municipal que esses dados fornecem importantes insumos para a melhoria dos níveis de eficiência e eficácia da gestão das instituições prestadoras dos serviços, uma vez que eles proporcionam uma gama de possibilidades em análises do setor (SNIS, 2014).

Sendo assim, podemos afirmar que um sistema de saneamento adequado é condição necessária para o desenvolvimento econômico e social de um país, portanto, não possuí-lo ou tê-lo de maneira precária não apenas gera estagnação, como também contribui para a deterioração crescente das condições sociais e de vida da população, enfraquecendo o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

Por fim, o setor de saneamento básico é caracterizado por uma multiplicidade de mediadores e uma complexa estrutura institucional que demanda um significativo aporte de recursos financeiros, iniciativas e planejamentos setoriais, coordenação entre os órgãos, articulação das ações e identificação das competências institucionais.

O saneamento básico está diretamente ligado à água, pois dela se tiram vários nutrientes importantes para assegurar uma vida. As doenças advindas da água representam grande ameaça à vida humana, motivo pelo qual se faz necessária a adoção de políticas de proteção e controle do meio ambiente, em que se enquadram o saneamento básico.

2.3. MARCO REGULATÓRIO

O Saneamento Básico no Brasil começou a ser sistematizado como política a partir de 1969, através do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). Este plano começou a funcionar somente dois anos depois de sua sistematização, quando passou a destinar recursos para os estados criarem suas próprias companhias de saneamento. Para isso, instituiu-se o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS), gerido pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) (BRITTO, 2011).

Para obter o financiamento, cada estado da federação deveria criar, com base em seus recursos orçamentários, um Fundo de Financiamento para Águas e Esgotos (FAE) e uma companhia estadual de saneamento. O Sistema PLANASA funcionou bem até o final dos

anos 1980, quando houve um desequilíbrio financeiro das companhias estaduais e o plano entrou em decadência (GALVÃO JUNIOR et al., 2009).

Após a extinção do PLANASA, o próximo momento significativo para várias políticas nacionais, inclusive para o saneamento básico, foi a Constituição Federal de 1988. Pela constituinte, não há uma menção direta ao saneamento básico como um direito social mínimo, mas ele vem embutido em outros direitos básicos. Ademais, em uma pesquisa sobre saneamento básico, na Constituição de 1988, identificamos cinco itens principais ligados a ela.

O primeiro está no art. 21, § XX, que atribui como competência da União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos. Neste tópico, nota-se que a União se coloca na posição de fixar parâmetros nacionais, como uma competência material, e abre lacunas para a participação dos demais entes da federação, no sentido de sua cooperação com a política de saneamento básico.

A segunda referência está no art. 23, § IX, sobre a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na promoção de programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento. Neste item, percebemos uma possibilidade de relação conjunta para o serviço de saneamento básico nas diferentes instâncias de governo, o que vem a ser traduzido, por exemplo, como programas do tipo “Saneamento para Todos”.⁷

No terceiro item, o saneamento básico vem mencionado implicitamente pelo art. 30, § V, em que se estabelece a competência dos municípios para organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial. Conforme este artigo, não há uma menção direta à prestação do serviço de saneamento pelo município, mas é nele que o serviço incide, por isso, a competência no município lhe é importantemente atribuída, a fim de contemplar a realidade local.

O quarto item, art. 25, § 3, também não faz menção explícita ao saneamento básico, mas é um importante item relacionado à forma com que os serviços de saneamento básico podem ser ofertados à população. O artigo menciona que aos estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o

⁷ Este item será abordado posteriormente.

planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Em outras palavras, este artigo abre lacunas para a oferta de serviços de interesse público de forma focalizada, seja no nível microrregional, seja no nível regional ou estadual. Este aspecto repercute sobre o saneamento básico de forma contraditória e complexa, porque possibilita fragmentar os serviços que compõem o saneamento básico.

O último item que mostra a ligação da constituinte com o saneamento básico está no artigo 200, § IV, que trata do sistema público de saúde, que conclama a participar da política e da execução das ações de saneamento básico. Este item vem complementar o que já foi mencionado anteriormente, isto é, que o saneamento constitui um dos mais importantes meios de prevenção e manutenção da saúde, por isso, deve ser atribuído a diferentes atores.

Antes de continuarmos, acreditamos ser interessante observar que, com a compilação destes artigos, a Constituição articula o saneamento básico com o conjunto maior em que ele estaria inserido, como um recurso e acesso a outros temas ligados a ele. Neste sentido, reconhecemos a própria fragilidade do compromisso com o direito e a cidadania da população expressos na política do saneamento básico.

Depois da Constituição Federal, temos um longo caminho até a conjuntura atual da política de saneamento. Neste percurso, atores, interesses, instituições e conjunturas se configuraram em uma arena decisória nas políticas públicas sobre o saneamento básico, condicionando a conjuntura atual desta política. Levando em consideração estes períodos e os governos até o ano de 2015, o passo seguinte consiste em apontar alguns dos marcos legais que influenciaram o tema sobre diferentes gestões de governo.

a) Gestão de Fernando Collor de Mello (1990 a 1992) e Itamar Franco (1992 a 1994)

Em um contexto econômico e político delicado, Collor marcou o início de seu mandato com pacotes de medidas visando implantar reformas de caráter econômico e administrativo. Estas reformas buscavam o combate à inflação, a diminuição da intervenção do Estado e a internacionalização da economia. Contudo, suas propostas políticas não apresentaram resultados favoráveis no conjunto da sociedade e seu governo durou apenas dois anos.

Sob este governo, também merece destaque a extinção do Ministério de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente, que se transformou em Ministério da Ação Social, e a política de saneamento ficou vinculada a nova Secretaria Nacional de Saneamento (KANNO, 2015).

Em 1990, temos a primeira pesquisa, feita pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), para a modernização da rede de infraestrutura nacional. O Instituto formulou, de acordo com

as recomendações do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Urbano da ONU, um Plano de Modernização do Setor de Saneamento Básico (PMSS). Na época, também se instituiu o Serviço Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Além disso, em agosto de 1990, o governo lançou o Plano de Ação Imediata de Saneamento do Brasil, que pretendia realizar investimentos no setor, angariando recursos do FGTS, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (MENDES, 1992).

No mesmo ano, temos a promulgação da Lei nº 8090/1990, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS) e trouxe como obrigação desse sistema promover, proteger e recuperar a saúde, englobando a promoção de ações de saneamento básico e de vigilância sanitária. Em diversos momentos da lei, há definições e determinações ligadas ao saneamento básico, trazendo uma importância decisiva para a melhoria das condições de saúde da população.

Destacamos também a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, que se aplicam de forma precedente e complementar aos direitos e obrigações dos usuários de serviços públicos de saneamento básico, definidos nas respectivas políticas municipais.

No último ano de mandato de Collor, 1992, entra em vigência o primeiro Plano Plurianual (1991-1995) e se faz a menção de aumentar os investimentos nas áreas sociais e de infraestrutura. Paradoxalmente, os problemas urbanos ficaram restritos à habitação e ao saneamento, e nesse contexto, a Secretaria Nacional de Habitação e a Secretaria de Saneamento estavam ligadas ao Ministério da Ação Social.

Em 1993, com o impeachment de Fernando Collor Mello, assumiu o Presidente Itamar Franco. Neste governo, foi adotada uma nova moeda para o controle da inflação no país, e então, o aceleramento das discussões acerca do Mercosul, a flexibilização e reestruturação produtiva começam a entrar no debate nacional.

Sobre o meio ambiente e saneamento, com este presidente, temos uma Pasta específica de Meio Ambiente e a mudança do Ministério da Ação Social para o Ministério do Bem-Estar Social (KANNO, 2015). Há também a aprovação da Lei nº 8.666/1993, sobre licitações, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

b) Gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998 / 1999 a 2002)

De 1995 a 2003, por dois mandatos consecutivos, temos como Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). O primeiro mandato foi marcado por uma estabilidade econômica advinda do Plano Real, mas no segundo, o país enfrentou flutuações políticas e econômicas que culminaram em várias mudanças no país. Este governo ficou conhecido pela privatização de empresas estatais, criação de agências regulatórias, mudança da legislação que rege o funcionalismo público e introdução de programas de transferência de renda.

Neste período, FHC criou a Secretaria de Políticas Urbanas (SEPURB), destinada a operacionalizar os projetos nas áreas de habitação e saneamento, e extinguiu o Ministério do Bem-Estar Social, significando uma retração do setor (KANNO, 2015). Outra marca de seu governo foi a retomada dos financiamentos de habitação com base nos recursos do FGTS. Dentre os programas criados no governo FHC, destacam-se os programas de financiamento voltados ao beneficiário final (Carta de Crédito, individual e associativa).

No ano de 1995, temos a Lei nº 8.987, de Concessões e Permissões de Serviços Públicos. Esta lei dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos previstos no art. nº 175 da Constituição Federal e dá outras providências. Ela se aplica a quaisquer obras de interesse público, mediante licitação e livre concorrência à pessoa jurídica ou consórcio.

Em 1997, temos a Lei nº 9.433/1997, que estabelece a política nacional de recursos hídricos, definindo como objetivo a garantia da disponibilidade de água para gerações futuras. Ela cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), as diretrizes que outorga os direitos de uso de recursos hídricos e da cobrança pelo uso desses recursos, tanto para a captação de água para abastecimento público como para o lançamento no meio ambiente. Assim, esta lei afetou a política de saneamento básico e as legislações estaduais que se utilizavam dos recursos hídricos de seus domínios (BRASIL, 1997).

No ano seguinte, temos aprovação da Regulamentação do Plano Plurianual, através do Decreto nº 2.829/1998. Esta lei determinou que toda a ação finalística do Governo Federal deveria ser estruturada em Programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano Plurianual (BRASIL, 1998).

Com o segundo mandato de FHC é extinto o Ministério do Bem-Estar Social, em 1999, e temos a criação do Ministério do Meio Ambiente e do Programa Habitar Brasil/ BID (KANNO, 2015). Este programa visava o incentivo à geração de renda e o desenvolvimento em assentamentos de risco ou favelas para melhorar as condições habitacionais. Eram promovidas ações, como: construção de novas moradias, implantação de infraestrutura urbana e saneamento básico, e recuperação de áreas ambientalmente degradadas. A Caixa Econômica

Federal (CEF) foi o agente financeiro, técnico, operacional e responsável pela implementação do programa (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, [19--]).

No mesmo ano, temos a Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, como já mencionado em seção anterior.

No ano de 2000, houve a alteração do artigo 6º da Constituição Federal, com a Ementa nº 26, em que se incluiu a moradia entre os direitos sociais e se reforçou o papel da União na promoção de moradia digna. Esta ementa influi diretamente na promoção do saneamento básico como um direito incluso na moradia digna (BRASIL, 1988)

Como última mudança significativa para o saneamento, efetuada no governo de Fernando Henrique Cardoso, citamos, no ano de 2001, o Estatuto das Cidades. O Estatuto disciplina os artigos nº 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece as diretrizes da política urbana, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, conforme podemos verificar na transcrição a seguir:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º *Omissis*.

Trata-se de uma lei de grande importância para os debates transversais à área da habitação, e suas disposições auxiliam na persecução dos objetivos da política urbana, fixando

um mínimo estratégico para o crescimento da cidade e, conseqüentemente, atingindo o saneamento básico.

b) Gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006 / 2007 a 2010)

De 2003 a 2011, por dois mandatos consecutivos, temos como Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Neste governo, é extinto o Ministério da Integração Nacional e desmembrado em três outros ministérios, entre eles, o Ministério das Cidades. Neste Ministério, temos a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (KANNO, 2015).

No primeiro ano de mandato, deu-se início às operações de crédito no setor público através do Conselho Monetário Nacional (CMN), com a Resolução nº 3.153. Esta resolução ampliou a Resolução nº 2.827/2001, de crédito ao setor público, e possibilitou o financiamento de ações de saneamento ambiental para Estados, Municípios e Companhias de Saneamento.

Com o Ministério das Cidades, o trabalho social junto às obras de interesse social também passou a ser componente básico da Política Nacional de Habitação, estendendo esta exigência aos demais programas aos quais se concedessem recursos a fundo perdido e àqueles obtidos através de empréstimos a Estados e Municípios.

Em 2004, temos a Lei nº 11.079, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública (BRASIL, 2004).

No ano seguinte, segundo Peixoto (2013), temos três leis que interferiram sobremaneira no setor de habitação e saneamento. A primeira é a Lei nº 11.124, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

Destacamos também a Lei nº 11.107, de Consórcios Públicos, que estabelece normas gerais de contratação de Consórcios Públicos, possibilitando a criação de união entre os Entes Federados para a gestão, prestação, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento. Esta lei inaugura uma nova fase de reorganização do setor de saneamento, acentuando a necessidade de que todos os entes federados se envolvam, proporcionando uma “gestão associada”. Em sua essência, traduz-se o objetivo de viabilizar a atuação integrada e cooperada entre União, Estados e Municípios, considerando-se os consórcios públicos e os convênios de cooperação mecanismos democráticos substanciais para a universalização desse serviço público.

Por último, citamos o Decreto nº 5440, que estabelece as definições e os procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informações ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.

Em 2006, com a Lei nº 5.790, se dispôs sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades (ConCidades). Este conselho é de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades, e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como acompanhar e avaliar a execução (BRASIL, 2006).

Neste ano, também foi estabelecida a Lei complementar nº 123, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Em linhas gerais, esta lei estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (ADSFAD, 2006).

No ano de 2007, temos a Lei nº 11.445/2007, que dá as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (LDNSB). Esta lei foi consideravelmente importante para o setor de saneamento básico. Ela reafirmou a necessidade da universalização dos serviços, dispondo da adoção de métodos, técnicas e processos que consideram as diferenças locais e regionais, e que não causem risco à saúde e ao meio ambiente. Ainda dá uma clara tendência de articulação das políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional de cooperação e participação, controle e inclusão social. Ou seja, ela alinhou, no âmbito nacional, as necessidades municipais de saneamento básico.

Segundo Peixoto (2013), dentre alguns detalhes da lei, temos aquele em que ela estabeleceu a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) como instrumento de implementação da Política Federal de Saneamento Básico. Este Plano deve ser elaborado com horizonte de 20 anos, avaliado anualmente e revisado a cada quatro anos, preferencialmente em períodos coincidentes com os de vigência dos planos plurianuais.

Em suma, a Lei nº 11.445/2007 se configurou como um importante avanço para o saneamento básico no Brasil, reconhecendo a importância de investimentos no setor para a melhoria da prestação do serviço público essencial à qualidade de vida. Neste mesmo ano temos o Decreto nº 6.025 de 22 de janeiro, que diz respeito ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (BRASIL, 2007).

Segundo o Ministério das Cidades (2007), o PAC (2007-2010) foi um programa que visava promover a aceleração do crescimento econômico, o aumento de empregos e a melhoria nas condições de vida da população brasileira. O programa consistiu em um conjunto de medidas destinadas a: investimento em infraestrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e medidas fiscais de longo prazo.

Com o PAC, o conjunto de investimentos estava organizado em quatro eixos: logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural e combustíveis renováveis); infraestrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos) (ALVES, 2012, p. 21).

Previa-se, na primeira etapa (2007-2010) do programa, um investimento de 40 bilhões de reais, dos quais, uma concessão, pela União, de crédito à Caixa Econômica Federal (CEF), para aplicação em saneamento e habitação (R\$ 5,2 bi – MP), e ampliação do limite de crédito do setor público para investimentos em saneamento ambiental e habitação (R\$ 7,0 bi – Resoluções CMN).

Na prática, o PAC surgiu como uma promessa de retorno do Estado ao papel de indutor da economia e do crescimento econômico de forma planejada, adotando medidas de manutenção e intensificação do Estado neoliberal.

Em 2008, com o Programa Minha Casa Minha (PMCMV), houve a concessão de investimentos da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades e operacionalizada pela CEF. Este programa tinha como objetivo tornar a moradia acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos (CAIXA, 2016).

Foi também o período da primeira etapa do PLANSAB, com a materialização do documento “Pacto pelo Saneamento Básico: Mais Saúde, Qualidade de vida e Cidadania”. Este pacto tinha o propósito de buscar a adesão e o compromisso de toda a sociedade, por meio dos segmentos representados no Conselho das Cidades (Poder Público, empresários, trabalhadores, movimentos sociais, ONGs e Academia e Pesquisa), bem como dos prestadores de serviços e outros órgãos responsáveis pelo Saneamento Básico, em relação aos eixos e às estratégias e ao processo de elaboração e implementação do PLANSAB. Seus objetivos e metas formavam cinco grandes eixos: universalização, participação e controle social, cooperação federativa, integração de políticas, gestão e sustentabilidade (BRASIL, 2016).

No ano seguinte, houve a regulamentação e a regularização fundiária do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), através da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

No último ano de mandato do governo de Lula, em 2010, temos a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), disciplinando os aspectos que se aplicam a todos os entes da Federação e às pessoas físicas e jurídicas responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos, e às que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos. Para o mesmo ano, temos ainda a regulamentação da Lei de Resíduos Sólidos, com o Decreto nº 7.404, que estabelece Planos de Resíduos Urbanos e priorização dos recursos para soluções regionalizadas. (BRASIL, 2010).

O IBGE também publica, neste ano, uma Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, que contribui para analisar a real materialização de investimento nos setores de saneamento.

c) Gestão de Dilma Roussef (2011 a 2014 / 2015 a –)

Em 2011, temos o começo do governo de Dilma Roussef, que iniciou o seu mandato seguindo a política econômica do Governo de Lula. Temos uma política que tenta manter uma estabilidade perante a crise internacional deflagrada em 2007, com o incentivo a setores da indústria, a tentativa de controle inflacionário, a preocupação em continuar o pagamento da dividida pública e a manutenção de programas existentes, tais como: o PAC 2, o Programa minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Neste governo, temos a continuação dos Ministérios do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério das Cidades (KANNO, 2015).

Em 2011, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC2) com previsão de ações para os anos 2011 a 2014, e um investimento de R\$ 45 bilhões. O PAC2, através do Ministério das Cidades (2015), autorizou projetos em obras de urbanização, de assentamentos precários, saneamento, pavimentação e prevenção. O programa, nesta segunda etapa, visou diminuir riscos no tratamento de água em áreas urbanas, melhorar o abastecimento de água e esgoto para a população, investir em estações de tratamento, reservatórios, adutoras para aumentar a produção de água e melhorar a distribuição, reduzindo perdas hídricas. E para complementar, o ano fecha com a Portaria nº 2.914, pelo Ministério da Saúde, que dispôs sobre procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

Em 2014, temos, finalmente, a Portaria nº 21, da inclusão do Trabalho Social associado a programas de interesse social. Esta portaria se constitui uma grande conquista para o trabalho social porque aprova o manual de instruções do trabalho social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Ela define o trabalho social como:

um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (PORTARIA 21, 2014)

Levando em conta todas as informações colocadas, podemos dizer que a Política Nacional de Saneamento Básico é cheia de contrastes e vem acompanhada pelas transformações políticas, sociais e econômicas nos diferentes momentos do país. Contextualizar esta política cronologicamente fornece um material rico para pensar a atuação das políticas no espaço urbano na sociedade capitalista e para refletir que:

(...) todo este contexto está longe de ser uma instância neutra voltada ao bem-estar e à igualdade social é um campo de intensas contradições e conflitos de interesses, marcados pela permanente tensão entre interesses públicos e privados, entre as lutas por direitos coletivos e o uso instrumental do Estado a favor de uma ordem econômica que produz e reproduz continuamente as desigualdades sociais e a pobreza. (ALGEBAILLE, 2005 *apud* SALLES, 2008, p. 15 e 16).

Ademais, mesmo conferindo que a Política Nacional de Saneamento Básico esteve permeada de contradições ao longo de sua trajetória e ainda apresenta baixa efetividade e pouca eficácia, não podemos negar que houve um grande avanço institucional conferido pelo atual ordenamento legal.

3. SANEAMENTO BÁSICO E O ESTADO DE SANTA CATARINA

Nesta seção, buscaremos, inicialmente, traçar um breve panorama e fazer o resgate histórico do saneamento básico no Estado de Santa Catarina, destacando a Companhia Catarinense de Águas de Saneamento (CASAN) como principal prestadora do serviço de saneamento no Estado. E através de licitação de serviços especializados com a CASAN, apresentamos a Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia. Como objetivo de relação entre as duas empresas, focalizamos os Projetos de Trabalho Socioambiental, realizados pelos profissionais de Serviço Social da Iguatemi, os quais serão objeto de análise nesta seção.

3.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO EM SANTA CATARINA

O Estado de Santa Catarina pertence à região sul do Brasil. Em termos geográficos, ele é o menor estado da região, com a extensão territorial de 95,4 mil km², ocupando, assim, a vigésima posição territorial no país. A média de habitantes é de 5.356.360 milhões, distribuídos entre os seus 293 municípios, dos quais, 106 têm até 5.000 habitantes e apenas 10 têm mais de 100.000 habitantes (IBGE, 2016).

Com uma economia diversificada, organizada em vários polos, o Estado é dividido em oito macrorregiões: Litoral, Nordeste, Planalto Norte, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Sul, Meio-Oeste e Oeste. Dentre estas regiões, no Litoral, se destacam o turismo, a tecnologia digital, o setor de serviços e a construção civil. O Norte é tecnológico, moveleiro e metal-mecânico. O Oeste concentra atividades ligadas ao setor de alimentos e de móveis. O Planalto Serrano apresenta a indústria de papel, celulose e de madeira como setores de destaque. No Sul, destacam-se os segmentos de vestuário, plásticos descartáveis, carbonífero e cerâmico. E no Vale do Itajaí predomina a indústria têxtil e do vestuário, naval e de tecnologia (SANTA CATARINA, 2016).

Em termos de destaque com relação aos outros Estados, Santa Catarina, em 2010, esteve na 3^a melhor posição de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (PNUD BRASIL, 2016), em 7^o lugar na arrecadação de tributos federais em 2015 (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2016), em 6^o lugar no *ranking* nacional de Produto Interno Bruto e em 1^o lugar no índice de expectativa de vida, de acordo com o IBGE (2016).

Com relação ao saneamento básico, paradoxalmente ao viés econômico apresentado, Santa Catarina encontra-se entre os piores estados no que se refere à distribuição urbana de rede coletora de esgotos, entre 10% a 20% em 2014. Segundo o próprio Serviço Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) (BRASIL, 2014), apenas 16% dos municípios do Estado têm rede coletora de esgoto, em contrapartida, 97% têm algum tipo de rede de abastecimento de água. Os investimentos federais na rede de esgoto praticamente ficaram no mesmo patamar nos últimos três anos (média de 2,99%), com: R\$ 336,0 milhões em 2014 (2,75%); R\$ 294,8 milhões em 2013 (2,82%); e R\$ 339,3 milhões em 2012 (3,48%) (SNIS, 2014, p. 48).

Este quadro não poderia ser diferente quando olhamos, historicamente, para as obras em saneamento básico no Estado e para a forma com que foi organizada a gestão neste setor. Esta trajetória pode ser dividida em quatro principais momentos⁸. O primeiro momento data do período colonial; seu marco final foi a construção do primeiro sistema de abastecimento de água do Estado, em Joinville, no ano de 1890.

O segundo momento se dá entre 1909 e 1971, com ênfase para algumas obras, tais como: a primeira rede de abastecimento de água completa em Florianópolis (1909); a construção do primeiro sistema de abastecimento de água em Imbituba e Laguna (1929), Lages e Criciúma (1941), Tubarão (1949), São José (1951), Itajaí (1953), Palhoça (1957), Chapecó (1963), Garopaba, Brusque, Rio do Sul e Balneário Camboriú (1966). Com relação ao esgoto, temos a execução da primeira rede de esgotos no Estado, na cidade de Florianópolis (1916); posteriormente, em Lages, no ano de 1952; em São José e Porto Belo, em 1971.

Por trás destas obras estão os órgãos de engenharia sanitária no Estado, que corroboraram um investimento mais acentuado no abastecimento de água do que no tratamento do esgoto. Dentre esses órgãos, estão: a Secretaria dos Negócios da Viação e Obras Públicas – SNVOP, que era vinculada à Diretoria de Obras Públicas – DOP (1935); o Serviço de Água e Esgoto – SAE (1955); a Diretoria de Água e Esgoto – DAE (1960); o Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária – DAES (1962); o Departamento Estadual de Obras e Saneamento – DEOS (1962); o Serviço Integrado de Engenharia Sanitária de Santa Catarina (1963); a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (1965); o

⁸ As informações históricas sobre saneamento no Estado de SC foram colhidas nos seguintes sites: <http://www.casan.com.br/menu-conteudo/index/url/primeiras-obras-1909-a-1971#0>, <http://www.samaetimbo.com.br/historiadosaneamento>

Centro Tecnológico de Saneamento Básico (1968); o Fundo Estadual de Financiamento de Água e Esgoto – FAE (1968) (ALVES, 2013).

Já o terceiro período vai de 1971 até 2007. O ano de 1971 foi importante pela difusão do PLANASA, que substituiu os Departamentos Estaduais de Água e Esgoto por Companhias Estaduais de Saneamento. E é na década de 1970, através da Lei Estadual nº 4.547⁹, que foi criada a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), que atua até os dias atuais no setor de água e esgoto.

Dentre as primeiras obras realizadas pela Companhia em relação ao abastecimento de água estão: a implantação da quarta adutora em Florianópolis (1988); a inauguração da estação de tratamento da Lagoa da Conceição e de Forquilha (1990); e o início da operação do sistema de coleta de esgotos de Santo Amaro da Imperatriz (1996).

O último período é o que teve início em 2007 e se estende até o momento presente. O marco inicial deste momento se deu pela Lei nº 11.445/2007, já mencionada no capítulo anterior. Com esta lei, um grande conflito relacionado à gestão da titularidade dos serviços de saneamento nos estados e municípios foi remediado. Resumidamente, a grande mudança que esta lei operou foi determinar que apenas o titular pode prestar os serviços diretamente ou delegar a organização, a regulação e a fiscalização destes e outros entes da federação através de consórcios públicos e convênios de cooperação entre os entes federados. Também se pode delegar a prestação dos serviços a um ente que não integre a administração do titular através de contrato, sendo vedada a disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outro instrumento de natureza precária (CUNTO; ARRUDA, 2007).

Com isso, diferentes estados e municípios puderam adotar estratégias próprias em relação ao serviço de abastecimento de água e esgotamento. E esta autonomia permitiu às localidades optarem por privatizar suas concessionárias, investir na modernização das companhias estaduais ou desenvolver a operação com serviços ligados às prefeituras. Cabe, aqui, uma ressalva: pensando em grandes aglomerações urbanas, parece difícil que se possa isolar a prestação do serviço de saneamento em relação a cada município, ou ainda, que isso fosse possível, que os municípios, isoladamente, tivessem condições de prestá-lo em todas as suas fases, de forma eficiente e com a melhor relação custo benefício para o consumidor. Dessa forma, como não poderia ser diferente, abre-se margem para que uma empresa como a Companhia de Águas Catarinense (CASAN) se torne o maior agente promotor de saneamento do Estado em 2007.

⁹ Dispõe sobre a Reforma Administrativa e dá outras providências no Estado de Santa Catarina.

Com este breve resgate histórico, fica evidente que a fragilidade dos diferentes momentos contribuiu para o panorama atual do saneamento no estado, ou seja, é imperativo o investimento nas redes de esgotamento sanitário. Além disso, podemos entender esta baixa cobertura como parte do retrato da situação nacional, fato já mencionado na seção anterior.

Este déficit é preocupante e vai além dos impactos gerados enquanto área de infraestrutura, pois representa o acesso e a garantia de um direito elementar, que é a água. O recurso hídrico gera uma cadeia de impactos em diferentes setores, ligados, por sua vez, a diferentes áreas, como a saúde pública, a habitação e o meio ambiente, sendo assim, ele é determinante para o alcance e garantia dos direitos no Estado democrático.

Em suma, o serviço de saneamento básico em Santa Catarina reflete a falta de priorização dos serviços e recursos nesta área e que requer um investimento do Estado.

3.2. O PRINCIPAL EXECUTOR: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO

A CASAN, como dito anteriormente, é o agente promotor atual do saneamento básico no Estado de Santa Catarina¹⁰. A empresa é de capital misto¹¹, tendo sido criada na década de 1970, pela Lei Estadual nº 4.547. Seu objetivo é coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotos e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico em convênio com municípios do Estado. Além disso, promove estudos econômico-financeiros relacionados aos projetos de saneamento básico com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável.

A atual estrutura organizacional, com 147 agências, 53 distritos operacionais e 2.500 trabalhadores, permite que a companhia tenha abrangência na maioria dos municípios de Santa Catarina e sua configuração, a partir das quatro Superintendências, facilita o processo. Ao todo, a CASAN está presente em 197 municípios catarinenses e 01 paranaense, conforme podemos visualizar na Tabela 2.

¹⁰ As informações financeiras e demais informações da empresa foram retiradas do Relatório Anual 2014 e do próprio *web* site da Companhia Catarinense de Águas Catarinense. Disponível em: <http://www.casan.com.br/>

¹¹ Considerada como um órgão misto porque possui acionistas da iniciativa privada e pública. O governo do Estado de Santa Catarina, detentor de 64,21% das ações, é o majoritário. A empresa SC Par detém 18,03% e a empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A tem 15,48% das ações. As demais ações estão pulverizadas entre o mercado e pessoas físicas e jurídicas (CASAN, 2016).

Tabela 2 Participação no mercado em Santa Catarina - 2014

Entidades	Total de municípios	%
Estado de SC	295 ¹²	100
CASAN	197	66,78
Prefeituras	97	32,88
SANEPAR	1	0,34

Fonte: Relatório Anual de 2014/ CASAN (*expressa menos o município do estado do Paraná).

O maior agente promotor do Estado atua por meio de convênios de concessão firmados com prefeituras municipais e agentes financiadores. Desde 2008, a entidade capta recursos nacionais e internacionais para obras em saneamento básico no Estado de Santa Catarina. Estas ações resultaram em habilitação de projetos junto ao Governo Federal, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Orçamento Geral da União (OGU). Em 2014, estes convênios ou contratos representaram 47,7% do faturamento da Companhia.

Dentre os principais agentes financiadores das obras e serviços que a CASAN realizou estão: o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS), a Caixa Econômica Federal, uma agência japonesa, a *Japan International Cooperation Agency* (JICA), e uma agência francesa de desenvolvimento, a *Agence Française de Développement* (AFD). Os recursos dos principais agentes tem origem no: PAC - R\$ 531 milhões; AFD - R\$ 270 milhões; e OGU - R\$ 319 milhões.

No ano de 2015, as obras em andamento e os projetos em fase de final de licitação contabilizaram 47 obras para 31 municípios, entre Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário. Atualmente, algumas das localidades contempladas com as obras em saneamento são:

- Região Sul: Criciúma, Forquilha, Lauro Müller, Braço do Norte, Laguna e Garopaba.
- Região Norte/Vale do Itajaí: Ibirama, Indaial, Taió, Piçarras, Barra do Sul, Bombinhas, Ituporanga, Canoinhas, Rio do Sul, Araquari e Mafra.
- Região Oeste/Serra: Otacílio Costa, Curitibanos, Videira, Caçador, Piratuba, Ipira, Concórdia e Chapecó.
- Região da Grande Florianópolis: Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, São José e Florianópolis.

¹² Informação retirada na íntegra do Relatório Anual de 2014 da CASAN, porém, segundo o IBGE, o Estado contém 293 municípios.

A CASAN, como já mencionado, está presente no PAC, instituído pelo Governo Federal, para a expansão da infraestrutura através da ampliação e implantação dos sistemas de abastecimento de água e na coleta e tratamento de esgotos sanitários. A instituição tem como seu maior operador financeiro a Caixa Econômica Federal (CEF), que tem a atribuição de analisar, acompanhar, avaliar e atestar a execução de ações pelo PAC via CEF.

A CEF, juntamente com a CASAN, nas atribuições da Lei nº 8.666¹³, de 21 de junho de 1993, bem como da Lei Complementar nº 123¹⁴ de 2006, possui como dispositivo a contratação de empresas terceirizadas para a realização de ações e obras de interesse social.

Contemplando estes dispositivos legais, por meio de licitação pública prevista pela Lei nº 8.987/1995¹⁵, a partir do ano de 2013, a empresa Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda realizou com a CASAN contratos particulares de Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Execução¹⁶ do Projeto de Trabalho Socioambiental (PTSA), também chamado de Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) pela CEF.¹⁷

¹³ Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

¹⁴ Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

¹⁵ Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Basicamente, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

¹⁶ Dentro do PTTS os serviços são de responsabilidade do Proponente/Tomador, e pode ser executado diretamente por ele ou terceirizado. A execução direta ocorre quando o Proponente/Tomador é o responsável pela realização de todas as atividades previstas no PTTS utilizando-se de equipe e materiais próprios disponíveis no órgão, o que não exclui a possibilidade de realização de licitações para a compra de insumos ou para a contratação de serviços essenciais ao desenvolvimento do Projeto. A execução indireta acontece quando o Proponente/Tomador contrata terceiros, quer seja pessoa física ou jurídica, para elaborar e/ou executar as atividades do PTTS. Quando o Poder Público optar pela terceirização, mesmo que seja de apenas parte das atividades previstas no projeto, deve deflagrar processo licitatório conforme regras definidas na Lei No. 8.666/1993. Sempre que a execução for terceirizada, o Proponente/Tomador deverá realizar processo licitatório específico, ou seja, em separado das obras, e responsabilizar-se pela realização das atividades programadas no PTTS com pessoal próprio até a conclusão do certame. (CAIXA, 2013)

¹⁷ Faz-se necessária uma ressalva com relação à nomenclatura do PPTS e PTSA. A CEF (2013) pontou que o PTTS é um documento que sistematiza a proposta de trabalho junto aos beneficiários nos programas do Ministério das Cidades. Tal documento sintetiza informações para as intervenções relacionadas ao desenvolvimento urbano e se fundamenta nos princípios de participação comunitária, sustentabilidade dos empreendimentos e preservação ambiental. Os projetos não existem de modo isolado pois são componentes de programas e sua utilidade e relevância devem-se ao fato de possibilitar colocar na prática cotidiana os princípios e diretrizes das políticas sociais. Os PTTS, para fins didáticos, podem ser pensados em três fases: planejamento, implementação e avaliação. (CAIXA, 2013)

3.3. EMPRESA TERCEIRIZADA: IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA

A empresa Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda. (IGUATEMI) é uma instituição de natureza privada, fundada em 1976, na cidade de Florianópolis, onde funciona a sua sede e o laboratório central. A empresa atua em trabalhos ligados à engenharia consultiva, desenvolvendo estudos, projetos e acompanhamento de obras em setores variados, tanto para entidades do governo como para empresas privadas (IGUATEMI, 20--).

Dentre suas atividades estão os serviços de engenharia consultiva, a saber: planejamento, elaboração de estudos, viabilidade técnica e/ou econômica; treinamento e análise (engenharia) de valores; elaboração de anteprojetos e de projetos básicos e executivos, cálculo de custo, coordenação, acompanhamento, fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços, diligência de compras, controle, monitoramento, operação e manutenção de sistemas e de instalações, treinamento de pessoal; preparo de especificações e integração de sistemas; assessoria e processos de privatização, pesquisas e assessoramento em processos licitatórios, execução de ações de regularização fundiária e trabalhos técnicos socioambientais (IGUATEMI, 20--).

Durante o ano de 2015, a Iguatemi (20--) realizou uma série de serviços nas diferentes áreas de atuação, para os quais necessitou um amplo quadro de profissionais de diferentes áreas, tais como: arquitetura urbanística, engenharia civil, engenharia sanitária e ambiental, geografia, topografia, serviço social, direito e administração. E no que concerne ao trabalho realizado para a CASAN, mais especificamente para a execução do PTSA, a principal equipe envolvida para a realização deste trabalho era composta de profissionais de Serviço Social, alocados dentro do setor de geoprocessamento.

O Serviço Social, na empresa Iguatemi, esteve vinculado ao setor de geoprocessamento, onde tem realizado pesquisas e coleta de dados para os estudos e diagnósticos das áreas de intervenções, bem como a execução de ações/atividades contratadas. Essa equipe, formada por profissionais de Serviço Social, atuou no acompanhamento e na

Já o PTSA esta dentro do PTTS, sendo um trabalho mais específico, voltado para a execução de serviços de educação e intervenção socioambiental em empreendimentos de esgotamento sanitário. Ou seja, estas execuções compreendem um conjunto de ações educativas e de mobilização social, planejadas e desenvolvidas pelo proponente em função das obras contratadas, tendo como objetivo promover a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do empreendimento, assim como qualificar e aperfeiçoar os investimentos em saneamento. (BRASIL, 2009)

execução do trabalho técnico social nos projetos; na elaboração dos estudos e relatórios técnicos sociais; na participação em reuniões com as comunidades alvo dos projetos, bem como na participação nas reuniões com as Prefeituras que contrataram os projetos da Iguatemi; e nos levantamentos socioeconômicos (ZANINI, 2015).

Os profissionais do Serviço Social começaram a atuar por volta do ano 2000, no Projeto de Infraestrutura do município de São José/SC, quando foi necessário fazer um Diagnóstico de Situação de Ocupação nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)¹⁸. Neste processo, para o estudo e a elaboração do diagnóstico, sentiu-se a necessidade, dentro da equipe, de um profissional técnico que tivesse conhecimento específico para estudar a realidade da comunidade, sendo, assim, um “facilitador”. A partir desta demanda, a empresa optou pela contratação de um assistente social que, nesse primeiro momento, atuava como consultor em cada projeto da área de planejamento urbano a que a empresa se vinculava.

Até 2009, os assistentes sociais vinculados à empresa possuíam contratos temporários de prestação de serviço, sem registro em carteira profissional. Somente no ano de 2010, com as constantes demandas de ações deste tipo de profissional e de serviços na área habitacional, o Serviço Social passa a compor o quadro de funcionários permanentes da empresa.

No ano de 2015, a empresa compôs o quadro do setor de geoprocessamento com três assistentes sociais no corpo de trabalhadores fixos; outros quatro foram admitidos por contrato temporário e ainda se admitiram três estagiárias do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Neste mesmo ano, os projetos que contaram com a participação do setor de Serviço Social foram:

- Plano de Urbanização Fundiária e Urbanística PAC Poligonal Potecas/ São José;
- Levantamento Fundiário dos limites do Parque Municipal da Lagoa do Peri/ Florianópolis;
- Projeto Técnico de Trabalho Socioambiental do Programa Saneamento para Todos em 6 localidades no estado de Santa Catarina;
- Projeto de Regularização Fundiária Morar Bem e Setor C – São José/SC;
- Avaliação de Pós Ocupação – Projeto Chico Mendes/ Florianópolis;

¹⁸ Previsto na alínea “f”, do inciso V do art. 4º do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/01. É um zoneamento dentro do qual se admite a aplicação de regras especiais de uso e ocupação do solo em áreas já ocupadas ou que venham a ser ocupadas por população de baixa renda.

- Plano de Urbanização, Recuperação Ambiental, Saneamento e Regularização Fundiária e Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) – Solemar/ São José.

3.3.1. Entre contratos e obrigações do trabalho técnico social

No tocante ao trabalho técnico social realizado junto à CASAN e à operadora financeira CEF, os profissionais do setor iniciaram as ações e atividades a partir do ano de 2013, com dois projetos de trabalho socioambiental em duas localidades diferentes do estado. No ano de 2015, contabilizando a continuação dos projetos anteriores, o setor esteve presente com seis projetos na área.

Cada um destes projetos foi realizado em uma localidade diferente dentro do estado, operacionalizado por um assistente social diferente. Contudo, todos os profissionais de campo foram supervisionados pela equipe de assistentes sociais da Iguatemi em Florianópolis/SC, conforme orientação nos contratos. E cada contrato tinha um PTSA que, por sua vez, continha um Termo de Referência (TR)¹⁹.

Para a contratação do trabalho técnico social e melhor compreensão dos processos de trabalho nas obras de saneamento em Santa Catarina, serão apresentadas a seguir algumas informações contratuais dos editais pertinentes às partes envolvidas.

A empresa Iguatemi participou de um processo de licitação junto a CASAN na modalidade de concorrência pública, do tipo menor preço global, em conformidade com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações²⁰, bem como de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006. Para concorrer ao processo, a empresa deveria cumprir uma série de exigências legais²¹ e o quadro de profissionais de execução dos serviços já deveria ter

¹⁹ O TR é um documento disponibilizado juntamente com o PTSA e também elaborado pela CASAN. Este termo é um registro expositivo e esquemático, onde estão definidos objetivamente as metas e o escopo do serviço licitado. Ou seja, ele é uma sistematização do PTSA e contém informações que respaldam o Trabalho Técnico Social. Dentre algumas das informações estão: objetivo; justificativa, contextualização e condicionantes dos contratos; público alvo e caracterização dos grupos que serão atingidos; metodologia detalhada das etapas e atividades a serem atingidas; as especificações das atividades; local de realização do trabalho; prazos, com duração prevista das atividades e datas de início e término do projeto; orçamento; cronograma físico-financeiro, com a previsão de custos por etapa e atividades e/ou produtos; qualificação técnica, recursos e equipamentos requeridos para a prestação dos serviços; anexos, com informações complementares.

²⁰ Alteram os dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e dá outras providências.

²¹ Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda; Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros; Prova de

desenvolvido trabalhos socioambientais durante pelo menos um ano na área relacionada, com comprovação.

De modo geral, as formalizações dos serviços se deram com a assinatura do termo de contrato entre as partes envolvidas, no prazo de cinco dias úteis, após convocação da empresa auferida. A assinatura do contrato coincidiria com o recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pela Divisão de Convênios e Contratos da CASAN. De posse da autorização, a empresa contratada teria o prazo de 30 (trinta) dias para iniciar os serviços, podendo este prazo ser prorrogado na ocorrência de um dos motivos previstos no art. 57 da Lei nº 8.666/93. Além disso, cada contrato, em qualquer tempo, poderia ser anulado, prorrogado ou paralisado pela CASAN por motivos previstos no art. 49 da Lei 8.666/93.

Os contratos teriam um orçamento máximo para a licitação e os preços seriam fixos e irreajustáveis durante os primeiros 12 (doze) meses de contratação, contados a partir da data de apresentação do orçamento da licitação. Após este prazo, o orçamento poderia ser reajustado, observando-se sempre o intervalo de 12 (doze) meses entre um reajuste e outro.

O pagamento seria realizado de forma parcelada, conforme cronograma previsto no edital. E cada um destes pagamentos ficaria condicionado ao cumprimento de algumas exigências de documentos comprovativos de serviço e legais trabalhistas²². Os documentos que ficariam a cargo do Serviço Social seriam os Relatórios Mensais de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, também chamado de medição, e um Relatório Final do Trabalho Técnico Social.

Esses relatórios são documentos com registros das atividades desenvolvidas no período de um mês, com justificativa para as ações previstas e não realizadas, bem como os resultados alcançados. Eles devem ser apresentados de acordo com o cronograma de desembolso do projeto e evidenciar essencialmente a realização de atividades. Ao término do período de intervenção, o setor de serviço social tem que encaminhar o Relatório Final, com o registro dos resultados alcançados e a avaliação do processo realizado junto à comunidade (CAIXA, 2013).

Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST); Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP deverá apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal.

²² Guia de Recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social – GFIP; Nominata dos empregados da empresa, indicando o número da carteira de trabalho, CNPF e carteira de identidade; Guia da Previdência Social – GPS; Comprovante de pagamento dos salários e obrigações trabalhistas; e Laudos referentes ao artigo 291 da IN 971 de 13 de novembro de 2009 da RFB

Além disso, os relatórios devem ser elaborados com base em um modelo pré-estabelecido pela CEF, nos Caderno de Orientação Técnico Social de 2013²³ (COTS 2013). Nesse sentido, a CASAN, em alusão a CEF, solicitava para os seus relatórios as seguintes informações:

- justificativa para as atividades previstas e não realizadas no mês de referência;
- avaliações, pelos técnicos, das atividades realizadas no período, abordando aspectos facilitadores e/ou dificultadores e alternativas de solução para os seguintes itens: execução das atividades programadas, adequação das técnicas e dos instrumentos previstos, principais resultados obtidos, participação e envolvimento dos beneficiários e parceiros no desenvolvimento do Projeto de Trabalho Socioambiental (PTSA), integração entre a execução do PTSA, ações de engenharia e outros projetos sociais desenvolvidos na área, além do resultado de avaliação com a população atendida e os instrumentos utilizados;
- apresentação de documentos de registro dos trabalhos desenvolvidos, tais como: fotos, atas, cartilhas, informativos, gravações, avaliações das atividades, dentre outros documentos que venham a contribuir para o entendimento do relatório.

Levando em consideração essas informações, a equipe de assistente sociais da Iguatemi elaborou um modelo de relatório de acompanhamento do trabalho técnico social, que se encontra no ANEXO “A” deste trabalho. Este modelo, segundo a equipe, contempla os itens necessários para o tipo de trabalho realizado pela Iguatemi, levando em conta as realidades interventivas dos serviços contratados, as especificações que a CEF, a CASAN e o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades²⁴ determinam para o trabalho social junto às localidades em que efetuou intervenção.

3.3.2. Dados quantitativos das intervenções realizadas nos Projetos de Trabalho Socioambiental

Do ano de 2013 ao ano de 2015, período em que a Iguatemi participou de licitações e trabalhos com PTSA junto à CASAN, foram elaborados, em média, 100 relatórios mensais de

²³. Este item será abordado posteriormente.

²⁴ Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014.

acompanhamento do trabalho técnico social e nenhum relatório final, se levarmos em consideração todas as localidades em que a empresa esteve envolvida. E neste período, o ano de 2015 se destacou pela maior demanda e pelo envolvimento de profissionais do setor na empresa, bem como, por ter sido o período com maior número de PTSA da Iguatemi.

Dessa forma, a fim de atingir o objetivo deste trabalho, que é analisar os desafios da intervenção técnica do Serviço Social na área do saneamento básico no âmbito de uma empresa de engenharia e consultoria, foi realizado um recorte temporal do maior envolvimento do setor junto aos PTSA, que compreende os meses de janeiro a dezembro de 2015.

Durante o ano mencionado, foram elaborados 64 relatórios mensais de acompanhamento do trabalho técnico social, distribuídos em seis localidades diferentes no Estado de Santa Catarina, sob a intervenção de seis profissionais diferentes com formação em Serviço Social e ligados à empresa Iguatemi. Todos os PTSA tiveram a CASAN como agente contratante, a CEF como a entidade de repasse dos investimentos e as prefeituras e entidades locais como colaboradoras das ações dos projetos.

Para auxiliar na pesquisa, foram extraídos, desses 64 relatórios, alguns dados de itens comuns entre os documentos e que trouxeram informações relevantes para compreender a dinâmica do processo de trabalho do serviço social na área. Dentre os dados extraídos estão informações sobre: contrato e início dos trabalhos junto à CASAN e à CEF, períodos de realização dos trabalhos e da obra, estimativa do público alvo atingido, investimentos e eixos de intervenção do PTSA.

Essas informações foram transformadas em quadros e gráficos, com o objetivo de possibilitar uma visão macro e micro dos PTSA no ano de 2015 e também tecer algumas considerações sobre a realidade interventiva nos trabalhos da Iguatemi.

Assim, conforme podemos observar no Quadro 1, todas as localidades tiveram vínculo com o “Programa Saneamento para Todos” da Resolução CCFGTS nº 476, de 31 de maio de 2005.²⁵ Esta resolução tem como objetivo promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população por meio de ações de saneamento básico no âmbito urbano, integradas e articuladas com outras políticas setoriais, destinadas à redução dos déficits nos serviços de saneamento (CAIXA, 2016).

²⁵ Mais informações ver o endereço eletrônico: http://www.fgts.gov.br/programa_saneamentopriv.asp

Quadro 1: Informações dos contratos e editais da CASAN e Iguatemi.

Localidade Itens	A	B	C	D	E	F
Programa	Saneamento para todos	Saneamento para todos	Saneamento para todos	Saneamento para todos	Saneamento para todos	Saneamento para todos
Ação/Modalidade	Esgotamento Sanitário	Esgotamento Sanitário	Esgotamento Sanitário	Esgotamento Sanitário	Esgotamento Sanitário	Esgotamento Sanitário
Critério para licitação	Menor Preço	Menor Preço	Menor Preço	Menor Preço	Menor Preço	Menor Preço
Licitado em	abr/13	abr/13	jan/14	abr/14	jun/14	jun/14
Contrato Assinado entre CASAN e Iguatemi	mai/13	mai/13	fev/14	abr/14	jul/14	jul/14
Início do trabalho social pela Iguatemi	jul/13	jun/13	mar/14	jul/14	mai/15	mai/15

Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos contratos e edital das localidades “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “F”.

Este programa é dividido em modalidades que pleiteiam os investimentos para a contratação de operações de crédito dos recursos advindos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Dentre as modalidades deste programa estão: Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Desenvolvimento Institucional, Manejo de Resíduos Sólidos, Manejo de Resíduos da Construção e Demolição, Preservação e Recuperação de Mananciais e Estudos e Projetos. A modalidade que enquadrou todas as localidades nos contratos da Iguatemi foi a de esgotamento sanitário que, segundo o programa, se destina ao investimento no aumento da cobertura de sistemas de esgotamento sanitário ou da capacidade de tratamento e destinação final adequados de efluentes (CAIXA, 2016).

Com relação ao critério para licitação, todos os contratos foram realizados pelo tipo “menor preço”. Esta forma de licitação está presente na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para licitação e contratos da Administração Pública, prevista no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. A referida lei estabelece quatro tipos de licitação: a de melhor técnica; a de técnica e preço; a de maior lance ou oferta; e a de menor preço, que é o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar quem será o vencedor, de acordo com as especificações do edital ou convite e oferta do menor preço.

Nesse sentido, observamos, no Quadro 1, que houve duas licitações e assinaturas de contratos no ano de 2013 e quatro no ano de 2014. Tanto as licitações quanto os contratos foram realizados em um curto espaço de tempo. Entretanto, o início efetivo dos trabalhos

sociais se deu em períodos distintos, dois no ano de 2013, dois no ano de 2014 e dois no ano de 2015.

No Quadro 2, aparecem as informações dos períodos em que os trabalhos sociais iniciaram efetivamente, a quantidade total de meses que o trabalho foi contratado pela CASAN, os meses que correspondem ao ano de 2015 em relação ao total de meses de contrato e os relatórios desenvolvidos no ano de 2015.

Quadro 2: Períodos de realização do trabalho técnico social nos PTSA

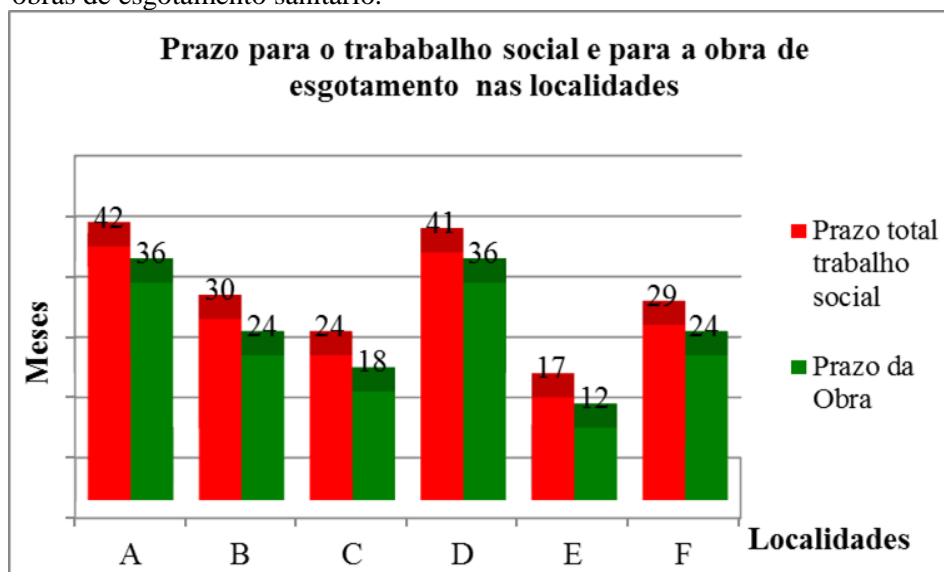
Localidade Itens	A	B	C	D	E	F
Início do trabalho social pela Iguatemi	jul/13	jun/13	mar/14	jul/14	mai/15	mai/15
Prazo total trabalho social	42 meses	30 meses	24 meses	41 meses	17 meses	29 meses
Período em meses de contrato correspondente ao ano de 2015	19º ao 30º	8º ao 19º mês	11º ao 22º mês	7º ao 18º mês	1º ao 7º mês	1º ao 8º mês
Relatórios no ano de 2015	Janeiro a dezembro 12 relatórios	Janeiro a dezembro 12 relatórios	Janeiro a dezembro 12 relatórios	Janeiro a dezembro 12 relatórios	maio a novembro 7 relatórios	Maio a dezembro 8 relatórios

Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos contratos e edital das localidades “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “F”.

É importante frisar que nas localidades “A”, “B” e “C”, o ano de 2015 corresponde relativamente aos meses referentes ao meio do contrato. Na localidade “D”, o segundo ano de contrato e na “E” e na “F”, o primeiro ano de contrato. Quanto à localidade “E”, houve apenas sete relatórios em comparação com “F”, sendo que ambos começaram no mesmo período.

No Gráfico 1 visualizamos o período de contrato para a realização do trabalho social e o período de contrato para a realização das obras de esgotamento sanitário. Vale atentar para o fato de que, em média, o trabalho social foi realizado em um período maior que a obra, ou seja, levou de 5 a 6 meses a mais que a obra.

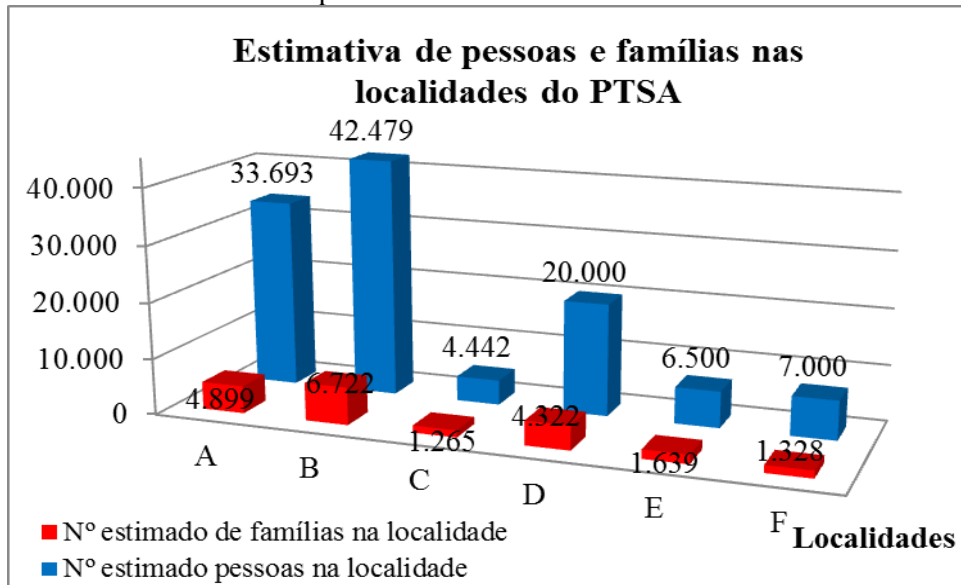
Gráfico 1: Prazo para a realização do trabalho social e para a realização das obras de esgotamento sanitário.



Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos contratos e edital das localidades “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “F”.

Este aspecto está previsto no COTS 2013 e nas Diretrizes do Trabalho Técnico Social (2009). O COTS (2013) estabelece que o trabalho social deva ter início logo após a assinatura do contrato e se estender por um período de seis a doze meses após a conclusão das obras. Sua execução compreende duas fases, sendo que a primeira fase está dividida em dois momentos: o momento pré-obras e o momento durante as obras. A segunda fase corresponde ao período pós-ocupação.

O Gráfico 2 que segue apresenta a estimativa de alcance das pessoas e famílias para as obras de saneamento juntamente com o PTSA. Observamos que na localidade “B” há uma maior estimativa de alcance, com 42.479 pessoas e quase 07 mil famílias. Em segundo lugar, temos a localidade “A”, com 33.693 pessoas e cerca de quase 05 mil famílias. A localidade “D” vem em terceiro lugar, com 20 mil habitantes e 4.322 famílias. Posteriormente, temos a região “F”, com 07 mil pessoas e 1.328 famílias; a “E”, com 6.500 pessoas e 1.639 famílias; e a localidade “C”, com 4.442 pessoas e 1.265 famílias.

Gráfico 2: Estimativa de pessoas e famílias nas localidades do PTSA

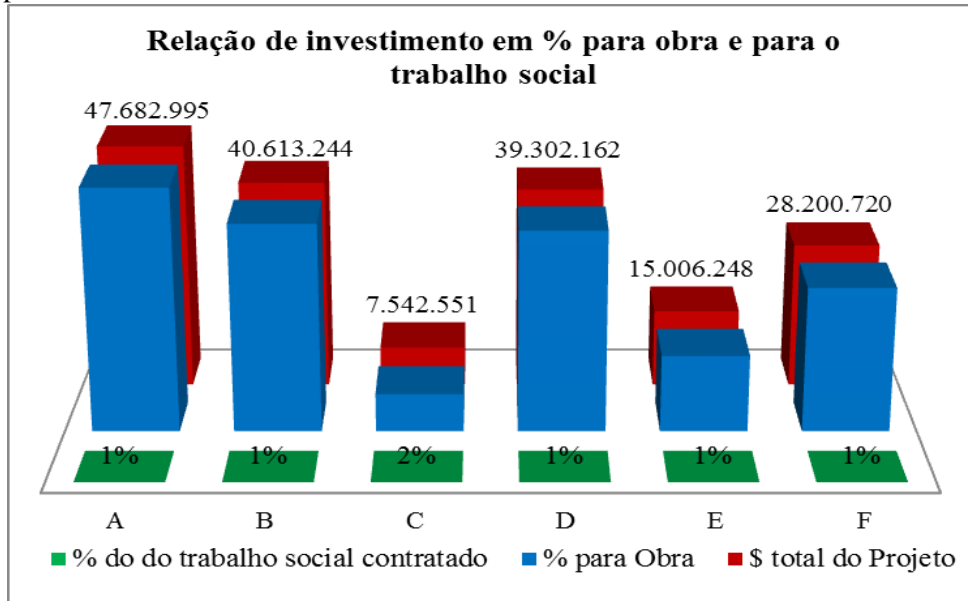
Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos contratos e edital das localidades “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “F”.

Contribuindo para a compreensão das informações apresentadas no Gráfico 2, adiantamos que a localidade “A” abrange um bairro; a localidade “B”, nove bairros; a localidade “C”, três bairros; a localidade “D”, cinco bairros; a localidade “E”, um bairro; e a localidade “F”, quatro bairros.

Considerando estas informações, podemos afirmar que as localidades “A”, “B” e “D” têm uma maior densidade de pessoas quando relacionadas ao número de famílias e à quantidade de bairros contemplados com o PTSA. Já as regiões “C” e a “F”, com três e quatro bairros, têm uma menor concentração de pessoas. Por último, a localidade “E”, com apenas um bairro, apresenta um número relativamente alto se a compararmos com as localidades com menor densidade de moradores.

No Gráfico 3, é apresentando o investimento total em saneamento para as seis (6) localidades. Dentro deste investimento, foi calculada a porcentagem relativa à obra e ao trabalho social realizado juntamente com a obra. É preciso lembrar que somente uma das localidades teve o investimento de 2%, sendo o das demais, apenas de 1%.

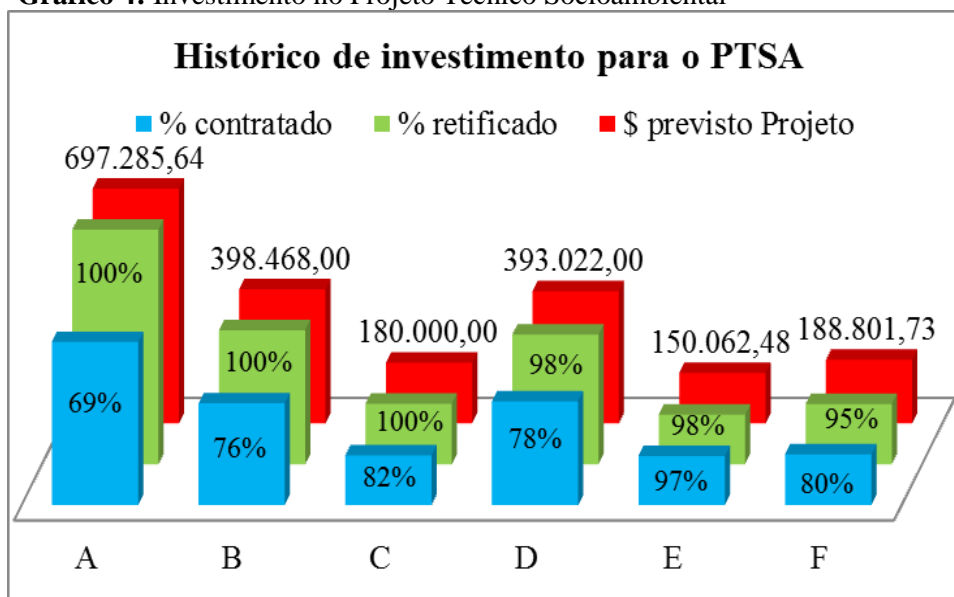
Gráfico 3: Relação de investimento em % para a obra de esgotamento sanitário e para o trabalho social



Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos contratos e edital das localidades “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “F”.

Ressaltamos ainda que as Diretrizes do Trabalho Socioambiental (2009) recomendam que, sobre o montante total da obra, seja estabelecido um percentual entre 0,5% e 3% para os PTSA, de acordo com o porte do investimento e com o impacto ambiental e social que o empreendimento provocará na região de abrangência do projeto. Esta diretriz ainda estabelece três graus de impacto: alto ou forte, médio e baixo grau.

No Gráfico 4, acompanhamos um histórico dos recursos para o PTSA. Este histórico tem três momentos: o primeiro foi aquele em que os projetos foram lançados no *site* da CEF; o segundo ocorreu quando houve uma correção no edital (retificação); e o terceiro se relaciona aos valores contratados pela CASAN e ofertados pela Iguatemi no processo de licitação.

Gráfico 4: Investimento no Projeto Técnico Socioambiental

Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos contratos e edital das localidades “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “F”.

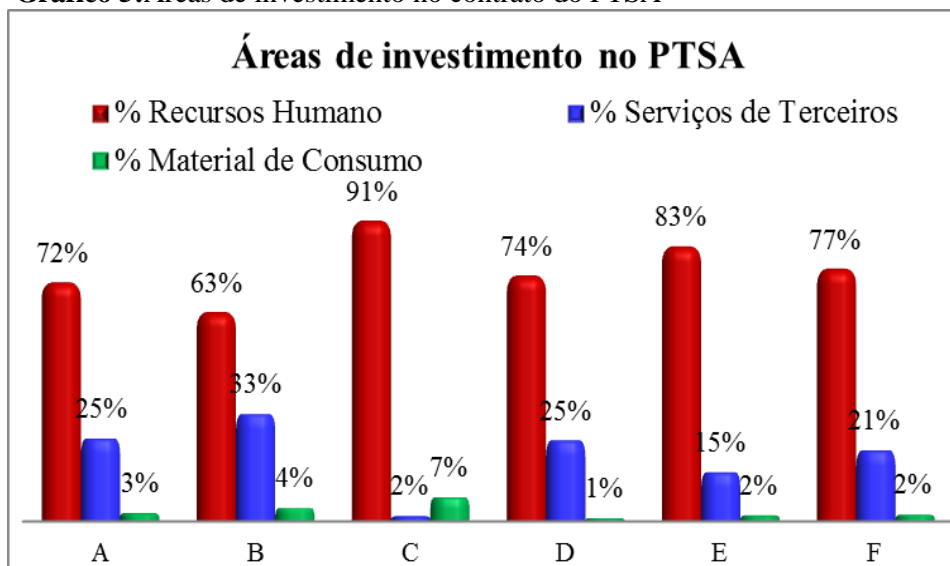
Assim, verificamos que houve apenas três PTSA que tiveram retificações no edital original, os das localidades “D”, “E” e “F”. Os demais não sofreram alteração nos valores. Cabe contextualizar que o item responsável pela retificação corresponde a serviços de contratação de outdoor.

Ainda sobre o montante final apresentado no edital, a Iguatemi ofereceu um diversificado abatimento nos processos de licitação, o qual variou entre 30% e 3% em relação aos contratos. Neste quadro, o percentual que mais chama a atenção é o de 69%, referente à localidade “A”, ou seja, houve uma dedução de 30% do valor do edital. Já a localidade “D” e a “B” aparecem com 78% e 76% respectivamente. As regiões “C” e “F” aparecem com 82% e 80% e a localidade “E”, com 97%, foi a que menos teve diminuição em relação ao edital.

Do total previsto no edital, foi estipulado, pelo Programa Saneamento para Todos e pelo Caderno de Orientação Técnico Social, ambos organizados pela CEF, um valor de investimentos para três categorias dentro do PTSA. A primeira categoria abrange os recursos humanos e corresponde ao pagamento da equipe técnica, dos encargos sociais, das despesas com transporte/locomoção e alimentação. A segunda categoria contempla os serviços de terceiros, que envolvem a contratação de equipe de apoio, equipe de serviços especializados, custos com eventos e/ou atividades comunitárias ou geradoras de trabalho e renda, capacitação dos beneficiários e contratação de apoio logístico. A última categoria corresponde aos recursos materiais, que são os aparatos de consumo necessários à execução das atividades do projeto (CAIXA, 2013).

Na sequência, o Gráfico 5 traz a porcentagem de investimento em cada categoria dentro do PTSA. Como notamos, o maior investimento em todos os seis PTSA corresponde à categoria dos recursos humanos, em seguida, vem o serviço de terceiros e por último, o material de consumo.

Gráfico 5: Áreas de investimento no contrato do PTSA



Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos contratos e edital das localidades “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “F”.

O território com menor investimento em recursos humanos foi o “B”, com apenas 63%, sendo que quase a metade desta porcentagem, 33%, foi investida em serviços de terceiros. As regiões seguintes com menos investimento em recursos humanos foram “A”, com 72%, seguida pela localidade “D”, com 74% e “F”, com 77%. A localidade com maior porcentagem em recursos humanos foi “C”, com 91%. Mas em contrapartida, foi neste território, “C”, que houve a menor porcentagem em serviços de terceiro, com apenas 2%. Seguindo a linha de menor percentual temos, em segundo lugar, a região “E”, com 15%, e por último, as localidades “A” e “D”, que constituíram a mesma porcentagem de investimento, com 25% cada uma delas.

O Ministério das Cidades (2015), com o programa “Saneamento Para Todos”²⁶, tem o recurso deste projeto oriundo do FGTS e de uma porcentagem por contrapartida do solicitante do investimento em saneamento. Este solicitante pode ser do setor público ou privado. No

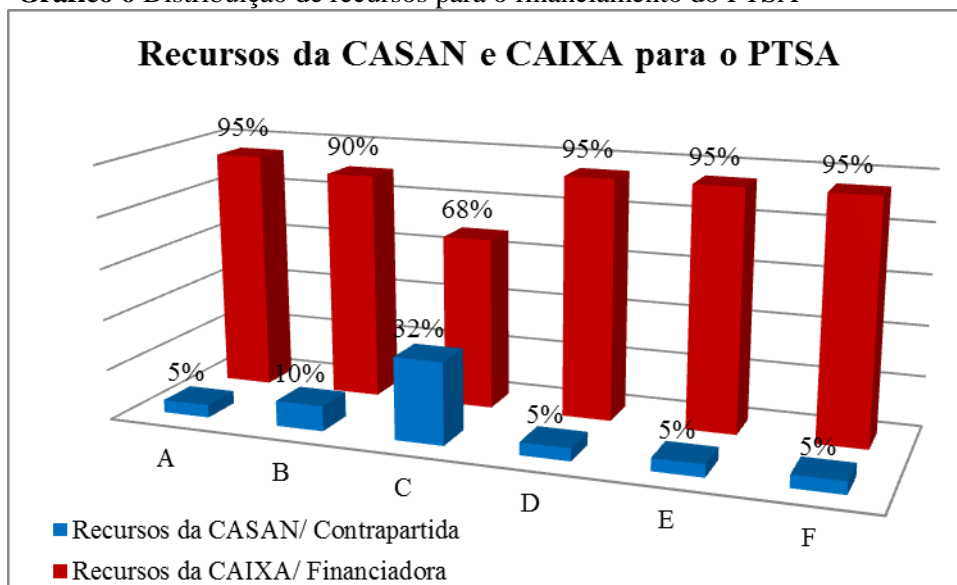
²⁶ Mais informações verificar ver os endereços eletrônicos: www.concidades.pr.gov.br/arquivos/File/Apresentacao_Saneamento_Para_Todos.ppt; http://www.fgts.gov.br/programa_saneamentosetorpub.asp; http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/Manual_de_gua_e_Esgoto_2012.pdf

caso do setor público, a contrapartida é de, no mínimo, 5%, e para o setor privado, 20%. Além disso, os recursos provenientes de empréstimo por FGTS têm como seu principal agente financeiro e operador a CEF.

Em se tratando da CASAN, apesar de ser um órgão misto (ações do setor público e privado), a instituição se enquadra no setor público para o programa, através da categoria de concessionária pública de saneamento.

Em vista das informações aqui recolhidas, analisamos, no Gráfico 6, a relação dos investimentos provenientes da CEF, que perpassou uma média de 90% a 95% de recursos em cinco (05) localidades nos PTSA, e em apenas uma localidade, a “C”, o percentual foi menor, de 68%.

Gráfico 6 Distribuição de recursos para o financiamento do PTSA



Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos contratos e edital das localidades “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “F”.

Proporcionalmente, temos as porcentagens de investimento da CASAN com a margem de 5% a 10% em “D”, “E”, “F”, “A” e “B”, sendo que apenas na localidade “C”, o percentual foi de 32%.

Como último dado desta seção, trazemos o Quadro 3, que faz referência aos eixos estruturantes de cada PTSA e o seu respectivo Caderno de Orientação Técnico Social (COTS). Estudando estes dados, podemos auferir que nas localidades “B”, “C”, “D”, “E”, “F” foram utilizados os eixos correspondentes ao COTS de 2013. Já na localidade “A” foram utilizados os eixos do COTS 2010.

Quadro 3: Eixos dos Cadernos de Orientação do Trabalho Técnico Social nos contratos dos PTSA

COTS	A	B	C	D	E	F
Eixo	2010	2013	2013	2013	2013	2013
1º Eixo	Mobilização e Comunicação	Mobilização e Comunicação	Mobilização e Organização Comunitária	Mobilização e Organização Comunitária	Mobilização e Organização Comunitária	Mobilização e Organização Comunitária
2º Eixo	Participação Comunitária e Desenvolvimento sócio organizativo	Participação Comunitária e Desenvolvimento sócio organizativo	Educação Sanitária e Ambiental	Educação Sanitária e Ambiental	Educação Sanitária e ambiental	Educação Sanitária e Ambiental
3º Eixo	Educação Ambiental	Educação Ambiental	x	x	Geração de trabalho e renda	x
4º Eixo	Empreendedorismo	Empreendedorismo	x	x	x	x

Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos contratos e edital das localidades “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “F”.

O COTS tem como finalidade apoiar as equipes técnicas dos Estados, Distrito Federal, Municípios e de Entidades Organizadoras no desenvolvimento dos Trabalhos Técnicos Sociais (TTS) nos programas ligados ao MINISTÉRIO DAS CIDADES e operacionalizados pela CEF. O caderno é um tipo de manual que apresenta informações, sugestões para a elaboração, implantação e avaliação dos TTS, desde a concepção do projeto até a etapa posterior à conclusão das obras e dos serviços de interesse habitacional. Neste caderno também são apresentados alguns anexos contendo sugestões e orientações para as equipes técnicas atenderem às especificidades das intervenções em vista das características locais (CAIXA, 2013)²⁷.

Já a abordagem em eixos, conforme determina o COTS, refere-se à articulação de diretrizes gerais contempladas no “Programa Minha Casa, Minha Vida” e que se estenderam para demais políticas. Conforme o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, os eixos devem contemplar os temas: mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental, e geração de trabalho e renda.

Para chegar aos eixos e COTS do ano de 2013, a CEF havia elaborado três outros cadernos de orientação: o COTS 2004, o COTS 2009 e o COTS 2010. No COTS de 2004 os eixos de orientação foram: mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental, capacitação profissional e geração de renda (CAIXA, 2004). Já no COTS de 2009,

²⁷ Mais informações ver: http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/caderno_de_orientacao.pdf

os eixos estavam organizados em: ações informativas, mobilização e organização comunitária ou condominial, educação sanitária e ambiental, educação patrimonial, capacitação profissional e geração de trabalho e renda, e trabalho técnico socioambiental (CAIXA, 2009). O penúltimo COTS foi o de 2010, com os eixos: mobilização e comunicação, participação comunitária e desenvolvimento sócio organizativo, empreendedorismo, educação, e remoção e reassentamento (CAIXA, 2010).

Finalmente, como foi possível observar nesta seção, a intervenção do profissional de Serviço Social dentro da área de saneamento básico em Santa Catarina passa por um processo complexo de detalhes que vão além da intervenção em si, mas também da compreensão da engrenagem que repercute no trabalho do Assistente Social, o que será explicitado a seguir.

3.3.2.1. Notas sobre os contratos de Trabalho Técnico Social entre CASAN e Iguatemi

Nesta subseção serão debatidos alguns pontos dos PTSA que surgiram a partir de observações dos dados levantados na seção anterior e que repercutem diretamente nas intervenções da equipe de profissionais do serviço social da empresa Iguatemi.

O território “A” foi o destinatário do contrato mais antigo e o único explicitamente citado como referência ao COTS de 2010. Também foi o que recebeu maior recurso entre todos os contratos da CASAN e, em contrapartida, o que mais sofreu abatimento no processo de licitação, 30% em relação ao edital. Também teve mais recursos em todas as áreas: trabalho técnico social, material de consumo e serviço de terceiros. O período de obra e do trabalho técnico social se destacou como um dos maiores nos projetos. E quanto à população intervencionada, apesar de ser apenas um bairro previsto no contrato, há uma grande densidade de pessoas na localidade.

O segundo mais antigo contrato da CASAN com a Iguatemi foi o da localidade “B”. Com relação ao Caderno de Orientação, houve menção, no edital, de uso do COTS de 2013, porém, notamos que os eixos norteadores foram os do COTS de 2010. Ainda no termo de referência que acompanha os editais e serve como documento síntese para os profissionais do setor, houve outra nomenclatura para os eixos e ações. Nesse sentido, há que supor que o contrato de “B” estava passando pelo período de transição entre o COTS de 2010 e de 2013, cabendo ao profissional responsável atentar aos detalhes dos contratos.

Sobre as informações pontuadas neste edital, conseguimos inferir uma redução de gasto da CASAN em relação ao contrato anterior. Mesmo tendo uma abrangência

significativamente maior de bairros (nove) para intervenção do técnico social e a maior densidade populacional entre todos os contratos, houve uma diminuição significativa dos gastos nos recursos humanos, destinados aos técnicos sociais. Também foi o segundo contrato com maior abatimento no processo de licitação. Em contrapartida, foi o contrato que previu maior recurso para o trabalho de terceiros.

Cabe esclarecer que o gasto de terceiros é aquele que envolve a contratação de equipe de apoio e serviços especializados. Ressaltamos que, para isso, este contrato previa nove bairros e possivelmente tal volume de gastos esteja relacionado com a contratação de serviços de divulgação para os nove territórios.

No contrato da localidade “C”, referenciado para três bairros e com a menor densidade populacional de todos os contratos, inferimos que houve a necessidade de maior envolvimento da profissional no território, tendo em vista que foi o contrato com maior investimento em recursos humanos, maior repasse de recursos em relação à obra e maior contrapartida da CASAN. Em compensação, foi o que teve menor investimento de todos os contratos em relação ao material de consumo, serviço de terceiros e total do investimento no projeto de saneamento em geral.

Já quanto à localidade “D”, com abrangência de contrato para cinco bairros, que teve a terceira maior densidade de habitantes por território e o segundo maior período de contrato com a CASAN, chamamos a atenção para o valor total da obra. Em comparação com a localidade “A”, identificamos que o tempo é praticamente o mesmo, entretanto, o investimento chega a ser quase 10% menor que o primeiro contrato, mesmo com a maior abrangência de bairros. Esta proporção também se sobressai para os gastos do trabalho social, que chegou a ser 50% menor que na primeira localidade.

O penúltimo território, “E”, possui a característica mais peculiar em relação a todos os contratos e aponta o menor investimento em recursos humanos entre todos os editais. Com apenas um bairro, menor abatimento no processo de licitação, segunda menor densidade de habitantes por território e menor período do PTSA, a localidade “E” é a segunda em termos de gastos com recursos humanos. Conseqüentemente, é a que exigiu maior dedicação da profissional envolvida no projeto.

A localidade “F”, sendo o último edital, apresenta características similares à análise anterior, principalmente quando comparamos o território “F” com o “B”, que tem os mesmos períodos de contrato do PTSA. Entretanto, no território “F” houve uma maior densidade populacional do que em “B”, além de estar previsto um maior gasto com a área de recursos humanos. Este dado vem corroborar o que já foi pontuado anteriormente: dentro das três

categorias previstas de gastos (recursos humanos, serviços de terceiros e material de consumo) nos PTSA, se vem aumentando o investimento em recursos humanos e diminuindo o restante, no sentido de requerer uma maior contrapartida dos profissionais de Serviço Social envolvidos com o projeto.

Também, com o passar do tempo, os gastos com os profissionais de Serviço Social sofreram um decréscimo em relação ao primeiro contrato, de diferentes formas. Por exemplo, no primeiro contrato, na localidade “A”, a receita destinada aos profissionais envolvidos foi de R\$ 168 mil reais para um ano de trabalho. No contrato da localidade “D”, para o mesmo período, o gasto foi de R\$ 143 mil. Já na localidade “E”, para o mesmo intervalo de tempo, o gasto em recursos humanos foi de R\$ 123 mil por ano. Esta diminuição de R\$ 45 mil reais de uma localidade para outra, e de um ano para o outro, implica diretamente no trabalho das assistentes sociais, uma vez que o gasto com recursos corresponde ao pagamento da equipe técnica, dos encargos sociais, de despesas com transporte/locomoção e alimentação.

Além dessas consequências, é importante pensar nas possíveis causas para a redução no gasto. Entre 2013 e 2015, houve uma significativa mudança na conjuntura político-econômica, com o acirramento da crise econômica, a polarização política entre partidos e o posterior processo de impeachment. Dessa forma, com a pressão de setores do capital para reduzir os gastos estatais, é possível que o saneamento básico historicamente marginalizado enquanto política pública no Brasil tenha sido um dos primeiros setores a sofrer cortes.

4. SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS DA INTERVENÇÃO NA ÁREA DO SANEAMENTO BÁSICO

Esta seção tem o objetivo de debater alguns aspectos desafiadores da execução das ações dos assistentes sociais na área do saneamento em face da Política Nacional de Saneamento Básico e na realidade de profissionais de Serviço Social vinculados a uma empresa privada de consultoria. Entendemos que este debate se encontra em um espaço complexo e contraditório, atravessado por múltiplas determinações e questões. Nesse sentido, optamos por realizar um debate que abrange questões que vão desde os documentos norteadores do processo de trabalho no saneamento até a materialização das intervenções na área e alguns desafios que permeiam esta intervenção e foram vivenciados durante o processo de estágio na instituição.

4.1. METODOLOGIA DE ORGANIZAÇÃO DOS DADOS DOCUMENTAIS

Em um primeiro momento, em função da gama de informações presentes nas análises da seção três e para facilitar a compreensão da organização dos dados da presente pesquisa, optamos por resgatar alguns documentos que institucionalmente funcionaram como diretrizes à intervenção dos assistentes sociais nos projetos sociais da área do saneamento básico. Dentre esses documentos, citamos:

- Os Cadernos de Orientação Técnico Social (COTS) - documentos construídos pela Caixa Econômica Federal, que auxiliam nas propostas e nos projetos de trabalho socioambiental; para esta pesquisa foram utilizados dois COTS, o de 2010 e o de 2013.
- Os Projetos de Trabalho Socioambiental (PTSA) - documentos que sistematizam propostas de intervenção junto às localidades; tais propostas são desenvolvidas pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) a partir dos eixos estruturantes dos programas de gestão do Ministério das Cidades e são previstas nos Cadernos de Orientação Técnico Social.
- O Termo de Referência (TR) - documento expositivo e esquemático dentro do PTSA, em que estão definidos claramente os objetivos, as metas e o escopo do serviço a ser

licitado. Esse documento deve conter informações do PTSA, como: objetivo, justificativa, público alvo, metodologia (o detalhamento das etapas e atividades a serem cumpridas, bem como a indicação das abordagens e técnicas que devem ser utilizadas), produtos, prazos, orçamento do projeto e cronograma físico-financeiro (com a previsão de custos por etapa e atividades e/ou produto).

- Os Relatórios técnicos socioambientais ou medições - documentos que servem para a comprovação das atividades nos PTSA; eles são obrigatórios, mensais e encaminhados regularmente para a Caixa Econômica Federal (CEF) e a CASAN. A liberação dos recursos para os PTSA está submetida diretamente à entrega destes relatórios. Eles devem ter o registro das atividades desenvolvidas no período, a justificativa para as ações previstas e não realizadas, bem como os resultados alcançados. Também devem conter registros de material de apoio, como: atas de reunião, registros em diários de campo, lista de presença, cartilhas, registros audiovisuais, filmagens e fotos, que devem ser apresentados como anexo, uma vez que são comprovações de execução.

O passo seguinte na construção dos debates desta seção foi eleger três localidades (“A”, “D” e “E”) dentre as seis em que se desenvolveu o trabalho social nos PTSA. Estas localidades foram escolhidas por apresentarem um montante significativo de dados para fundamentar as discussões, de acordo com os seguintes critérios:

- periodicidade: foi o primeiro critério para a escolha das regiões, definindo-se um projeto por ano de início do trabalho técnico social na Iguatemi, ou seja, um projeto dos anos de 2013, 2014 e 2015;
- duração de contrato: em cada ano, foi escolhido um projeto que representasse o período de contrato mais significativo entre CEF, CASAN e Iguatemi Consultoria Serviços de Engenharia (Iguatemi);
- abrangência do público-alvo: segundo cada edital dos projetos, havia uma estimativa de pessoas, famílias e bairros dentro da área de intervenção; este item foi levado em conta para estabelecer parâmetros de comparação das ações;
- representatividade de gastos com os profissionais de serviço social: como já mencionado no capítulo anterior, levamos em conta os gastos com os profissionais de recursos humanos envolvidos com os PTSA.

Feitas as considerações gerais pertinentes aos PTSA, explicitaremos, inicialmente, a forma com que as informações dos documentos e relatórios foram copiladas para o desenvolvimento da análise neste trabalho.

Para a primeira discussão, realizamos um quadro de todos os eixos que envolviam os projetos selecionados e estabelecemos relações entre eles. Sabendo que os eixos e suas propostas de ações partem da CEF, tecemos algumas considerações sobre a forma com que os Cadernos de Orientação do Trabalho Técnico Social, que norteiam o trabalho do assistente social, estão direcionando o trabalho dos profissionais de Serviço Social. O objetivo, assim como afirma Iamamoto (2009), é desvendar as estratégias de ação por trás da trama submersa de interesses.

Em seguida, partindo do recorte realizado do ano 2015, foram criados cinco quadros: três destes quadros, que se encontram no Apêndice “A”, “B” e “C”, apresentam o cronograma de eixos e ações das respectivas localidades, no ano de 2015; um quadro contendo os eixos norteadores do trabalho social nas localidades “A”, “D” e “E”; e o último quadro, presente no corpo desta seção, representou a compilação de todas as atividades dos territórios “A”, “D” e “E”. Estes dados foram dispostos em uma lista, a fim de compararmos como uma mesma atividade foi realizada em territórios diferentes. Para auxiliar nestes debates, buscamos, nos relatórios mensais elaborados pelas assistentes sociais envolvidas com os territórios, detalhes dos processos de trabalho e das atividades durante a intervenção.

O terceiro e último debate parte de algumas considerações que observamos no campo de estágio e que também podem ser pensadas como determinações presentes nos diferentes campos profissionais em que o assistente social está inserido.

4.2. EIXOS NORTEADORES DO TRABALHO SOCIAL NOS PROJETOS DE SANEAMENTO

Os eixos, segundo a CEF, são as estruturas gerais que circunscrevem as ações dos técnicos sociais nas regiões de intervenção. Elas apresentam as possibilidades de ações que podem ser desenvolvidas e adaptadas à realidade local, bem como as diretrizes de cada projeto em desenvolvimento (CEF, 2010, p. 6). Devem ser elaboradas pelo agente promotor, com base no perfil dos beneficiários, e as estratégias de ação, definidas de acordo com a

necessidade da população, o porte do empreendimento, o número de unidades e a disponibilidade de recursos (CEF, 2013, p. 26).

Assim, no Quadro 4 a seguir, dispomos os eixos que fizeram parte dos PTSA das localidades “A”, “D” e “E” no ano de 2015.

Quadro 4: Quadro de eixos norteadores do trabalho social nas localidades “A”, “D” e “E”.

	COTS 2010	COTS 2013	COTS 2013
Localidade Eixos	A	D	E
1º	Mobilização e comunicação	Mobilização e organização comunitária	Mobilização e organização comunitária
2º	Participação comunitária e desenvolvimento sócio organizativo	Educação sanitária e ambiental	Educação sanitária e ambiental
3º	Educação ambiental	x	Geração de trabalho e renda
4º	Empreendedorismo	x	x

Fonte: Elaborado a partir dos Projetos de Trabalho Socioambiental das respectivas localidades.

Neste quadro, inicialmente, notamos que existem números, indicações e nomenclaturas de eixos diferenciados nas três localidades. Mas em especial na localidade “A”, apresenta-se a maior diferenciação. O motivo desta diferença está principalmente no Caderno de Orientação Técnico Social (COTS) utilizado nos projetos, sendo que a primeira localidade utilizou o COTS de 2010, ao passo que a segunda e a terceira localidade utilizaram o COTS de 2013. No anexo “B” e “C” deste trabalho, encontra-se o quadro de eixos utilizados nos PTSA.²⁸

Entendemos que esta mudança indica uma questão crucial para a atuação profissional do Serviço Social, tendo em vista que os eixos e as ações representam o esquema metodológico para a atuação do assistente social junto aos PTSA. Tal esquema não é neutro e vem permeado de interesses e contradições que mapeiam processos ideológicos de classe, como veremos em seguida.

De tal forma, notamos que os eixos sofreram diferentes abordagens nos dois Cadernos. Enquanto no COTS de 2010 houve uma preocupação em colocar os eixos dentro do próprio corpo do caderno, com apresentação de uma tabela dividida em eixos, macroações e ações, no

²⁸ Para ter acesso aos documentos na íntegra, sugere-se o acesso no endereço eletrônico: http://www.fetaesc.org.br/082012/documentos_engenharia_e_social/8.pdf (COTS 2010); e http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/caderno_de_orientacao.pdf (COTS 2013).

COTS de 2013 foi diferente. Os eixos foram apresentados como um dos anexos do caderno, em um quadro que subtraiu o item macroações, que era apresentado no COTS anterior, ficando apenas os eixos e as ações.

Entendemos ainda que estas mudanças nas abordagens dos eixos também implicaram na valorização de outro processo de trabalho, uma vez que se subtraiu a importância qualitativa dos eixos, das macroações e ações no PTSA, propiciando um escopo de trabalho voltado mais para conhecimentos técnicos. Fazendo algumas observações nesse sentido, Santos (2010) adverte que o profissional de Serviço Social tem sofrido cada vez mais a interferência dos interesses do capital nos seus processos de trabalho, tornando-os mais sistematizados e informatizados a fim de controlar e mecanizar a atuação do profissional.

Adentrando nos debates com os eixos e as suas ações, notamos que os itens “mobilização e comunicação”, “participação comunitária e desenvolvimento sócio organizativo”, assim como alguns itens do eixo “educação ambiental”, do COTS de 2010, foram suprimidos, e alguns migraram para o eixo “mobilização e organização comunitária” do COTS de 2013.

Esta condensação se torna clara quando adentramos em algumas ações que compõem os eixos dos dois cadernos. Como exemplo, citamos, no COTS de 2013, a ação: “estabelecimento e formalização de parcerias envolvendo poder público e sociedade civil para a realização de ações integradas, visando fortalecer as potencialidades locais, promover a articulação e contribuir com a continuidade das ações” dentro do eixo mobilização e organização comunitária. Esta mesma ação, no COTS de 2010, pode ser correlacionada com outras três ações, de eixos diferentes, a saber: “estabelecer parcerias com instituições públicas e/ou privadas que atuam ou possam vir a atuar na área, para potencialização e otimização dos esforços e recursos do PTSA²⁹”; “formar ou fortalecer entidades associativas e/ou grupos representativos”³⁰; e “apoiar e desenvolver ações inerentes às questões sanitárias locais (...)”³¹.

São inúmeras considerações que estas diferenças e os eixos podem suscitar, porém, a que gostaríamos de considerar está presente no COTS de 2010, onde podemos observar as ações do projeto muito mais projetadas para o fortalecimento e desenvolvimento de

²⁹ No COTS de 2010, dentro do eixo “mobilização e comunicação”, macroação articulação de parcerias.

³⁰ No COTS de 2010, dentro do eixo “participação comunitária e desenvolvimento sócio organizativo”, na macroação mobilização e organização comunitária.

³¹ No COTS de 2010, dentro do eixo “Educação ambiental”, na macroação Educação Sanitária.

comunidade e não necessariamente para propor ou dar continuidade a ações do projeto socioambiental realizada no território, como se apresentou no COTS de 2013.

Ora, segundo Souza (2010, p. 21), o desenvolvimento de comunidade é um processo técnico-metodológico de ação comunitária dentro de processos sociais, e o CFESS delimita como competência do Serviço Social a

[...] dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos (a) usuários (as) e Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência Social e de outras políticas públicas.

O desafio para a profissão na projeção para este eixo está na ultrapassagem do discurso e na participação reduzida das ações do PTSA, entendendo que estes locais de participação comunitária são espaços de disputa que propiciam momentos preciosos de participação, reivindicação e defesa dos direitos dos usuários das políticas públicas, portanto, constituem um espaço para atuação do projeto ético-político da profissão.

Outro eixo que merece uma atenção especial é o de “educação sanitária e ambiental” do COTS de 2013 e de “educação ambiental” do COTS de 2010. Fazendo menção à concepção de Mészáros (2008) sobre educação, entendemos esta como processo complexo que faz parte da relação capital X trabalho e, por isso, ela pode vir a ser tratada como uma questão de internalização dos indivíduos, de legitimidade da posição que lhe é atribuída na hierarquia social, juntamente com suas “expectativas” e formas de “conduta”. Nesse sentido, à luz desta informação, podemos tecer algumas considerações sobre este eixo.

Como vemos no Anexo “B” e no Anexo “C”, as propostas de ações do eixo educação apresentaram-se antagônicas nos diferentes cadernos de orientação. De modo geral, o eixo, em 2010, procurou propor atividades que envolvessem discussões, promoções e prevenções de temas que atravessassem o meio ambiente. Transcrevemos, aqui, algumas dessas ações:

Promover discussões e difundir entre os beneficiários conhecimentos sobre reaproveitamento de materiais e uso racional dos recursos naturais; apoiar e desenvolver ações inerentes às questões sanitárias locais, tais como: hábitos de higiene, saúde preventiva, saneamento básico; controle de vetores; apoio às campanhas públicas; disposição adequada de resíduos e outros temas de interesse; e promover e apoiar ações preventivas e de conscientização, que tenham como foco as questões de saúde, de forma a promover o bem estar físico e psíquico dos beneficiários. Como temas a serem abordados, sugere-se: Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST; Drogas; Álcool; Tabagismo; gravidez na adolescência; dentre outros. (COTS, 2010).

Em contrapartida, ressaltamos que no COTS de 2013, no eixo voltado para educação, quase todas as ações previstas estão intimamente correlacionadas com a valorização do serviço/obra implantado na comunidade. Esse aspecto se sobressai quando observamos as seguintes propostas de ações dentro do eixo:

Promoção do processo educativo que esclareça e valorize a infraestrutura implantada e busque mudanças de atitudes em relação ao meio ambiente e à vida saudável (...); Demonstração das responsabilidades dos beneficiários na correta utilização e preservação dos serviços implantados, tanto os individuais como os coletivos e; Promoção de campanhas educativas para promoção da saúde, correta utilização e preservação dos serviços implantados e uso racional da água e da energia elétrica. (COTS, 2013).

Como podemos notar, ocorreram de diferentes formas as abordagens do eixo educação ambiental. Enquanto um COTS priorizou os temas relacionados ao meio ambiente em geral, sem atentar essencialmente aos serviços/obras de intervenção, o outro fez o processo contrário, isto é, optou por valorizar os serviços/obras dentro de temas que perpassavam o meio ambiente, esvaziando unilateralmente as concepções de educação ambiental, já mencionadas neste trabalho.

Ora, percebendo que o Serviço Social, nos recentes ordenamentos da política ambiental, abriu espaço para que a educação ambiental passe a fazer parte da agenda de demandas sócio-ocupacionais do assistente social (ARAÚJO, 2012), este profissional, respaldado no seu projeto ético-político, torna-se um importante ator para a redução das assimetrias claramente presentes nas propostas dos eixos.

Nesse sentido, cabe pontuar como desafio ao Serviço Social, na refração da questão ambiental, apreender as particularidades sociais e históricas determinadas e transformar o objeto de intervenção numa prática aliada à dimensão ético-política da profissão. Sendo assim, no subitem posterior desta seção, adentraremos nas propostas de intervenções dos assistentes sociais nos projetos de saneamento e exemplificaremos a diferença entre os COTS.

Do mesmo modo, percebemos um processo similar no eixo “empreendedorismo”, do COTS de 2010, e no eixo “geração do trabalho e renda”, do COTS de 2013. No primeiro caderno, tínhamos o eixo com duas subdivisões: “geração de trabalho e renda” e “capacitação profissional”. Já no segundo caderno, o de 2013, observamos uma subordinação da capacitação profissional ao termo geração do trabalho e renda. Em outras palavras, o que antes era uma macroação (COTS de 2010), virou um item, “capacitação e requalificação

profissional, planejadas de acordo com a realidade socioeconômica”, dentro do eixo maior “geração de trabalho e renda”, no COTS de 2013.

Outro ponto interessante no COTS de 2013, para este eixo, é observar o próprio movimento de distribuição das ações. O debate central que levantamos inicialmente remete ao que está por trás do eixo. Em uma lógica crescente nas ações, observamos um movimento de especificidade, partindo de uma primeira ação um pouco mais abrangente para outras, menos abrangentes, como podemos verificar no Anexo “C”.

Conduzindo ao ponto em que queremos chegar dentro do eixo “geração de trabalho e renda”, partimos do item inicial dentro do eixo no COTS de 2013, “ações para a redução do analfabetismo”. Com este item, podemos deduzir uma tentativa de propiciar condições para a inserção na economia real de um estrato social que, justamente pelo analfabetismo, tem dificuldade de gerar trabalho e renda de maneira formal. Posteriormente, com o item “capacitação e requalificação profissional, planejadas de acordo com a realidade sócio-econômica (...)”, podemos pontuar uma alternativa de qualificação fluídica³² de labor, que objetiva a criação e recriação de agregação do valor no trabalho, podendo ser também uma tentativa de qualificação do primeiro grupo, que compreende aqueles atendidos pelas ações de redução ao analfabetismo, para o mercado de trabalho. E nas últimas ações, em claras menções ao estímulo de organizações produtivas autônomas, com os itens “estímulo à produção alternativa e à organização de grupos de produção e cooperativismo (...)” e “estímulo a processos cooperativos de produção, tendo como referência os conceitos de economia solidária”, observamos elementos que estimulam a engenharia do trabalho não contratado e não regulamentado.

Em síntese, com este eixo, apontamos uma tendência dos projetos em reconhecer que a causa principal do desemprego não é somente a falta de qualificação do trabalhador, mas também a lógica da estrutura produtiva em que ele se encontra. Outra crítica é a adoção da ideia do empreendedorismo, com o propósito de transformar o trabalhador em autônomo e dono do próprio negócio, sem que as condições e os apoios necessários lhe sejam oferecidos de forma contínua e efetiva.

Sobre este último, a crítica que se faz ao “empreendedorismo” vem inspirada nos debates de Luciano Vasapollo (2005) sobre as transformações do trabalho a partir da década

³² Ou seja, no movimento pendular do trabalho, preservados os imperativos destrutivos do capital, oscilamos crescentemente entre a perenidade de um trabalho cada vez mais reduzido, intensificado e explorado, dotado de direitos, e, de outro, uma *superfluidade* crescente, cada vez mais geradora de trabalho precarizado e informalizado, como via de acesso ao desemprego estrutural (ANTUNES, 2011, p 417, minha ênfase).

de 1990. Segundo o autor, a palavra tem uma confrontação eminentemente política e reflete uma das dimensões de individualização do trabalho cada vez mais assalariado, subordinado, precarizado, não garantido, de trabalho autônomo de última geração, que mascara a dura realidade da reestruturação no interior do modo de produção capitalista.

Acompanhando a abordagem, a última consideração do eixo vem com a adoção dos termos “empreendedorismo” (COTS, 2010) e “geração do trabalho e renda”, (COTS, 2013) da ideia de “empregabilidade” e fortalecimento da “sociedade civil” na perspectiva de formação de grupos que atuam como protagonistas do seu próprio processo econômico e social. Ricardo Antunes (2011, p. 411) contra-argumenta ao afirmar:

[...] contrariamente a essa autêntica motivação original, os capitais criam falsas cooperativas como instrumental importante para depauperar ainda mais as condições de remuneração da força de trabalho e aumentar os níveis de exploração da força de trabalho, fazendo erodir ainda mais os direitos trabalhistas. As “cooperativas” patronais tornam-se, então, contemporaneamente, verdadeiros empreendimentos visando aumentar ainda mais a exploração da força de trabalho e a consequente precarização da classe trabalhadora. Similar é o caso do “empreendedorismo”, que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado e que permite o proliferar das distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa.

Dessa maneira, tendo presente nos COTS os dois eixos mencionados, o desafio para o profissional de Serviço Social nos PTSA, a partir destes elementos, está em decifrar as múltiplas refrações que os eixos e as ações podem suscitar no agravamento das expressões da questão social, a fim de “iluminar” a condução do trabalho a ser realizado. Cabe ressaltar também que, durante o ano de 2015, segundo os projetos, não foram empreendidas ações no “eixo geração de trabalho e renda”. Contudo, este desafio se torna autêntico na essência em qualquer dos eixos nos PTSA.

Feitas as principais observações gerais sobre cada um dos eixos que contemplam os projetos, passaremos, agora, para algumas considerações pontuais das ações e dos COTS.

Para iniciar, notamos uma redução do quadro ações do COTS de 2010 na elaboração do quadro de ações do COTS de 2013. Assim, por exemplo, houve a retirada das ações “ (...) de incentivo à utilização da mão de obra local na intervenção física”; das ações “ (...) educativas para discussão/reflexão sobre as questões relacionadas ao meio ambiente, notadamente: água, esgotos e resíduos sólidos, incluindo coleta seletiva”; e das “ (...) ações periódicas que possibilitem avaliar, monitorar, registrar e sistematizar a intervenção”.

Essas reduções, sem adentrar de forma mais significativa nos sentidos das ações em si, corroboram uma tendência de redimensionamento das questões urbanas, como pontuam Gomes e Peregrino (2005, p. 152), ao analisar a maneira com que as políticas voltadas para o social vêm sendo tratadas, em uma subordinação à lógica da eficiência e valorização econômica na área da habitação.

Outro item importante no processo de observações pontuais é o de avaliação do PTSA presente no caderno de 2013. Como mencionado anteriormente, no COTS de 2010, a avaliação, pela população atendida, foi incluída como ação dentro de um eixo, independentemente da área de intervenção do PTSA.

Já no COTS de 2013, esta ação não está prevista no quadro de eixos, mas sim mencionada como item do relatório final, através da frase: “Ao término da intervenção, deve ser encaminhado o relatório final, com registro dos resultados alcançados e a avaliação do processo realizado pela comunidade e pela equipe técnica.” (CEF, 2013, p. 5). Notamos também que a avaliação aparece como uma sugestão para o item nos relatórios mensais (CEF, 2013, p. 39), mesmo não sendo prevista nos eixos. Ora, se um dos objetivos do PTSA é a participação comunitária e uma das principais formas de participação vem do envolvimento ativo, no dia-a-dia da população e dos agentes envolvidos no processo de julgamento dos aspectos previstos do projeto (SOUZA, 2010), por que foi suprimido dos eixos estruturantes e colocado como sugestão? Melhor ainda, por que exigir esta avaliação apenas no final, quando todo o processo já foi desenvolvido?

Claramente, percebemos uma lacuna no COTS de 2013 no sentido de ser antagônico ao seu próprio objetivo. Quanto a este aspecto, apontamos mais um desafio para o trabalhador social, cabendo a ele, deflagrar uma prática participativa com a população intervencionada, a fim de garantir os próprios interesses fundamentais da classe trabalhadora, porque suas ações e intervenções vão ao encontro dos princípios e valores próprios da profissão e não dependem de lacunas nos COTS ou dos PTSA.

Como último aspecto observado dos eixos, e que vem ao encontro de uma consideração presente nos cadernos, podemos citar a linguagem e os termos flexíveis e genéricos das sugestões de ações no COTS de 2013, dentre os quais, por exemplo: “convivência com o meio ambiente”; “ações para a redução do analfabetismo”; e “divulgação de informações, programas e projetos de natureza ambiental de para ampliação da consciência ecológica das populações”, entre outros. Discorrendo sobre isso, Maingueneau (1989, p. 187) menciona que o sentido da linguagem e do discurso não se sobrepõe às relações econômicas e

sociais, mas consiste em uma dimensão constitutiva dessas relações, passível de ter várias interpretações de acordo com o interesse que existe por trás.

Ou seja, a linguagem ambígua das ações tem um efeito imediato no campo teórico-prático dos PTSA, porque as atividades resultantes das propostas de ações dos eixos são desenvolvidas com margem para diferentes interpretações, refletindo substancialmente no resultado das intervenções. E nesse sentido, da forma como as ações foram descritas nos cadernos, abre-se margem para a ameaça dos direitos e das conquistas adquiridas pelos trabalhadores em diferentes áreas, inclusive, do saneamento básico.

Por fim, entendemos que os debates e as propostas apontadas nos eixos e COTS são desafios que atravessam as intervenções do assistente social de forma heterogênea, complexa, e não necessariamente exclusiva, de apenas um eixo, revelando um caráter desafiador para o exercício profissional crítico e de qualidade.

4.3. ATIVIDADES PREVISTAS E REALIZADAS A PARTIR DOS EIXOS NORTEADORES DOS PROJETOS DE SANEAMENTO

Nesta subseção, pretendemos apresentar alguns debates que giram em torno dos desafios da intervenção do trabalho do assistente social nos PTSA, fundamentados nas informações dos próprios documentos mensais realizados pelos profissionais em campo. Para trabalhar estas informações, optamos por buscar elementos de dois quadros síntese dos relatórios: o quadro de atividades realizadas e a descrição, e o quadro de atividades não realizadas e a justificativa correspondente. Estas informações apresentaram significativos dados para o objetivo deste trabalho.

Concomitantemente, para auxiliar no debate, temos o Quadro 5, que vem contribuir na realização de análises comparativas entre as três localidades, partindo do confronto entre as atividades programadas para o ano de 2015³³. Ressaltamos também que algumas atividades não estavam previstas no edital do ano de 2015, por uma série de considerações que serão pontuadas nesta subseção, contudo, para dar mais visibilidade às informações do quadro, elas foram demarcadas independentemente do cronograma.

³³ No apêndice “A”, “B” e “C” estão os cronogramas completos de atividades do ano de 2015 para os PTSA das três localidades selecionadas para esta pesquisa.

Quadro 5: Relação de atividades em 2015 dos Projetos de Trabalho Socioambiental

Atividades	Localidades		
	A	D	E
Apresentação de peças teatrais	X	X	
Atividade de produção de desenhos, frases, redações ou poemas.		X	X
Avaliação do nível de satisfação da população quanto ao projeto socioambiental e à obra	X		
Capacitação dos envolvidos		X	X
Sessões de cinema		X	
Criação e impressão de material informativo		X	X
Curso de formação de agentes multiplicadores em educação ambiental	X	X	X
Divulgação do projeto em jornal escrito local	X		
Divulgação do projeto em programas locais de rádio	X	X	X
Gincana de coleta de material reciclado	X		
Integração dos técnicos envolvidos		X	X
Manutenção da rede virtual de comunicação		X	
Mapeamento socioambiental da área do projeto			X
Oficina de artesanato com material reciclado	X		
Palestra ou reunião comunitária	X	X	X
Participação em evento local			X
Realização de feira comunitária da saúde	X		
Reuniões de acompanhamento da obra	X		
Visitas/abordagens institucionais ou divulgação do projeto em espaços públicos como escolas e ONG's com entrega de material informativo	X	X	X
Visitas/abordagens domiciliares	X	X	X

Fonte: Elaborado a partir dos cronogramas do PTSA das localidades “A”, “D” e “E”.

Como podemos observar no Quadro 5, a apresentação de peças teatrais foi o item comum em duas localidades. Segundo os PTSA, esta atividade é caracterizada como uma ação que objetiva aproveitar espaços institucionais e organizacionais para refletir questões socioambientais através de ações educativas e lúdico-culturais nos territórios de intervenção.

Para a realização das peças teatrais nas localidades “A” e “D” foi necessário uma grande articulação dos envolvidos. Em geral, o processo deu-se por demanda das próprias instituições em que seriam feitas as atividades e inúmeros foram os motivos de rearticulação. Assim, 11 peças de teatro foram realizadas em escolas, e uma peça, em prefeitura local. Cabe ressaltar que no cronograma do edital da localidade “A” não havia menção da atividade, mas no termo de referência estavam previstas 15 peças de teatro para a região. Sobre este último,

acreditamos que o profissional tem que estar atento às diferenças contratuais em que estão colocadas as demandas de trabalho.

A atividade de produção de desenhos, frases, redações ou poemas, de acordo com os PTSA, visou estimular os alunos das escolas da área interventiva quanto à importância da obra e sua relação com a preservação do meio ambiente. Como observado no Quadro 5, a ação foi prevista para duas localidades, e cabia ao técnico planejar e realizar a atividade juntamente com a escola parceira.

Entretanto, no território “D”, devido à paralisação dos profissionais de ensino, seguida das férias escolares, não foi possível fazer a atividade no período programado. Quando foi retomado o planejamento, em conversa com a escola parceira, foi solicitada, pela mesma, a realização da ação no dia do meio ambiente, ou seja, no dia 05 de junho do próximo ano, porque a escola estaria envolvida em outra atividade sobre meio ambiente no mesmo período. Já na localidade “E”, a atividade não chegou a ser programada e nem realizada porque foi necessário aguardar o início das obras no território. Cabe ressaltar, em relação a esta atividade, que o cronograma da CASAN, para as duas localidades, previa a realização da ação em data próxima ao período de férias escolares, havendo, conseqüentemente, uma grande possibilidade de não ser realizada devido à própria dinâmica escolar.

Diante do que foi exposto, percebemos que, mesmo havendo uma flexibilidade de ações, prevista em contrato, os critérios de racionalidade burocrática dos documentos não levaram em conta os movimentos simples da própria realidade histórica. Nesse sentido, os PTSA exigem um profissional culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico (IAMAMOTO, 2009).

Como próximo item, destacamos a avaliação do nível de satisfação da população quanto ao projeto socioambiental e à obra. Esta atividade esteve prevista somente no cronograma, edital e TR da localidade “A”, elaborada a partir do COTS de 2010. Segundo o PTSA deste território, a ação compreendia a criação de canais de comunicação e informação junto à população do projeto, bem como a coleta de informações acerca do impacto da obra conforme percepção dos moradores. Essa atividade consistia em uma importante ferramenta de participação da comunidade e para possíveis ajustes necessários e/ou o redirecionamento de atividades previstas no projeto, garantindo o cumprimento dos objetivos.

No cronograma do edital, a ação de avaliação da população esteve programada para o final do ano de 2014. Entretanto, a equipe técnica avaliou a maior aplicabilidade da ação para o início do ano de 2015, devido ao recesso da empreiteira responsável pela obra no final do ano. Dentre os principais resultados do questionário destacamos os registros da insatisfação da

população quanto à demora e à qualidade da repavimentação das ruas após as obras de saneamento. Manifestando-se sobre o trabalho técnico socioambiental, a comunidade apontou ser de importante realização, porque esclarece e informa os objetivos da obra, bem como realiza um trabalho de conscientização sobre o meio ambiente.

No que diz respeito a esta ação, cabe mencionar o que já foi pontuado no subitem anterior: o processo de avaliação esteve contemplado dentro dos eixos estruturantes do COTS 2010 e foi suprimido no COTS de 2013. Nesse sentido, chamamos a atenção para o resultado da ação, e para a própria ação em si, que nada mais é do que garantir o direito da comunidade de participação dos serviços que são de seu próprio interesse. Miotto (2010) contribuiu para esta discussão afirmando que as avaliações das ações socioeducativas são imprescindíveis para que se possa verificar o impacto delas na vida dos usuários e nos serviços. Também trabalha em primeira instância, na formação da consciência crítica e na autonomia dos usuários. Ressaltamos ainda que o direito à avaliação programada durante as obras pressupõe também a compreensão das informações, pois é ela que vai possibilitar seu uso na vida cotidiana.

A capacitação dos envolvidos foi uma ação presente no território “D” e “E”. O público alvo desta atividade foi constituído pelos trabalhadores das obras e pelos agentes municipais envolvidos com a população de intervenção do projeto. Basicamente, segundo o PTSA, a ação tinha como objetivo a realização de um encontro para nivelar conhecimentos e informações sobre o saneamento básico, características da população atendida, elementos sobre as mudanças que iriam acontecer durante e depois das obras. Era destinado um período de oito horas de capacitação para todos os envolvidos.

Notamos novamente que na construção desta ação, pelo agente da CASAN, não se levou em conta a própria dinâmica em que se inseria o público alvo da capacitação, uma vez que oito horas contínuas de curso não contemplam os diferentes cronogramas de liberação, haja vista que se trata de instituições de caráter distinto, tendo como público alvo: profissionais de escolas, trabalhadores de obras e agentes comunitários e públicos. Assim, a equipe de trabalhadores do Serviço Social entendeu que redistribuir as horas nos locais de origem dos envolvidos possibilitaria a disseminação das informações, conseqüentemente, uma maior abrangência de público alvo.

Inicialmente, esta ação não estava no cronograma de 2015, mas pelo atraso do início das obras na localidade “D”, no ano de 2014, ela foi reprogramada. Outro ponto relevante acerca desta atividade é que ela passou por uma mudança de público alvo, por solicitação dos técnicos envolvidos com as obras e a prefeitura local. Dessa forma, a capacitação dos

envolvidos deveria ser realizada três vezes durante o projeto, com profissionais de saúde, da educação e os técnicos da prefeitura municipal.

Conforme previsto, estes encontros foram realizados, mas também houve mais capacitações. As capacitações extras foram realizadas por demanda da própria equipe de assistentes sociais, por entenderem que este repasse de informações é imprescindível para o trabalho social e para a própria comunidade. Assim, foi realizada uma capacitação com os trabalhadores das obras e em outras duas unidades de saúde de menor porte no território. Este movimento das profissionais é mencionado por Imamoto (2009), que o considera como uma competência estratégica e técnica da profissão, não apenas retificação do saber fazer, ou fazer, subordinando-o à *direção do fazer*. Os rumos e as estratégias de ação são estabelecidos a partir da elucidação das tendências presentes no movimento da própria realidade, decifrando suas manifestações particulares no campo sobre o qual incide a ação profissional.

Já esta mesma ação, na localidade “E”, não obteve tanto êxito. Devido a não inicialização das obras até o final do ano de 2015, esta atividade quase foi comprometida, passando por um processo de articulação maior do que o previsto pela equipe. Somente em novembro de 2015 foi passível de ser realizada em uma unidade de saúde local. Nesta ocasião, foram apresentados os principais assuntos ligados ao saneamento básico, ao trabalho técnico socioambiental e sua importância, às questões ambientais e aos ganhos com relação à saúde e qualidade de vida da população, às taxas e serviços após a ligação, aos cuidados com as benfeitorias após a ligação da residência ao sistema de esgotamento. Cabe registrar que estavam presentes funcionários e agentes de saúde do Posto.

Vale ressaltar também que outra capacitação estava sendo articulada no Centro de Referência em Assistência Social da localidade “E”. Contudo, por solicitação da CASAN, todos os processos de articulação da atividade tiveram que ser adiados, sem previsão de retomada devido à paralisação do contrato dos PTSA.

Outro item da tabela foi a atividade de sessão de cinema, que ocorreu somente na localidade “D”. Segundo o PTSA, esta atividade tinha como objetivo aproveitar espaços públicos para a exibição de filmes que abordassem temáticas sobre a preservação ambiental, proporcionando reflexões e debates sobre o meio ambiente. O planejamento desta atividade deveria ser articulado com a instituição parceira e, na ocasião, se deveria aproveitar o espaço para divulgação dos serviços/obras de saneamento. Primeiramente, a ação estava programada para o ano de 2016, mas houve um adiantamento do cronograma.

A circunstância que levou a este adiantamento foi um contato com uma instituição de ensino para a realização de uma peça teatral. Neste contato, a diretoria da escola solicitou que

fossem feitas quatro peças teatrais, em vez de uma, considerando a quantidade de alunos da instituição de ensino. Diante desta situação, a fim de não inviabilizar a atividade para outros momentos do projeto, visto que o PTSA previa apenas seis peças, no total, oportunizou-se a realização de duas sessões de cinema, previstas no contrato para o 33º mês de projeto. Sobre este eixo, nosso entendimento é o de que a capacidade de negociação entre os atores envolvidos nas ações do projeto é um desafio para o profissional de serviço social, porque ele tem que articular as demandas com as respostas nas intervenções dos projetos.

Visando dar visibilidade pública sobre o empreendimento e o trabalho socioambiental, o material informativo seria um elemento para enriquecer todas as outras ações dos projetos nas três localidades. Ele seria uma estratégia de comunicação com finalidade educadora e informativa, segundo o PTSA. E a equipe técnica do projeto seria responsável por coordenar a elaboração, a impressão e realizar a distribuição de todo o material a partir dos primeiros meses do serviço.

Nas duas localidades em que a ação esteve programada, “D” e “E”, houve o mesmo processo: foi desenvolvido um *layout* e conteúdo informativo, repassado o material para aprovação pela CASAN, e após a liberação, realizada a impressão. O processo de operacionalização do material ocorreu conforme previsto pela equipe. No entanto, sua distribuição foi realizada com atraso devido a não inicialização das obras nas localidades.

No tocante a esta ação, a noção em marketing promocional se coloca como outro desafio para o profissional de serviço social, sempre que é demandado a ele o acompanhamento de materiais de divulgação da obra como parte estratégica de fortalecimento dos projetos.

Como pode ser visto no Quadro 5, a atividade de “curso de formação de agentes multiplicadores em educação ambiental” esteve presente para os três territórios. Neste curso, a estimativa de participantes, pela CASAN, variou entre 30 a 100 pessoas, entre fiscais da vigilância sanitária, agentes comunitários da saúde, professores das escolas da região, educadores sociais, profissionais de Centros de Assistência Social e lideranças da comunidade. A carga horária prevista em todas as localidades era de 20 horas/aula. Segundo o PTSA, o objetivo do curso era formar e capacitar agentes ambientais para identificação e reflexão crítica das questões socioambientais do território em que vivem e trabalham, de forma a promover a mobilização e sensibilização social para a realização de ações que resultem na melhoria da qualidade de vida e conservação dos recursos naturais.

Assim, em observação aos relatórios acerca desta atividade, três processos diferentes merecem ser destacados porque fizeram parte dos desafios da profissão na área. Em uma

localidade, o curso estava previsto para o início do projeto, porém, houve dificuldades na realização da proposta. A primeira se relacionou com a rotatividade da equipe de intervenção, e a segunda, com a mudança de gestão da prefeitura parceira (maior apoiadora da ação no momento), ocasionando o cancelamento de todos os processos articulados para a atividade, até a consolidação da nova gestão municipal. Posteriormente, foram retomadas as novas relações para operacionalização da atividade e realizado o curso, após 16 meses da previsão inicial no cronograma do edital.

Em outra localidade, o curso também passou por uma rearticulação similar. Os motivos que levaram a esta situação foram: o aguardo do início das obras, a necessidade de maior planejamento da equipe e o choque de uma ação de nível nacional no mesmo dia em que estava sendo oferecido o curso. Assim, devido a todos esses acontecimentos, a equipe social optou pela transferência do curso para o ano seguinte, 2016.

Na última localidade, não foi possível realizar a articulação inicial do curso, devido a não inicialização das obras na localidade e à paralisação do contrato da Iguatemi com a CASAN.

No que se refere a esta ação, pensamos que a realidade de intervenção se apresentou dinâmica e o objeto de ação foi sendo construído e reconstruído no decorrer da ação planejada. Sem dúvida, o processo reconstutivo das ações de intervenção nos PTSA desafia o profissional de Serviço Social, pois se assenta sobre a percepção das questões práticas que se colocam em níveis diferentes de apreensão e de intervenção (MOSER, 2011).

Seguindo o Quadro 5, observamos que a divulgação do projeto em jornal escrito local estaria programada para apenas uma localidade. Esta ação consistia na exibição de até 14 anúncios, de $\frac{1}{4}$ de página, em preto e branco, trazendo informações quanto à obra e ao projeto socioambiental, no decorrer do projeto. Porém, devido à dificuldade em acertar um orçamento dentro do que havia sido previsto no cronograma financeiro, e à oposição da CASAN em reajustar o conteúdo do texto que a equipe de técnicos havia proposto, até o final do ano de 2015 não foi possível realizar a atividade. Como já foi colocado na seção dois, deste trabalho, é preciso atentar para o fato de que os períodos em que os projetos de trabalho socioambiental tramitam burocraticamente, até a sua execução, variam de projeto para projeto. E o tempo entre os processos de licitação, contratação e liberação dos PTSA atinge diretamente o orçamento dos PTSA. Em consequência, por não haver reajuste dos valores nas licitações, algumas ações ficam comprometidas, como o serviço de jornal local.

Com o mesmo objetivo da ação anterior, a divulgação do projeto em programas locais de rádio estava prevista de três formas diferentes em cada localidade. Por planos mensais,

foram projetadas quatro inserções para a localidade “E”, cinco para a localidade “D” e 10 para a localidade “A”. A previsão de duração deste serviço não variou quanto ao número de inserções, correspondendo praticamente ao mesmo período dos PTSA, entre 15 a 36 meses de projeto. Na realização desta atividade ocorreram três processos: na localidade “A” houve um reajuste de preço, que paralisou a atividade por dois meses e acarretou uma renegociação; em “D”, houve um atraso da realização da atividade, devido ao não início da obra; e na última localidade, “E”, houve um cancelamento em virtude da paralisação do contrato do PTSA.

Identificamos, assim, que, para esta intervenção, também houve o processo de desvalorização financeira da ação, com o incremento da não inicialização das obras em dois territórios. Dentro desses processos problemáticos das ações, gostaríamos de chamar a atenção para a localidade “A”. Nesta localidade, nas duas ações de divulgação do projeto com maior amplitude, (jornal e rádio local), por um mesmo motivo, o reajuste no valor do serviço ficou comprometido. Salientamos que o próprio objetivo da intervenção foi diluído pela desvalorização financeira do PTSA, vindo a comprovar o que já foi anteriormente mencionado: os projetos vieram com uma visão mais tecnicista das ações, comprometendo a qualidade das intervenções, portanto, colocando novamente mais um desafio ao assistente social, à operação de recursos financeiros fadados a uma tendência de racionalização e desvalorização.

A gincana de coleta de material reciclado foi uma atividade realizada e programada somente na localidade “A”. A ação, segundo o PTSA, consistiu em aproveitar espaços públicos, como uma escola, para realizar uma atividade lúdica de educação ambiental com crianças e adolescentes. Ela deveria ser desenvolvida de forma a propiciar uma percepção crítica do consumo dentro do território, através do estímulo à realização de uma gincana de separação adequada de resíduos sólidos. Coube, então, ao assistente social, impulsionar, através desta ação, a mobilização social por práticas educativas.

Para sua operacionalização, a gincana precisou de um período maior do que o previsto no cronograma. Esta situação ocorreu devido ao próprio processo de planejamento com a escola, tendo em vista a greve da rede de ensino, de forma que veio a ocorrer somente quatro meses depois do previsto. O principal resultado obtido com a atividade, haja vista a interação ocorrida entre o público que participou da gincana, foi o envolvimento da comunidade escolar, dos alunos e de suas famílias na atividade, o que pressupõe a maior sensibilização em relação à questão ambiental/resíduos sólidos.

Entretanto, apesar da repercussão desta ação com três diferentes atores sociais, a intervenção somente foi projetada para o COTS de 2010, no de 2013 foi suprimida no escopo

dos eixos estruturantes. Acreditamos que esta mudança acarretou uma grande perda de qualidade para as ações, já que a intervenção obteve uma grande repercussão no território. Além disso, envolveu também o repasse de informações de forma prática, porque os alunos foram estimulados a trazer os resíduos sólidos de suas casas para escola, de forma a propiciar o debate sobre os temas que atravessam a própria política do meio ambiente.

A atividade seguinte, de integração dos técnicos envolvidos, que é a próxima ação no Quadro 5, é o ponto inicial em qualquer PTSA. Ela é programada essencialmente no início do serviço/obra para a apresentação e o estabelecimento de parcerias entre administração pública municipal, CASAN, técnicos da obra, técnicos sociais, comunidade e demais interessados. Para a realização da atividade, a empresa contratada deveria articular o local, mobilizar, conduzir e coordenar a reunião.

Na execução desta atividade, nas duas localidades, houve algumas particularidades que merecem ser ressaltadas. Em uma das reuniões, não havia empreiteira responsável pela obra, devido ao atraso na realização de licitação deste serviço via CASAN. Mesmo assim, o encontro foi realizado, com algumas lacunas pendentes de informação para os participantes. Já na outra localidade, devido ao atraso na contratação da empreiteira responsável pela obra, a reunião de integração aconteceu no ano posterior ao previsto no contrato do PTSA. Também nesta última localidade foram realizadas duas reuniões de integração. Uma serviu para o nivelamento de informações, esclarecimento de dúvidas e pendências dos projetos e da obra. Em outra reunião, a equipe tomou ciência da mudança de gestão municipal e foram reajustadas as informações e demandas de priorização das obras.

Pensamos que esta atividade é um importante momento de apresentação dos agentes envolvidos para os serviços de saneamento de um território, pois possibilita a integração e fecha parcerias entre órgão público, empreiteira, técnicos sociais e demais interessados. Realizá-la no início dos trabalhos, com todos os agentes, é de extrema valia para todos os envolvidos no processo, porque facilita a interação das informações e, conseqüentemente, evita questões que possam inviabilizar todo o projeto, como exemplificado em toda esta subseção.

A próxima atividade do Quadro 5 corresponde à criação e manutenção da rede virtual de comunicação, realizada apenas na localidade “D”. Segundo o projeto de trabalho, esta atividade consistiu em utilizar estrategicamente canais de comunicação virtual para dar visibilidade pública à obra e às ações socioambientais desenvolvidas. Também deveria incluir informações sobre a temática ambiental. A alimentação das informações deveria ser feita regularmente até o final do projeto e estar atrelada às demandas das obras/serviços.

A operacionalização da atividade ocorreu conforme previsto no cronograma e foi criado um perfil no *facebook*. A alimentação das informações variou conforme o mês, entre itens com informações de abertura de obras, link de informação sobre temas do meio ambiente e retornos a dúvidas da população. Os avanços nos processos de comunicação também fizeram parte dos PTSA e das intervenções dos assistentes sociais. Sobre este avanço, podemos deduzir que a divulgação da informação deixou de ser um simples instrumento de comunicação para produzir mercadoria que se reproduz por ela própria, e por isso, também se transformou num importante instrumento de formação.

O mapeamento socioambiental da área do projeto foi mais uma ação realizada em apenas uma localidade no ano de 2015: o território “E”. Esta atividade, segundo o edital, consistiu na aquisição de conhecimento e noções básicas da realidade social e do meio ambiente em que a comunidade estava inserida, com a finalidade de levantar demandas, características e potencialidades locais. Entendemos que esta ação contempla tanto o objetivo do projeto quanto o próprio trabalho de Serviço Social no território. É necessário o conhecimento da realidade onde está inserida a intervenção do assistente social, significando uma leitura aprofundada da região em termos históricos, geográficos, sociais, econômicos e políticos. É impossível começar um processo de trabalho no território sem saber os pressupostos e as condições objetivas dele. Automaticamente, isso requer como desafio uma grande autocapacitação e o envolvimento do profissional na atividade (MATOS, 2010).

A mencionada ação começou a ser realizada no primeiro mês de contrato do projeto e perdurou por cinco meses. Nos relatórios, a profissional envolvida pontuou momentos de dificuldade em encontrar material substancial sobre o bairro intervencionado, vindo a realizar pesquisas dispendiosas em instituições locais e no território. Porém, o conhecimento empírico dos técnicos contribuiu para o reconhecimento de algumas situações e realidades da localidade que, até então, não haviam sido levantadas nas fontes de pesquisa. Em alusão a este processo, Roberto Cardoso de Oliveira (2006) afirma que, para a construção do saber, é imperativo ao observador saber olhar, ouvir e escrever.

Visando estimular a comunidade da localidade “A” sobre a importância da reutilização e do reaproveitamento de resíduos sólidos domésticos, a oficina de material reciclado foi uma atividade significativamente positiva, segundo a profissional envolvida com o PTSA. Apesar de estar prevista apenas uma vez, no edital, a equipe conseguiu oportunizar duas destas atividades em momentos diferentes. Uma curta oficina foi realizada juntamente com outra ação (palestra), com famílias do Centro de Referência de Assistência Social de um território. Esta junção, segundo iniciativa da própria equipe, tinha o objetivo de potencializar a função

da atividade. A outra oficina, que teve duração maior, também foi realizada no mesmo centro de referência e aberta para toda a comunidade local. Em observação sobre esta ação, gostaríamos de novamente mencionar que esta atividade só esteve garantida no COTS de 2010, e mesmo sendo um importante meio de garantia de direito, ela foi suprimida nos PTSA posteriores.

Como uma atividade comum nas três localidades, tivemos as palestras/reuniões comunitárias. Segundo os PTSA, o objetivo desta ação consistia em estabelecer e manter diálogo com pessoas envolvidas com a comunidade, ao mesmo tempo em que oportunizava um espaço de divulgação das informações sobre as obras/serviços e temas relacionados ao meio ambiente. Nos três territórios de execução do PTSA, esta ação foi projetada e operacionalizada para diferentes momentos do projeto. Em suma, ela poderia ser realizada de forma separada ou junto com outras ações.

Primeiramente, ressaltamos que, no território “E”, a ação não foi planejada ou articulada, em virtude da não inicialização das obras no território. Já no território “A” ocorreram duas palestras, uma em um conjunto residencial e outra no Centro de Referência de Assistência Social. Nesta localidade, houve o agrupamento da atividade a outra ação no território (oficina de artesanato).

Destacamos ainda que na região “D”, o processo para a realização da atividade exigiu uma maior articulação da equipe. Segundo o termo de referência do PTSA de “D”, esta atividade deveria ocorrer em três momentos: perto do início, do meio e próximo ao fim do projeto. Dentre os três momentos programados para esta ação, observamos que a primeira ação precisou de uma maior articulação por parte da equipe porque, em um primeiro momento, estava prevista para ser realizada em uma escola municipal, porém, teve que ser cancelada por causa de uma greve e do recesso escolar. Em virtude desta situação, a equipe articulou a palestra junto à Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) da localidade “D”. Acreditamos que foi uma mudança significativa de segmento do público alvo e que também faz parte da realidade intervencionada à medida que produz e reproduz uma série de relações de diferentes ordens, inclusive, que interfere diretamente nas ações dos profissionais da área.

Para a realização desta atividade, a profissional responsável ressaltou, em relatório, que a ação teve uma ampla divulgação por parte do representante da CDL e se previa uma média de 50 participantes. Entretanto, na realização da atividade, compareceram 11 lojistas. Essa situação surpreendeu todos os envolvidos na operacionalização da ação, uma vez que, segundo o próprio representante da CDL, os lojistas não hesitavam em questioná-lo cotidianamente acerca das implicações e dos transtornos advindos da obra.

Com um resultado similar, a segunda palestra também teve baixa participação. Foram convidados os secretários municipais, por email, ofício, contato telefônico e reunião presencial, para apresentação de uma proposta do curso de formação de educadores ambientais na localidade. Na ocasião dos convites, todos demonstraram interesse em participar, entretanto, no dia da palestra, apenas uma pessoa compareceu à palestra. Já a última palestra prevista para 2015, na localidade, não pôde ser realizada devido à dificuldade de agendamento junto aos parceiros do espaço físico.

Sobre os resultados desta ação, julgamos ser necessário tecer algumas considerações. A primeira se relaciona à participação. Segundo Souza (2010), a participação é um processo existencial concreto, que se produz na dinâmica da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana dos diversos segmentos da população. Sobretudo, ela pode ser um processo social contrário à dominação e concentração de poder, supondo um enfrentamento do homem dos desafios sociais. Na contemporaneidade, há grandes desafios para a concretização deste processo, o que não foi diferente nas ações aqui mencionadas. Portanto, compreender os processos que propiciam a participação, para efetivação da mesma, se coloca com outro elemento a ser explorado dentro dos PTSA.

Outra consideração interessante sobre esta proposta de ação é a de que no primeiro PTSA, houve a previsão de orçamento de um palestrante com formação em saneamento para a realização da atividade. Contudo, nos dois editais posteriores, não foi destinado orçamento para contratação específica deste profissional, ficando a cargo da equipe social a realização da atividade e organização do conteúdo das palestras.

Dessa forma, podemos afirmar que haverá uma sobrecarga do trabalho dos assistentes sociais, materializado nos PTSA, toda vez que o assistente social tiver que planejar, operacionalizar e executar as ações.

É importante assinalar também que as ações dentro dos PTSA se constituem como processos que se constroem e se reconstroem continuamente durante os projetos, não existindo um modelo pré-definido. Por esta razão, no desenvolvimento das ações é necessária uma coerência com os projetos da profissão de Serviço Social. Essa coerência é pertinente à medida que são os procedimentos que dão materialidade às possibilidades de os sujeitos aprenderem novas formas de se relacionarem e se posicionarem na sociedade em que vivem (MIOTO, 2009).

O próximo item no Quadro 5 é a participação em um evento local, no território “E”. Esta atividade não havia sido prevista no contrato, mas houve uma participação pela própria demanda do evento, que se tratava da assinatura, publicamente, do processo de licitação das

obras e estações de tratamento de esgoto no município. Este evento contou com a participação do governador do estado, interessados e diversas secretarias municipais.

Outra atividade no Quadro 5 foi a feira comunitária da saúde na localidade “A”. Esta atividade deveria ocorrer no mês de janeiro de 2015, porém, ela foi antecipada para o mês de novembro de 2014. Esta mudança foi proposta pela equipe levando em consideração a dinâmica da ação e o maior alcance da população alvo, devido à proximidade com datas festivas e ao recesso escolar. Conseqüentemente, por não estar detalhada dentro dos relatórios de 2015, não foi possível apresentar maiores informações sobre esta intervenção. Em observação a esta atividade e corroborando o que já mencionamos anteriormente, houve uma lacuna para previsão desta ação, que não levou em consideração a dinâmica da realidade intervencionada, e também, em referência aos outros PTSA, mesmo sendo um importante processo de participação, foi suprimida dos outros projetos.

Demonstrando outra clara diferença entre os projetos, as reuniões de acompanhamento das obras, realizadas quinzenalmente na localidade “A”, foram atividades que a prefeitura municipal solicitou nos primeiros anos do projeto. As reuniões contavam com a participação das equipes técnicas envolvidas na obra de saneamento (prefeitura local, Iguatemi e empreiteira de obra) e tiveram como objetivo abordar demandas provenientes das novas frentes de trabalho e ajustar assuntos pertinentes à segunda etapa do projeto de ampliação do Sistema de Esgotamento. Percebemos, pelas informações dos relatórios, que estas reuniões foram importantes em termos de planejamento e acompanhamento das atividades, dando um suporte adicional à equipe responsável pelo trabalho social, e mesmo não estando previstas no edital, foram uma importante iniciativa para um trabalho qualitativamente melhor.

A penúltima atividade prevista no Quadro 5, visitas/abordagens institucionais, constituiu um processo importante, em vários momentos, nas três localidades. Segundo os PTSA, esta ação consistia na realização de visitas institucionais para criar parcerias e divulgar as ações do projeto social e da obra. Assim, a atividade foi realizada da mesma forma nos três territórios, em todo o período do projeto, mas foi planejada de forma diferente nos editais.

Na localidade “A”, a atividade esteve presente em todo o cronograma do ano de 2015, porém, devido à falta de abertura de novas frentes de trabalho, ao recesso das instituições dentro da área de intervenção e à antecipação da atividade no ano anterior, houve oscilação no cronograma previsto. Assim, as visitas nas instituições públicas e privadas foram apenas sete durante o ano todo. No mês de abril foram realizadas duas visitas: a uma unidade de saúde e a uma instituição de educação. Em junho, foi realizada outra visita a uma instituição de ensino. No mês seguinte, foram realizadas duas visitas a diferentes locais, sendo uma ao terminal de

ônibus urbano próximo à localidade de intervenção, e a outra, a uma empresa privada. A última visita, realizada no mês de setembro, foi a uma instituição de educação.

Já na localidade “D”, na qual não havia sido prevista visita institucional para o ano de 2015, pelo cronograma, ocorreram quatro visitas. Em janeiro, foram realizadas duas visitas, sendo uma visita a Casa Lar e a outra, a uma associação de moradores. No mês seguinte, houve uma visita a uma instituição de ensino infantil. Em agosto, foi realizada a última intervenção institucional, na maior escola de educação básica da região. Cabe ressaltar, para este item, que o conhecimento da realidade e do território intervencionado não se encerra apenas na fase projetada no cronograma de ações, pois, no decorrer do projeto, o profissional tem o desafio de atentar constantemente aos temas que surgem e interferem na localidade intervencionada.

Na localidade “E”, as visitas institucionais ocorreram conforme previsto no cronograma. Contudo, elas merecem um maior detalhamento por causa de situações peculiares que se desenvolveram no decorrer das ações. As visitas institucionais começaram em junho, um mês posterior ao previsto pelo cronograma, devido à maior necessidade de articulação com as primeiras instituições da área de intervenção. Dessa forma, foram realizadas duas visitas, a primeira a uma unidade local de saúde e a segunda ao Centro de Referência de Assistência Social da região. No mês seguinte, foram realizadas três visitas, duas a uma instituição de ensino e uma à subprefeitura regionalizada. Em agosto, houve uma visita a uma instituição de ensino infantil. No mês de setembro, houve uma tentativa de visita a uma empresa que oferecia serviços de recreação, contudo, o proprietário do estabelecimento se recusou a receber a assistente social e foi desnecessariamente grosseiro com a profissional.

Na sequência, em outubro, houve visitas a instituições religiosas da localidade e novamente uma tentativa de abordagem à instituição recreativa do mês anterior, a qual, nesse momento, teve êxito porque outro proprietário recebeu a equipe da Iguatemi. Em novembro e dezembro não houve visitas institucionais devido ao cancelamento de contrato.

Dentro da localidade “E”, consideramos importante mencionar o reconhecimento social do profissional nas comunidades através do PTSA. Como bem exemplificado nesta ação, este processo é uma competência construída dentro das localidades intervencionadas, particularmente, passível de sofrer represálias também da comunidade, de diferentes formas.

A última atividade foi a de maior empenho da equipe técnica social. As visitas/abordagens se constituíam no contato direto com a população da área de intervenção e a atividade deveria ser realizada em todos os domicílios/organização da localidade. Segundo o PTSA da CASAN, o objetivo da ação era:

Informar os beneficiários sobre a importância do empreendimento para a saúde, qualidade de vida e proteção ao meio ambiente, sobre as providências intradomiciliares necessárias nos imóveis para fazer a ligação à rede coletora de esgotos da CASAN, sua destinação final e a obrigatoriedade de efetuar a ligação (o morador será orientado para efetuar a ligação de esgoto somente quando a rede coletora assentada permitir condições operacionais para tanto); informar sobre os ganhos socioambientais, legislação pertinente, atividades programadas, política tarifária e outros temas essenciais para atuar em campo.³⁴

Assim, partindo da localidade “A”, verificamos que no primeiro semestre do ano de 2015 foram feitas 251 abordagens domiciliares, sendo 40 em janeiro, 42 em fevereiro, 59 em março, 61 em abril, 45 em maio e 04 em junho. No semestre seguinte, não houve abordagens domiciliares pela falta de abertura de novas frentes de obras no território.

Na localidade “D”, por se ter que aguardar o início das obras de saneamento, para que as ações estivessem interligadas, as abordagens domiciliares começaram no mês posterior ao previsto. Ao todo, no ano de 2015, foram realizadas 461 abordagens, sendo 20 em fevereiro, 44 em março, 63 em abril, 75 em maio, 62 em junho, 57 em julho, 46 em agosto, 43 em setembro, 30 em outubro, 13 em novembro e 08 em dezembro.

Na última localidade, “E”, devido ao aguardo do início das obras, a ação foi comprometida durante todo o ano de 2015, juntamente com outras ações previstas no edital e já mencionadas nesta análise. Esta circunstância prejudicou consideravelmente todo o trabalho social na localidade, além de ser o principal motivo para o cancelamento do contrato no mês de dezembro de 2015.

Dentro desta última ação, e exemplificado em outros momentos desta seção, bem como presente nos relatórios das localidades mencionadas e não mencionadas, podemos afirmar que um desafio substancial para a equipe nas intervenções esteve relacionado ao acompanhamento do PTSA junto às obras de saneamento nos territórios. Este acompanhamento, previsto em edital e leis pertinentes, pareceu-nos ser, por vários momentos, uma relação complexa. Isso porque grande parte das intervenções estava diretamente ligada ao cronograma de obras da empreiteira parceira, havendo necessidade de uma constante troca de informações, o que não ocorria regularmente em algumas localidades. Ainda como já mencionado, esta relação se torna comprometedor para o PTSA quando não é realizada ao mesmo tempo em que o projeto.

³⁴ Retirado na íntegra do PTSA da localidade “A”.

Por fim, o que pretendemos enfatizar neste item é que a intervenção técnica-operativa do profissional de Serviço Social, através dos PTSA, não é neutra, mas passiva de contradições e desafios expressos de diferentes formas, ora nos Cadernos de Orientação do Trabalho Social, ora nas propostas dos Projetos de Trabalho Socioambiental, na empresa a que o profissional está ligado e também na própria realidade de intervenção. O profissional, nesse sentido, deve atentar para o fato de que:

O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. (IAMAMOTO, 2009).

Em outras palavras, o exercício da profissão, seja no saneamento ou em qualquer outra área, vem permeado de processos de disputa, até porque o profissional de Serviço Social também se encontra nesta mesma engrenagem, inscrito na divisão social e técnica do trabalho e nas relações de propriedade que o sustentam.

4.4. ALGUNS DESAFIOS QUE PERMEIAM A INTERVENÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS PROJETOS SANEAMENTO

Pensar a ação profissional do serviço social nos PTSA também requer identificar outras determinações que não estão expressamente ligadas à execução do trabalho em si, mas ao processo de trabalho dentro de uma empresa de consultoria privada. Nesse sentido, o debate, neste item, perpassa algumas questões que fizeram parte do processo de experiência de um ano de estágio na área e que entendemos que atravessam outros campos profissionais do Serviço Social.

Particularmente no Brasil, em um contexto de sistema capitalista influenciado fortemente por um apelo neoliberal, encontramos diversas expressões de superexploração da força de trabalho, que envolvem um processo contínuo de reestruturação produtiva em diferentes esferas do trabalho, abrindo margem para consequências desastrosas de flexibilização de direitos e relações de trabalho, crescimento da informalidade e profunda precarização das condições de trabalho. Parte destes efeitos pode ser encontrada principalmente nos novos campos de trabalho, onde os interesses empresariais se sobrepõem às lacunas dos direitos trabalhistas.

Obviamente, este mesmo cenário também afetou o mercado de trabalho dos assistentes sociais, sobretudo, na particularidade do exercício profissional nas empresas de consultoria. O trabalho nestas empresas pode parecer um atrativo em um primeiro momento, por ter uma característica dinâmica, porque pode possibilitar a melhoria do salário ou pela própria oportunidade de emprego. Contudo, esse universo vem se apresentando bastante limitado.

Em geral, nas empresas de consultoria, como a Iguatemi, são poucos os assistentes sociais que fazem parte do corpo de trabalhadores fixos, sendo grande parte da equipe contratada em caráter temporário ou por projeto. Essas características fragilizam a relação profissional e também, em alguns casos, desqualificam o exercício da profissão, comprometendo as ações do setor. Gomes, (2015, p. 378) reforça essa perspectiva afirmando que:

Laços frágeis das relações de trabalho, decorrentes dos processos de reestruturação produtiva, supõem, entre outras coisas, a flexibilidade dos contratos de trabalho, dispensando, muitas vezes, garantias e direitos contratuais. Nesses casos, os compromissos entre capital e trabalho têm sido mantidos por um “pacto moral” em que o Assistente Social é considerado um trabalhador dedicado.

Portanto, esses laços frágeis das relações profissionais se colocam como desafio para o profissional, sobretudo em uma empresa com caráter de consultoria. Segundo Gomes (2015), este cenário é comum nas empresas de consultoria devido ao próprio reflexo das relações de trabalho-capital.

Há que se citar também, as mudanças contratuais que exigem ampliação dos conhecimentos específicos dos assistentes sociais e, conseqüentemente, um alargamento de suas funções. A busca por conhecimento faz parte de toda profissão, mas a questão é que em uma empresa com o caráter de consultoria pode vir a ser uma estratégia para agravar o processo de reestruturação produtiva. Sobre isso, Heloani e Piolli (2015, p. 212) apontam que:

Esse novo modelo engloba as estratégias de gestão e controle sobre o trabalho, adequadas ao esquema de produção flexível, o que exige também trabalhadores flexíveis, polivalentes e com capacidade de interferir no processo produtivo. Ao mesmo tempo repassa a responsabilidade do emprego para o indivíduo, que então se vê diante da incerteza, da flexibilização e da desregulamentação do trabalho, do desemprego estrutural e do subemprego, os quais aparecem como um dado permanente.

O debate a que queremos chegar é o seguinte: quanto a qualificação e a capacitação combinadas representam a intensificação do trabalho, a racionalização das atividades e a

redução dos postos de trabalho, como já mencionado e exemplificado anteriormente neste trabalho?

Em seus estudos, Yamamoto (2003) afirma que as empresas têm requisitado o profissional do Serviço Social para o exercício de funções que ultrapassem as demandas profissionais e, no caso das empresas de consultoria, algumas requisições foram acrescentadas.

Fica, então, o desafio ao profissional de Serviço Social, de compreender, nestes espaços, as racionalidades técnicas e ideológicas postas a ele no cotidiano da profissão e fazer destes elementos ferramentas de enfrentamento. Também recorreremos a Azevedo (2014, p. 336), que chama a atenção para o seguinte:

Compreender os desafios institucionais com os quais lidamos no nosso cotidiano de trabalho permite explicitar que a autonomia relativa do profissional, no espaço sócio-ocupacional da consultoria empresarial, é regulada pelos ditames de quem a contrata, da mesma forma que ocorre com as demais instituições nas quais os assistentes vendem a sua força de trabalho. Por isso, compreender o trabalho como esfera de luta requer assumir atitudes defensivas, de resistência e de oposição às formas de dominação instauradas.

Para exemplificar ainda mais este elemento, ressaltamos que, dentro dos PTSA, houve a necessidade de organização e controle dos aspectos financeiros aliados aos projetos, a fim de realizar a administração dos custos e fluxos das ações. Ou seja, juntamente com o edital das localidades intervencionadas, era enviada, para o profissional de Serviço Social, uma planilha elaborada pela CASAN. Esta planilha continha as ações com informações detalhadas dos custos previstos para cada intervenção, devendo o profissional realizar o controle financeiro necessário.

As condições de trabalho é outro item que afetam a vida material e subjetiva de qualquer profissional, o que não vai ser diferente para os assistentes sociais. Este elemento pode influenciar na saúde física, emocional, social, nos projetos interventivos, entre outros fatores. Neste âmbito, a complexa relação de trabalho estabelecida nas empresas de consultoria vem colocando este elemento como condição posta aos vínculos de trabalho e como resultado da própria compreensão dos profissionais perante as relações hierarquizadas neste tipo de empresa (GOMES, 2010).

Levando em conta este aspecto, apontamos como um dos indicadores de condições de trabalho os vínculos frágeis dos profissionais na empresa em questão. Em especial, o tipo de vínculo temporário, presente na grande parte dos profissionais ligados aos PTSA.

Esta relação contratual incide decisivamente na remuneração. Além disso, ela também influencia na elaboração das propostas profissionais, nas negociações com a empresa no que se refere aos atendimentos, às demandas do trabalhador, na relativa autonomia profissional e na proteção social dos assistentes sociais nesses espaços. Ademais, estes tipos de contratos representam igualmente uma grande insegurança por parte dos profissionais.

As condições para atuação profissional também se apresentaram como indicadoras das condições de trabalho. Sobretudo pela própria natureza da empresa de consultoria, já mencionada anteriormente. Sobre isso, há que explicitar as dificuldades dos profissionais na empresa com relação ao ambiente de trabalho e às condições materiais de execução das ações que, em muitos momentos, ficavam aquém do necessário para uma atuação segura e de qualidade.

Como último aspecto de resultado da reestruturação produtiva, atentamos a constante instabilidade profissional aliada.

O Serviço Social dentro de diferentes campos de trabalho como, por exemplo, em uma empresa de consultoria, ganha espaço e passa a ser identificado como uma profissão que, mesmo não sendo ciência, produz conhecimentos e detém respeitável domínio no campo das políticas sociais (MATOS, 2010).

Nesse sentido, quando o Serviço Social passou a compor o quadro de funcionários da empresa de consultoria, não foi por uma vocação social da empresa, mas sim por objetivos bem específicos. Estes objetivos podem ser traduzidos como fruto de uma aliança entre as empresas e o Estado, com a função de reprodução das relações sociais na sociedade capitalista. E dentro desta dinâmica, aponta-se também como uma estratégia proposta pelo capital para superar a crise contemporânea resultante da própria contradição capitalista.

Sendo assim, salientamos que, em uma empresa de consultoria, o Serviço Social é uma das opções do conjunto de serviços convocados conforme a demanda de trabalho. Neste caso, o vínculo de trabalho está diretamente relacionado às demandas postas por contratos de licitação e pelo gerenciamento dos mesmos. Isto pode implicar em admissões, sejam contratos por CLT ou temporários, e em demissões.

Um exemplo desta situação foi o PTSA da anteriormente mencionada localidade “D”, em que o contrato entre a CASAN e a Iguatemi foi suspenso pela primeira no final do ano de 2015. Isto implicou, conseqüentemente, no afastamento temporário da assistente social responsável pelas intervenções, até a retomada do mesmo contrato.

Outra materialidade em que se manifesta a instabilidade profissional do Serviço Social dentro de uma empresa de consultoria é a atual conjuntura em que o setor se encontra no

momento de fechamento deste trabalho. No mês de julho de 2016, a direção da CASAN comunicou à empresa Iguatemi a suspensão dos contratos de todas as localidades, resultando na demissão de todos os funcionários do setor de Serviço Social da referida empresa de consultoria.

Quanto a este último aspecto, entendemos que as assistentes sociais e o próprio campo de trabalho dentro da empresa foram brutalmente absorvidos pelo processo de reestruturação produtivista, mas não só, tiveram mais um campo de trabalho afetado por interesses e decisões políticas que atravessam a atuação profissional no campo do saneamento básico.

Encerrando este capítulo, reconhecemos que existem múltiplas questões a serem discutidas acerca do trabalho do Serviço Social em uma empresa de consultoria e dentro do saneamento básico. As análises realizadas não são estáticas, tampouco assépticas, podendo coexistir traços de diferentes tendências profissionais no exercício em questão. Mas acreditamos que é necessário identificar e problematizar os desafios como passo essencial para a profissão.

Sobretudo, gostaríamos de pontuar que o Serviço Social contemporâneo encontra muitos desafios para atuar orientado por uma perspectiva crítica, especialmente quando se encontra no espaço sócio-ocupacional das empresas de consultoria, onde as condições objetivas para a superação de lacunas profissionais, como a postura conservadora, se tornam mais difíceis diante das estratégias de dominação decorrentes do processo de reestruturação produtiva, que congrega um conjunto de ações inibidoras dos avanços do Serviço Social (GOMES, 2010, p 64).

Em síntese, com base na análise dos documentos que orientam o trabalho social e nos relatórios produzidos pela equipe, concluímos que, em geral, houve dificuldade de transcender as demandas institucionais, apesar da tentativa das profissionais envolvidas. Há que ressaltar as limitações impostas pela empresa e já colocadas em páginas anteriores. Além disso, é fundamental considerar que, ainda que o trabalho social tenha vindo numa perspectiva de garantia de direitos, sua aplicação por parte das empresas representou uma perspectiva diferente.

Finalmente, ratificamos que a atuação no espaço empresarial é desafiadora e contraditória por causa das questões que a profissão enfrenta neste campo de trabalho. Mesmo assim, o campo de trabalho não deixa de ser uma perspectiva de intervenção e uma forma de estabelecer a relação com o compromisso ético-político que a profissão exige. Por isso, é preciso considerar a existência do movimento presente como particularidade das ações

profissionais e a possibilidade de reconstrução de seus objetivos e formas de intervenção para definir melhor as estratégias de ação (GOMES, 2010).

Aqui ficou latente que as possibilidades de frentes de trabalho e projeto profissional não são oferecidas de forma fácil e automática na realidade, cabendo aos profissionais, como afirma Iamamoto (2009), também o desafio de desvendá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de construção deste trabalho constatamos a carência de produção acadêmica do trabalho social na área de saneamento básico, especialmente à atuação do assistente social em uma empresa de consultoria. Embora seja relativamente jovem a atuação do Serviço Social nestas áreas, tornou-se um dos espaços sócio-ocupacionais em que o Serviço Social vem se destacando e sendo chamado a intervir, por sua competência reconhecida e por legislações específicas (Portaria nº 21, de janeiro de 20104).

Ao resgatar historicamente alguns traços e definições do meio ambiente, adentramos em outro tema, intimamente ligado e indispensável para a preservação do meio ambiente e conservação da vida: o saneamento básico. Dentro do saneamento básico, foi possível identificar e constatar historicamente que esta área esteve permeada de contradições ao longo de sua trajetória e ainda apresenta baixa efetividade e pouca eficácia, mesmo assim, não se pode negar o grande avanço institucional e legal conferido a ela.

Dentre os avanços, citamos a Constituição Federal de 1988, que articula o saneamento básico dentro de um conjunto maior de temas em que estaria inserido, como um recurso e acesso a outros temas ligados a ele. Nesse sentido, reconhecemos a própria fragilidade do compromisso com o direito e a cidadania da população expressos na política do saneamento básico. Outro momento consideravelmente importante para a setor foi o da criação da Lei nº 11.445/2007 das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (LDNSB). Esta lei veio a ser um importante avanço para o saneamento básico no país, reconhecendo a importância de investimentos no setor para a melhoria da prestação do serviço público essencial à qualidade de vida.

Também constatamos que a maioria da população brasileira, até 2010, teve um abastecimento de água e manejo de resíduos sólido aceitável para os padrões de saneamento básico do Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB). Porém, mais da metade da população recebeu um ineficiente atendimento em esgotamento sanitário: cerca de 60%. O déficit é bastante significativo, se analisarmos o saneamento básico em sua totalidade.

Corroborando este cenário, adentramos no Estado de Santa Catarina que, paradoxalmente ao viés econômico exacerbado pela mídia, encontra-se entre os piores estados no que se refere à distribuição urbana de rede coletora de esgotos, entre 10% a 20% em 2014. Segundo o próprio Serviço Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (BRASIL,

2014), apenas 16% dos municípios do Estado têm rede coletora de esgoto, e em contrapartida, 97% têm algum tipo de rede de abastecimento de água.

Este déficit é preocupante e vai além dos impactos gerados enquanto área de infraestrutura, pois representa o acesso e a garantia de um direito elementar, que é a água. O recurso hídrico gera uma cadeia de impactos em diferentes setores, ligados, por sua vez, a diferentes áreas, como a saúde pública, a habitação e o meio ambiente, sendo assim, ele é determinante para o alcance e a garantia dos direitos no Estado democrático. Em suma, o serviço de saneamento básico em Santa Catarina reflete a falta de priorização dos serviços e recursos nesta área e que requer um investimento do Estado.

A Companhia Catarinense de Águas de Saneamento (CASAN) é a principal prestadora do serviço de saneamento no Estado. A CASAN está presente no Programa de Aceleração do Crescimento, instituído pelo Governo Federal, para a expansão da infraestrutura através da ampliação e implantação dos sistemas de abastecimento de água e a coleta e o tratamento de esgotos sanitários. A instituição tem como seu maior operador financeiro a Caixa Econômica Federal (CEF).

Através de licitação de serviços especializados com a CASAN, apresentamos a Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia. Como objeto de relação entre as duas empresas, focalizamos os Projetos de Trabalho Socioambiental (PTSA), realizados pelos profissionais de Serviço Social da Iguatemi, os quais são objeto de análise na segunda seção.

No tocante ao trabalho social, os profissionais do setor de serviço social terminaram o ano de 2015 contabilizando o acompanhamento com seis PTSA na área de saneamento básico no estado de Santa Catarina. Estes projetos serviram de base para os debates no segundo capítulo. As informações extraídas destes projetos foram: elementos do processo de licitação, prazos do projeto, público alvo, gastos com o PTSA, eixos estruturantes de cada projeto, entre outros. Como principal conclusão, na segunda seção, apontamos um claro decréscimo de gastos nos PTSA de 2013 a 2015, principalmente em relação aos profissionais de Serviço Social.

Na terceira e última parte do trabalho, adentramos em três localidades, das seis em que o setor de Serviço Social esteve vinculado. Nestas localidades, debatemos alguns aspectos desafiadores da execução das ações dos assistentes sociais, que não deve ser compreendido fora do contexto da política e de gestão em que eles estão inseridos. Entendemos também que estes aspectos atravessam as intervenções dos assistentes sociais de forma heterogênea, complexa e não necessariamente exclusiva de apenas um eixo, revelando um caráter desafiador para o exercício profissional crítico e de qualidade.

Neste cenário, apontamos como desafio, por exemplo: ultrapassar o discurso de participação reduzida às ações do PTSA; deflagrar uma prática participativa com a população intervencionada; decifrar as múltiplas refrações que os eixos e as ações podem suscitar no agravamento das expressões da questão social; atentar para as questões práticas das intervenções que se colocam em níveis diferentes de apreensão e de intervenção, considerar constantemente os temas que surgem e interferem na localidade intervencionada; empenhar-se para o reconhecimento social do profissional nas comunidades; e realizar práticas aliadas à dimensão ético-política da profissão.

Outros desafios aliados à reestruturação produtiva expressa dentro de uma empresa de consultoria privada também podem ser citados, como: flexibilização do trabalho, contratos terceirizados, polivalência de saberes e fazeres, precarização das condições de trabalho e instabilidade profissional.

Além disso, fizemos uma breve reflexão sobre: as relações de gênero no âmbito do trabalho, especialmente quando direcionamos para a atuação do Serviço Social em espaços majoritariamente compostos por trabalhadores do sexo masculino, como uma empresa de consultoria e engenharia; a necessidade de planejamento, administração e gerenciamento constante das ações dos PTSA e outros projetos do setor; e a linguagem e o relacionamento predominantemente acessível à população.

Por meio destes debates, reconhecemos que existem múltiplas questões a serem discutidas acerca do trabalho do Serviço Social em uma empresa de consultoria e dentro do saneamento básico. As análises realizadas não são estáticas, tampouco assépticas, podendo coexistir traços de diferentes tendências profissionais no exercício em questão. Mas acreditamos que é necessário identificar e problematizar os desafios como passo essencial para a profissão.

Em síntese, com base na análise dos documentos que orientaram o trabalho social junto aos serviços de saneamento básico e a conjuntura da empresa de consultoria em que a assistentes sociais estavam vinculados, concluímos que, em geral, houve dificuldade de transcender as demandas institucionais, apesar da tentativa das profissionais envolvidas. Há que ressaltar as limitações impostas pela empresa e já colocadas em páginas anteriores. Além disso, é fundamental considerar que, ainda que embora o trabalho social tenha buscado a garantia de direitos da população, a mesma perspectiva necessariamente não foi adotada pelas empresas.

Mediante as reflexões colocadas, constatamos que os objetivos deste trabalho foram alcançados, visto que foi possível explicitar alguns desafios que perpassam a intervenção

técnica socioambiental do assistente social na área do Saneamento Básico, no âmbito de uma empresa de engenharia e consultoria da Grande Florianópolis.

A partir dos dados obtidos na realidade e das análises efetuadas, ressaltamos que o trabalho não representa uma negação das ações desenvolvidas pelas assistentes sociais, ou seja, objetivamos publicizar os desafios, trazer contribuições ao conjunto de profissionais e instituições que desenvolvem estudos e projetos na área, para que estes possam refletir sobre suas práticas, identificar e buscar superar as dificuldades e os limites impostos pela conjuntura da política nas áreas afins.

Assim, diante do que já foi exposto neste trabalho, reconhecemos que esta pesquisa contém a visão de uma pesquisadora ligada a uma experiência de estágio na área do saneamento básico. Nesse sentido, citamos Oliveira (2004, p. 11), para quem:

[...] a vivência do aluno no campo de estágio estará mais direcionada para sua capacitação reflexiva e analítica acerca da prática do Serviço Social, possibilitando desvelar os aspectos imediatos do agir profissional, contribuindo assim para uma qualificação coerente com os pressupostos da profissão e conciliada com as exigências dos novos tempos.

Acreditamos, com base nesses elementos, que há necessidade de mais pesquisas sobre o exercício profissional do assistente social na área do saneamento básico e no trabalho em empresas de consultoria buscando de maior aprofundamento nas abordagens pontuadas e de diferentes possibilidades de intervenção nas áreas. É preciso ampliar as discussões, os debates, realizar e estimular novos estudos, pesquisas, investigações, para identificar potenciais demandas surgidas na dinâmica desta realidade, não excluindo as demandas tradicionais.

Dentre algumas sugestões para ampliar as discussões sugerimos: relações de gênero no âmbito do trabalho e tendo como pano de fundo as empresas de engenharia e consultoria; as dimensões de gerenciamento, administração e planejamento do trabalho social no saneamento básico; participação comunitária nos projetos de trabalho socioambiental.

Finalmente, entendemos que a intervenção do assistente social nesta área não é simples, pelo contrário, é permeada de conflitos e contradições inerentes a qualquer profissão, e que as possibilidades de frentes de trabalho e de projeto profissional não são oferecidas de forma fácil e automática na realidade, cabendo aos profissionais, como afirma Yamamoto (2009), também o desafio de desvendá-las.

REFERÊNCIAS

ABES - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL (Org.). **Impactos da crise sobre o setor de saneamento**. [s.l]: [s.n], 2015. 37 p. Disponível em: <http://abes-sp.org.br/arquivos/conjuntura-e-saneamento-artigo-go-associados-fitabes-2_10-002.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2016.

ADSFAD. Brasil. Asdf. **Lei complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

ALVES, Ana Laura Pacheco. **Saneamento básico no Campeche e o planejamento participativo**: demandas para o Serviço Social. 2012. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

AMARAL, Ângela Santana do; CESAR, Monica de Jesus. O Trabalho do Assistente Social nas Fundações Empresariais. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 429.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 107, p.405-419, Jul/set. 2011. Trimestral.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza et al. **Educação ambiental e serviço social: o PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente**. São Cristovão: Editora UFS, 2012. p 258

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 118, n. 3, p.318-338, abr. 2014. T.

BARBOSA, Rosangela N. de C. Gestão: planejamento e administração. In: **Temporalis**. Revista da ABEPSS, Ano IV, n.8, Porto Alegre/RS, jul/dez. 2004. p.51-75

_____. Introdução ao estudo da Administração e do Planejamento aplicado ao trabalho do Assistente Social. In: **Em Pauta**. Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, n.14, 1999. p. 29-42

BARROSO, Luis Roberto. Saneamento básico: competências constitucionais da união, estados e municípios. **Direito Eletrônico de Direito Administrativo Econômico**, Salvador, v. 11, n. 3, p.1-21, ago. 2007. Trimestral. Disponível em: <[http://www.direitodoestado.com/revista/REDAE-11-AGOSTO-2007-LUIS ROBERTO BARROSO.pdf](http://www.direitodoestado.com/revista/REDAE-11-AGOSTO-2007-LUIS%20ROBERTO%20BARROSO.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BOURCKHARDT, Vandenéia. **Fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e o Serviço Social**. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BRAGA, Roberta Chaves. **Direito de propriedade e a Constituição Federal de 1988**. 2009. 45 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Direito Constitucional,

Universidade Vale do Acaraú - Uva, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/229/1/Monografia_Roberta_Chaves_Braga.pdf>. Acesso em: 28 maio 2016.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MINISTÉRIO (SNSA). (Comp.). **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2014**. 2014. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2014>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. Congresso. Senado. Constituição (1981). Lei nº 6.938, de 31 de junho de 1981. **Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Florianópolis, SANTA CATARINA, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 11 jul. 2016.

_____. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 11 jul. 2016.

_____. Decreto nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a política nacional de resíduos sólidos**: altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998. **Estabelece normas para a elaboração e execução do plano plurianual e dos orçamentos da união, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2829.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. **Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 27 jun. 2016.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe Sobre A Política Nacional do Meio Ambiente, Seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 24 maio 2016.

_____. Lei nº 9.433/1997, de 08 de janeiro de 1997. **Política nacional de recursos hídricos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. Lei nº Lei nº 5.790, de 25 de maio de 2006. **Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5790.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BRASIL. Léo Heller. Ministério das Cidades (Org.). **Plano Nacional de Saneamento Básico**. Brasília: [s.n], 2014. 220 p. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/PlanSaB/plansab_texto_editado_para_download.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2016.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação (Org.). **Curso de capacitação: trabalho social em programas de habitação de interesse social**. 2. ed. Brasília: Mcidades/snh, 2014. 336 p.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Curso de capacitação: Trabalho social em programas de habitação de interesse social – 2ª Ed.** Brasília: MCidades/SNH; [Florianópolis]: NUTE/UFSC, 2014. 336 p.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – Snsa (Org.). **Sistema nacional de informações sobre saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos**. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2016. 212 p. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2014>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

BRITTO, Ana Lúcia et al (Org.). **Panorama do saneamento básico no brasil: Avaliação político-institucional do setor de saneamento básico**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. 537 p. Disponível em: <http://www.saneamentoweb.com.br/sites/default/files/PANORAMA_Vol_4.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016

BURSZTYN, Marcel. **A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 412 p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=2qBx7i1eVTUC&pg=PA226&lpg=PA226&dq=%E2%80%9CNo%20ssa+Pr%C3%B3pria+Agenda%E2%80%9D&source=bl&ots=fm0f0-JmQ8&sig=EJ717hzXRy1ZD-hKIExm-zjAwTc&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj00vM2cjNAhXH5iYKHbn8Ams4ChDoAQgxMAQ#v=onepage&q=%E2%80%9CNossa%20Pr%C3%B3pria%20Agenda%E2%80%9D&f=false>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Brasil) (Org.). **Saneamento para todos**. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/financiamento/saneamento_para_todos/saiba_mais.asp>. Acesso em: 19 jun. 2016.

_____. **COTS 2013: Caderno de Orientação Técnico Social 2013**. Brasília: [s. N.], 2013. 62 p. Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/caderno_de_orientacao.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2016.

_____. **COTS 2010: Caderno de Orientação Técnico Social 2010**. Brasília: [s. N.], 2010. 62 p. Disponível em: <http://www.fetaesc.org.br/082012/documentos_engenharia_e_social/8.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2016

_____. **COTS 2009: Caderno de Orientação Técnico Social 2009**. Brasília: [s. N.], 2009. 10 p.

_____. **COTS 2004: Caderno de Orientação Técnico Social 2009**. Brasília: [s. N.], 2004. 18 p.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Brasil) (Org.). **Habitar Brasil (BID)**. [19--]. Disponível em:

<http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/habitar_brasil_bid/saiba_mais.asp>. Acesso em: 12 jul. 2016.

CARDOSO, Franci Gomes; ABREU, Marina Maciel. Mobilização social e práticas educativas. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CARMO, Silvane Dalpiaz do. **Conceitos de Ambiente, Espécie e Unidades de Conservação**: Florianópolis: Silvane Dalpiaz do Carmo, 2015. 73 slides, color.

CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Org.). **Relatório Anual 2014**. Florianópolis: Lisegraff, 2015. 172 p.

_____. (Comp.). **Companhia**. Disponível em: <<http://www.casan.com.br/>>. Acesso em: 29 maio 2016.

CFESS, Comissão de Fiscalização. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão**. São Paulo: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. 74 p. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 15 de março de 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2016.

CUNTO, Raphael de; ARRUDA, Julia Peixoto de A. **Lei nº 11 445/ 2007: Marco regulatório do saneamento básico**. 2007. Disponível em:

<<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI37603,21048-Lei+n+11+445+2007+Marco+regulatorio+do+saneamento+basico>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

DIAS, Daiana Nardino. **O estado da arte sobre gênero no serviço social**. 2014. p 165. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2007

FATTORELLI, Maria Lucia; ÁVILA, Rodrigo. **Gastos com a dívida pública em 2014 superaram 45% do orçamento federal executado**. 2015. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/06/20/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>>. Acesso em: 31 maio 2016.

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Atores locais na implementação da política de qualificação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n. 107, p.438-460, set. 2011. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282011000300004>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

GALVÃO JUNIOR, Alceu de Castro et al. Marcos regulatórios estaduais em saneamento básico no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 43, p.207-227,

jan. 2009. Bimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n1/a10v43n1.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Fernanda Marcela Torrentes. **A representação social da mulher na política de assistência social**. 2014. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GOMES, Márcia Regina Botão. Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 2, n. 122, p.357-380, abr. 2015. Trimestral.

_____. **As condições de trabalho, propostas profissionais e desafios para o serviço social nas empresas de consultoria**. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques; PEREGRINO, Ana Izabel de Carvalho (Org.). **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2005. 240 p.

GÓMEZ, J. Andrés Domínguez et al. **Serviço social e meio ambiente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 135 p

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990. 154 p.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do trabalho do assistente social**. 2000. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

HACK, Joziane. **Os desafios para o Serviço Social diante do trabalho técnico social nas obras de saneamento básico**. 2009. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

HELLER, Léo. **Saneamento e saúde**. [S. L.: s. n.], 1997. 102 p. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0242.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

HELOANI, Roberto; PIOLLI, Evaldo. A falácia da qualificação: dilemas do (de)emprego dos profissionais de nível superior. **Revista Usp**, São Paulo, v. 1, n. 64, p.201-211, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13401/15219>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. Trabalho e formação profissional, São Paulo. Cortez, 2003.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/abepss, 2009. p. 341-376.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade, In: CEFESS, **Atribuições Privativas do (a) assistente social em questão**. Brasília, Fevereiro de 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Org.). **Mapeamento geográfico**. 2010. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_geog_int.shtm?c=6>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. **Indicadores Sociais Municipais**. 2016. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/tabela1a.shtm>. Acesso em: 01 jun. 2016.

IGUATEMI - Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda (Santa Catarina). **Empresa**. [20--]. Disponível em: <<http://www.iguatemi.eng.br/empresa>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

KANNO, Mario; PATU, Gustavo. **O crescimento dos ministérios de Collor a Dilma**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2014/08/110862-o-crescimento-dos-ministerios-de-collor-a-dilma.shtml>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

LIRA, Talita de Melo; COSTA, Klilton Barbosa da. A questão ambiental e políticas ambientais no Brasil: elementos para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13ª Edição, 2014, Natal. **Anais do XIII Encontro nacional de pesquisadores em serviço social**. Natal: [s. N.], 2014. Não paginado.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise discurso**. Campinas: Unicamp, 1989. 198 p.

MARTINS, Rúbia. O debate internacional sobre desenvolvimento sustentável: aspectos e possibilidades. **Aurora: revista dos discentes do programa de pós-graduação em ciências sociais da unesp-marília**, Marília, v. 1, n. 1, p.112-127, dez. 2007. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora08debate.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2016.

MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria e consultoria: reflexões para o serviço social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de (Org.). **Assessoria, consultoria e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 1. p. 29-57.

MENDES, Carlos Henrique Abreu. Implicações ambientais do desenvolvimento da infraestrutura: saneamento urbano. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p.32-51, jul. 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/8710>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. ampl. São Paulo: Boitempo, 2008. 126p

MINAYO, Mara Cecília de Souza et al. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DA FAZENDA, Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança. (Org.). **Arrecadação UF jan a dez 2015**. 2016. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/arrecadacao-por-estado/arrecadacao-uf-2015/arrecadacao-por-uf-internet-jan-dez15.ods/view>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

MINISTÉRIO DAS CIDADES (Org.). **Programa de aceleração do crescimento 2007-2010**. Brasília: [s.n], 2007. 82 slides, color. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/apresentacoes/2007/r220107-pac-pdf29>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. **Diretrizes do trabalho Socioambiental**. Brasília: [s. N.], 2009. Disponível em: <http://www.saneamentoweb.com.br/sites/default/files/Diretrizes_Trabalho_SocioAmbiental.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2016.

_____. **Histórico mundial**. [20--]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-mundial>>. Acesso em: 26 maio 2016.

_____. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. **Portaria 21**. Brasília, 22 jan. 2014.

_____. **Agenda 21**: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 24 maio 2016.

_____. **Protocolo de quioto**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/protocolo-de-quioto>>. Acesso em: 24 maio 2016.

_____. **Declaração da conferência de ONU no ambiente humano**. 1972. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 27 jun. 2016.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO (Comp.). **2º balanço do PAC 2015-2018**. 2015. Disponível em: <<http://pac.gov.br/pub/up/relatorio/23216159149151fbfbcedb1d57dff510.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

_____. **Programa de aceleração do crescimento 2007-2010**. Slides de Apresentação. Janeiro/2007. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC_medidas_institucionais.pdf>. Acessado em 03 de junho de 2012.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. In: CFESS/ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 497-512.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Inês da Silva. **Serviço social e meio ambiente**: a contribuição do assistente social em programa de aceleração do crescimento - PAC. 2013. 167 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MOSER, Liliane. **Construção e reconstrução do objeto**. Florianópolis: [s.n], 2011. 23 slides, color.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 80, nov, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever**. 2ª Ed. São Paulo: Unesp, 2006. p. 17-35.

ONU-BR. **A ONU e o meio ambiente**: Nações Unidas do Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 24 maio 2016.

PEIXOTO, João Batista. **Saneamento básico**: política, marco legal e instrumentos de gestão dos serviços. [s. L.]: Fundação Vale, 2013. 16 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (Org.). **Relatório do desenvolvimento humano 2015**: O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano. 2015. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2015_report_pt.pdf>. Acesso em: 31 maio 2016.

_____. **Ranking - Todos os Estados**. 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995. 41 p.

SALHEB, Gleidson José Monteiro et al. Políticas públicas e meio ambiente: reflexões preliminares. **Planeta Amazônia: revista internacional de direito ambiental e políticas públicas**, Macapá, v. 1, n. 1, p.5-27, 2009. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rc=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj0uJfv7vPMAhUGVvYKHZUsCwwQFggpMAI&url=https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/download/57/v1n1Gleidson.pdf&usg=AFQjCNHhHzR3Ajyg2g2sp1aXNE_0lqh1WQ>. Acesso em: 28 maio 2016.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Economia**. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br>>. Acesso em: 31 maio 2016.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. In: **Serviço Social & Sociedade**, v. 104, p. 695-714, 2010.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Rediscutindo os instrumentos e as técnicas em serviço social. In: STOCKINGER, Silva da Costa (org.). **Textos de teoria e prática de Serviço Social**: estágio profissional em Serviço Social na UFPA. Belém: UFPA, 2005. (v. 1, p. 37)

SELLTIZ et al. (Org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 5. ed. São Paulo: da Usp, 1975, 688 p.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Sílvia. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: Sos Corpo, 2010. 63 p. (1ª da Série Mulheres em Movimento).

SILVA, Elizângela Cardoso de A. Patriarcado e divisão sexual do trabalho no serviço hospitalar. In: **Revista Temporalis**, n. 30, Jul/dez 2015. Brasília. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7170>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010. 256 p.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 231 p.

TIBURTINO, Lidiane Cavalcante. Relações de gênero e processos de trabalho no serviço social. In.: **Revista Temporalis**, ano 15, n. 29, jan./jun. 2015. Brasília (DF). Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7190>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

TRATABRASIL, Instituto Trata Brasil (Org.). **Saneamento no Brasil: backup**. 2014. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil-backup>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

VASAPOLLO, Luciano. A precariedade como elemento estratégico determinante do capital. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 16, n. 2, p.368-386, nov. 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11876>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

WADA, Célia. **Estudando o meio ambiente: HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS AMBIENTAIS NO BRASIL E NO MUNDO**. Disponível em: <<http://www.cmqv.org/website/artigo.asp?cod=1461&idi=1&moe=212&id=17071>>. Acesso em: 24 maio 2016.

WILLIG, Rosana Izara Luchese. **Os serviços de saneamento básico como instrumento de desenvolvimento sustentável: possibilidades e perspectivas a partir de políticas públicas tributárias de inclusão social**. 2011. 161 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, Santa Cruz do Sul, 2011.

XAVIER, Arnaldo; MIOTO, Regina C. T. Reflexões sobre a prática profissional do assistente social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana. In.: **Revista Textos & Contextos**, v. 13, n. 2, p. 355 - 365, jul./dez. 2014. São Paulo. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/2248mpw420219W8dS658.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. (Org). **Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 143-163.

ZANINI, Ruth G. **Projeto de intervenção: Curso de Capacitação para Formação de Agentes Ambientais**. Florianópolis: [s. N.], 2015, 9 p.

_____. **Relatório semestral de estágio curricular obrigatório II**. Florianópolis: [s.n], 2015. 20 p

APÊNDICE

Apêndice A: Cronograma de ação do ano de 2015 - Localidade “A”

Cronograma para localidade “A” / Ano de 2015														
Eixo	Macroações	Atividades	Período pelo edital (Mês)											
			19 (Jan)	20 (Fev)	21 (Mar)	22 (Abr)	23 (Mai)	24 (Jun)	25 (Jul)	26 (Ago)	27 (Set)	28 (Out)	29 (Nov)	30 (Dez)
Mobilização e Comunicação	Ações informativas	Divulgação do projeto em jornal escrito local		x							x		x	
		Divulgação do projeto em programas locais de rádio	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
		Divulgação do projeto em espaços públicos como escolas e ONG's com entrega de material informativo	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Monitoramento e Avaliação	Avaliação do nível de satisfação da população quanto ao projeto socioambiental e à obra												x
Participação Comunitária e Desenvolvimento Sócio Organizativo	Mobilização e organização comunitária	Realização de visitas domiciliares	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Atividades socioculturais	Gincana de coleta de material reciclado				x	x	x					x	
Educação Ambiental	Educação Sanitária	Palestra				x						x		
		Oficina de artesanato com material reciclado									x			
	Educação para a Saúde	Realização de feira comunitária da saúde	x											

Fonte: Adaptado do Projeto de trabalho socioambiental da localidade “A”

Apêndice B: Cronograma de ações do ano de 2015 - Localidade “D”

Cronograma para localidade “D” / Ano de 2015													
Eixo	Atividades	Período pelo edital (Mês)											
		7 (Jan)	8 (Fev)	9 (Mar)	10 (Abr)	11 (Mai)	12 (Jun)	13 (Jul)	14 (Ago)	15 (Set)	16 (Out)	17 (Nov)	18 (Dez)
Mobilização e Organização Comunitária	Divulgação de projeto em programas locais de rádio	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Manutenção da rede virtual de comunicação	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Visitas domiciliares	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Apresentação de peças teatrais								x	x	x		
	Atividade de produção de desenhos, frases, redações ou poemas								x	x			
Educação Sanitária e ambiental	Curso de formação de agentes multiplicadores em educação ambiental	x											
	Palestra					x							

Fonte: Adaptado do Projeto de trabalho socioambiental da localidade “D”

Apêndice C: Cronograma de ações do ano de 2015 - Localidade “E”

Cronograma para localidade “E” / Ano de 2015								
Eixo	Atividades	Período pelo edital (Mês)						
		1 (Mai)	2 (Jun)	3 (Jul)	4 (Ago)	5 (Set)	6 (Out)	7 (Nov)
Mobilização e Organização Comunitária	Integração dos técnicos envolvidos	x						
	Mapeamento socioambiental da área do projeto	x	x	x	x			
	Capacitação dos envolvidos			x				
	Criação e impressão de material informativo	x	x	x	x			
	Divulgação em programas locais de rádio;			x	x	x	x	x
	visitas institucionais	x	x	x	x	x	x	
	Visitas domiciliares	x	x	x	x	x	x	x
Educação Sanitária e ambiental	Curso de formação de agentes educadores em educação ambiental						x	
	Reunião comunitária					x		
	Atividade de produção de desenhos, frases, redações ou poemas							x

Fonte: Adaptado do Projeto de trabalho socioambiental da localidade “D”

ANEXO

Anexo A: Relatório de acompanhamento do trabalho técnico social

IDENTIFICAÇÃO

Dados da contratação

Programa:	Contrato CAIXA n°:		
Ação/Modalidade: Esgotamento Sanitário	Fonte de recursos:		
Empreendimento: Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário			
Município:			UF:
Proponente/Agente Promotor:			
Executor da intervenção:			
Tel.:	Site:		

RELATÓRIO/PERÍODO DE REFERÊNCIA

Responsabilidade Técnica

Área Gestora do Trabalho Social	
Responsável Técnico Social do Proponente/Tomador/Convênios	
Tel.:	e-mail:

Prazos e Regime de Execução do PTTS

Prazo de Obras	Prazo do PTTS	Forma de Execução do PTTS			
XX meses	XX meses	Direta	Indireta	X	Ambas
Empresa Responsável pela elaboração do PTTS: Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia LTDA					

Relatório/Período de Referência

Mês/período:	% de obras:
--------------	-------------

ATIVIDADES PROGRAMADAS:

ATIVIDADE REALIZADA	DESCRIÇÃO	DATA

ATIVIDADES PROGRAMADAS E NÃO REALIZADAS:

ATIVIDADE	JUSTIFICATIVA	REPROGRAMAÇÃO

AValiaÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO:

Avaliação da Equipe Técnica

Execução das atividades programadas:
Adequação das técnicas e instrumentos previstos:
Principais resultados obtidos:
Participação e envolvimento dos beneficiários:
Envolvimento dos parceiros no desenvolvimento do PTTS:
Integração entre a execução do PTTS e projeto/ações de engenharia:
Integração do PTTS com outros projetos sociais desenvolvidos na área:

SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO

Natureza da Despesa (Valores em R\$)	Custo Total (R\$)
Recursos Humanos / Equipe Técnica:	
Coordenação (Valor correspondente a 50% do previsto para o período)	
Recursos Materiais / Apoio:	
Material de Apoio (Valor correspondente a 50% do previsto para o período)	
TOTAL MENSAL	
TOTAL ACUMULADO	
SALDO DO PROJETO	

CONTROLE FINANCEIRO

INVESTIMENTO	VALORES EM R\$			
	CONTRATADO	LIBERADO	SALDO ATUAL	SOLICITADO
TOTAL				

DOCUMENTAÇÃO DE REGISTRO

<input type="checkbox"/>	Atas de Reuniões	<input type="checkbox"/>	Registro de Avaliação
<input type="checkbox"/>	Folhetos/ Cartilhas/ Apostilas	<input type="checkbox"/>	Fotos
<input type="checkbox"/>	Listas de Presença	<input type="checkbox"/>	Protocolos de Entrega
<input type="checkbox"/>	Outros: Preliminar do Mapeamento socioambiental	<input type="checkbox"/>	Comprovantes de Serviços Prestados

Responsável Técnico (Executor)

Nome e registro profissional

ANEXO 1 – Relato das Atividades Realizadas

Local:

Data:

Hora:

Planejamento:

Descrição da Atividade:

Questionamentos e Dificuldades Encontradas:

Avaliação profissional:

Registros:

Ata (Quando houver):

Anexo B: Tabela parcial dos eixos do Caderno de Orientação Técnico Social de 2010

Eixos	Macroações	Ações
Mobilização e Comunicação	Ações Informativas	<p>Informar os beneficiários/adquirentes/ arrendatários sobre temas inerentes à intervenção e necessários para o seu êxito, associados a uma ou mais ações do PTTS, através da elaboração de Plano de comunicação e utilização de meios de comunicação (vídeos, chamadas em rádio/TV, Publicação em jornais, folders).</p> <p>Prestar informações aos beneficiários adquirentes/arrendatários, no que couber, sobre os programas, projetos técnicos, andamento das obras e serviços, impactos da intervenção no dia a dia e contratos de financiamento.</p> <p>Estabelecer canais de comunicação entre os beneficiários/adquirentes/arrendatários e agentes envolvidos.</p> <p>Elaborar material informativo/educativo com temas inerentes à intervenção. Ex.: folders, cartilhas, manuais, panfletos, outros.</p> <p>Elaborar material pedagógico e definir estratégias de comunicação com finalidade educativa, envolvendo a produção e a divulgação de materiais relacionados aos temas, e a utilização dos diversos meios de comunicação.</p>
	Suporte às Intervenções Físicas	<p>Disponibilizar KIT construção, manual de uso e manutenção da moradia, manual do síndico, quando for o caso.</p> <p>Organizar e acompanhar vistorias de imóveis.</p> <p>Promover o cadastramento e a selagem das famílias/domicílios.</p> <p>Desenvolver ações para possibilitar a abertura de frentes de obra.</p> <p>Organizar e realizar visitas às obras.</p> <p>Preparar e apoiar a comunidade para o regime de mutirão e autoconstrução, quando for o caso.</p>
	Articulação para parcerias	<p>Estabelecer parcerias com instituições públicas e/ou privadas que atuam ou possam vir a atuar na área, para potencialização e otimização dos esforços e recursos do PTTS.</p> <p>Buscar complementariedade com projetos afins e absorção da mão de obra capacitada.</p>
	Capacitação da Equipe Técnica	<p>Qualificar/capacitar a equipe técnica responsável pela implementação do PTTS (exceto quando se tratar de equipe terceirizada).</p>

	Avaliação e Monitoramento	<p>Realizar diagnóstico de forma a conhecer a realidade local, bem como estabelecer o marco zero para balizar a pesquisa de pós-ocupação.</p> <p>Desenvolver ações periódicas que possibilitem avaliar, monitorar, registrar e sistematizar a intervenção.</p> <p>Realizar pesquisa pós-ocupação/satisfação, quando for o caso.</p>
Participação Comunitária e Desenvolvimento Sócio organizativo	Mobilização e Organização Comunitária	<p>Formar grupos de acompanhamento de obras;</p> <p>Fomentar a participação comunitária através do desenvolvimento de reuniões, palestras, assembleias e campanhas educativas, seminários temáticos que estimulem e sensibilizem as lideranças comunitárias e a população beneficiária em geral, para participar do planejamento e implementação do empreendimento.</p> <p>Formar grupos de interesse/temáticos e agentes multiplicadores.</p> <p>Formar ou fortalecer entidades associativas e/ou grupos representativos.</p> <p>Promover a capacitação de lideranças.</p> <p>Desenvolver ações voltadas para a definição de regras de convivência coletiva: convenção de condomínio, regimentos internos, outros.</p> <p>Incentivar a integração entre beneficiários/adquirentes/arrendatários e destes entre os agentes envolvidos.</p> <p>Desenvolver atividades que auxiliem na redução da criminalidade, violência e promoção da segurança na área de intervenção e entorno.</p> <p>Preparar a comunidade para o recebimento das benfeitorias (unidades habitacionais, unidades sanitárias, equipamentos comunitários, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, etc.).</p> <p>Programar e acompanhar a instalação/utilização de novos sistemas e equipamentos (pós-ocupação).</p>
	Atividades socioculturais	<p>Promover atividades de natureza cultural, pedagógica, esportiva, de lazer e de promoção da cidadania, apropriadas às características locais e à população atendida.</p>
Empreendedorismo	Geração de Trabalho e Renda	<p>Identificar o perfil, vocação produtiva e demandas da comunidade e do entorno;</p> <p>Incentivar a utilização da mão de obra local na intervenção física.</p> <p>Realizar atividades de apoio ao encaminhamento para o mercado de trabalho.</p> <p>Fomentar a criação e/ou consolidação de grupos produtivos. Dentre as possibilidades existentes, sugere-se a utilização da sistemática Fábrica Social, quando couber.</p>

	Capacitação Profissional	<p>Qualificar/capacitar a população beneficiária para o mercado de trabalho, bem como para a formação de grupos produtivos e empreendedorismo (associações, cooperativas de produção e serviços, microempresa, empreendedor individual e outros).</p> <p>Implementar ações de desenvolvimento pessoal (alfabetização, línguas, informática etc)</p>
Educação	Educação Ambiental	<p>Fortalecer e/ou articular fóruns e colegiados, municipais e/ou regionais, que atuam na área ambiental.</p> <p>Formar agentes/educadores ambientais locais.</p> <p>Incentivar o plantio de mudas de árvores nos empreendimentos, na relação de uma árvore por unidade habitacional, observando-se as características do terreno, do projeto e a adequação das mudas às características geográficas locais.</p> <p>Desenvolver ações educativas para discussão/reflexão sobre as questões relacionadas ao meio ambiente, notadamente: água, esgotos e resíduos sólidos, incluindo-se a coleta seletiva.</p> <p>Promover discussões e difundir entre os beneficiários conhecimentos sobre reaproveitamento de materiais e uso racional dos recursos naturais.</p>
	Educação Sanitária	<p>Apoiar e desenvolver ações inerentes às questões sanitárias locais, tais como: hábitos de higiene, saúde preventiva, saneamento básico; controle de vetores; apoio às campanhas públicas; disposição adequada de resíduos e outros temas de interesse.</p>
	Educação Patrimonial	<p>Desenvolver ações informativas e educativas voltadas para o conhecimento, uso adequado e a apropriação do patrimônio físico, histórico-cultural e equipamentos comunitários locais, por meio de cursos, oficinas, palestras, reuniões, campanhas, seminários temáticos, etc.</p> <p>Promover ações que visem a valorização e apropriação de bens culturais propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos;</p>
	Educação para a saúde	<p>Promover e apoiar ações preventivas e de conscientização, que tenham como foco as questões de saúde, de forma a promover o bem estar físico e psíquico dos beneficiários. Como temas a serem abordados sugere-se: Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST; Drogas; Álcool; Tabagismo; gravidez na adolescência; dentre outros.</p>

Anexo C: Tabela completa de Eixos do Caderno de Orientação Técnico Social de 2013

Eixos	Ações
Mobilização e Organização comunitária	<p>Apoio à formação e/ou consolidação das organizações representativas da população e comissões para tratar de assuntos comuns (acompanhamento de obras, de jovens, de mulheres);</p> <p>Capacitação de lideranças e de grupos representativos sobre processos de gestão;</p> <p>Comunitária; papel das associações e dos grupos representativos, formalização e legalização das entidades representativas;</p> <p>Estímulo aos processos de informação e de mobilização comunitária e à promoção de atitudes e condutas sociais vinculadas à melhoria da qualidade de vida;</p> <p>Estabelecimento e formalização de parcerias envolvendo Poder Público e sociedade civil para a realização de ações integradas, visando fortalecer as potencialidades locais, promover a articulação e contribuir com a continuidade das ações;</p> <p>Integração com o entorno, em termos de relações funcionais;</p> <p>Convivência com o meio ambiente;</p> <p>Estímulo à inserção da organização comunitária da área em movimentos sociais mais amplos e em instâncias de controle e gestão social;</p> <p>Promoção de atitudes e condutas ligadas ao zelo e ao bom funcionamento dos equipamentos sociais e comunitários disponibilizados;</p> <p>Estabelecimento de parcerias e integração com as demais políticas e programas do município;</p> <p>Nos casos de verticalização das habitações, os princípios de gestão condominial (legislação, objetivos, organização e funcionamento); e a convivência das famílias em condomínios;</p> <p>Nas intervenções de saneamento, planejamento do processo de mobilização por meio do desenvolvimento de ações como: constituição ou fortalecimento dos conselhos existentes, reuniões de planejamento comunitário, palestras, assembleias, audiências públicas, campanhas educativas, entre outros.</p>
Geração de trabalho e renda	<p>Ações para a redução do analfabetismo;</p> <p>Capacitação e requalificação profissional, planejadas de acordo com a realidade socioeconômica dos beneficiários e vocação econômica local;</p> <p>Estímulo à produção alternativa e à organização de grupos de produção e cooperativismo, respeitadas as particularidades da população beneficiada;</p> <p>Estímulo a processos cooperativos de produção, tendo como referência os conceitos de Economia Solidária;</p> <p>Fomento e implementação de atividades educativas ligadas à separação e reciclagem de resíduos sólidos;</p> <p>Empreendimentos para gestão dos resíduos sólidos que envolvam catadores, priorizando o atendimento nas ações de assistência social para garantir a inclusão social e emancipação econômica, formação e capacitação dos catadores para atuação no mercado de recicláveis e, programas de ressocialização de crianças e adolescentes envolvidas.</p>

Educação sanitária e ambiental	<p>Promoção do processo educativo que esclareça e valorize a infraestrutura implantada e busque mudanças de atitudes em relação ao meio ambiente e à vida saudável, na redução de doenças e melhoria dos níveis de saúde da população;</p> <p>Preparação da comunidade para a correta utilização das habitações, especialmente no que diz respeito às unidades sanitárias e à rede de esgoto;</p> <p>Demonstração das responsabilidades dos beneficiários na correta utilização e preservação dos serviços implantados, tanto os individuais como os coletivos;</p> <p>Promoção de campanhas educativas para promoção da saúde, correta utilização e preservação dos serviços implantados e uso racional da água e da energia elétrica;</p> <p>Estímulo à busca de parcerias para promoção, em caráter permanente, das ações de educação ambiental;</p> <p>Divulgação de informações, programas e projetos de natureza ambiental de para ampliação da consciência ecológica das populações.</p>
---------------------------------------	---

Anexo C: Declaração

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, objetivando atender as exigências legais, e como representante técnico da Instituição Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia LTDA, tomei conhecimento do projeto de pesquisa “**Serviço Social e Saneamento Básico: da política a materialidade das ações**”, e cumprirei os termos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares, e como esta instituição tem condição para o desenvolvimento deste projeto, autorizo a sua execução nos termos propostos.

Florianópolis/SC, 08/07/2016

A handwritten signature in black ink, which appears to read "Cheyenne Vieira Marques", is written over a horizontal line.

Cheyenne Vieira Marques
Assistente Social CRESS nº 4060/ 12ª Região
Coordenadora de Projetos

